

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto de Ciências Sociais



Presença Feminina Operária no Movimento Operário da Primeira República (1917-1920)

Fanghui Wang

Orientadora: Prof. Doutora Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de Mestre em Estudos Brasileiros.

2024

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Ciências Sociais



Presença Feminina Operária no Movimento Operário da Primeira República (1917-1920)

Fanghui Wang

Orientadora: Prof. Doutora Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de Mestre em Estudos Brasileiros.

Júri:

Presidente: Doutora Ângela Maria Barreto Xavier, Investigadora Coordenadora e Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor Paulo Jorge Chalante Azevedo Fernandes, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutora Anne Cova, Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- Doutora Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva, Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e orientadora da dissertação.

Agradecimentos

A finalização desta parte da dissertação significa que a minha vida de estudante de mestrado chegou ao seu fim.

À Professora Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva, minha orientadora, pela compreensão por algumas dilações, pelo aconselhamento qualificado e pelo encorajamento constante, que reforçou muito a minha autoconfiança e determinação para ultrapassar as dificuldades. É uma grande honra conhecer esta boa professora.

Aos meus Pais, pelo amor altruísta, apoio incondicional e incentivo e paciência que sempre me deram, são a minha motivação para prosseguir.

Aos meus amigos, porque é uma maravilha ter pessoas que se podem encorajar mutuamente para melhorarem juntas.

Presença Feminina Operária no Movimento Operário da Primeira República (1917-1920)

Fanghui Wang

Resumo

A pesquisa desta dissertação é direcionada ao microcosmo das mulheres operárias na onda de greves gerais no Brasil durante a era 1917-1920, a fim de compreender a presença das mulheres da classe operária nesse período e como as mulheres brasileiras mudaram drasticamente na primeira parte do século XX, por meio da lente da reflexão sobre a entrada das mulheres no mercado de trabalho industrial e sua participação no movimento trabalhista em um período específico entre o final do século XIX e o início do século XX.

Palavras-chave: Mulher. Trabalho. Feminismo. Movimento Operário. Brasil.

Abstract

The research in this dissertation is directed at the microcosm of women workers in the wave of general strikes in Brazil during the 1917-1920 era, in order to understand the presence of working class women in this period and how Brazilian women changed drastically in the first part of the 20th century, through the lens of reflection on women's entry into the industrial labour market and their participation in the labour movement in a specific period between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century.

Keywords: Woman. Work. Feminism. Labor Movement. Brazil.

Índice

Introdução:	1
Capítulo 1: As Greves Operárias na Primeira República Brasileira (1917-1920)	11
1.1 Contexto Internacional	11
1.1.1 Primeira Guerra Mundial: Comércio internacional e industrialização	11
1.1.2 Origem de Movimento Trabalhista Internacional e Brasileiro	13
1.1.3 A Revolução Russa	16
1.1.4 Imigração Estrangeira e a Difusão de Teorias Sociais	19
1.2 Contexto Nacional	22
1.3 Greves, Organização Sindical e Reivindicação	25
1.3.1 Greve Geral de 1917 em São Paulo	25
1.3.2 Greve Geral de 1918 em Rio de Janeiro	34
1.3.3 Correntes Ideológicas e Pluralismo d Trabalhadores em Greves	36
Capítulo 2: A Situação das Mulheres da Classe Operária da Primeira República Brasileira	39
2.1 Mulheres Entrando na Fábrica	39
2.2 Condições das Mulheres da Classe Operária em São Paulo	43
Capítulo 3: Participação das Mulheres no Movimento de Greve	53
3.1 Um Olhar Feminista sobre o Movimento das Mulheres Operárias	53
3.1.1 Mudanças Sociais Dramáticas na Segunda Metade do Século XIX: Desenvolvimento Inicial do Feminismo	53
3.1.2 As Lutas Políticas e Sociais das Mulheres Brasileiras e os Grupos das Mulheres Operárias na Primeira Metade do Século XX	63
3.1.3 A Defesa Feminista da Classe Operária nas Três Primeiras Décadas do Século XX: Anarcofeminismo	73
3.2 Participação das Mulheres nas Greves Operárias na Primeira República Brasileira ..	77
3.2.1 Características das Mulheres Operárias em Greves e Manifestações	78
3.2.2 Organizações e Sindicatos das Mulheres Proletárias	81
Capítulo 4: Identidade e Honra das Mulheres	89
4.1 O Conceito da Legislação Trabalhista para as Mulheres	89
4.2 Salário de Gênero, Relações Familiares	93
4.3 Feminilidade e Maternidade das Mulheres na Relação do Trabalho	97
4.4 Moralidade e Honra feminina	100
Conclusão	105
Fontes e Bibliografias:	109

Índice de Figuras e Quadros:

Figura 1	2
Quadro 1	40
Quadro 2	41
Quadro 3	45
Quadro 4	46
Quadro 5	46

Introdução:

No período da Primeira República Brasileira, sobretudo nas primeiras décadas do séc. XX, algumas cidades conheceram uma expansão urbana e industrial, acompanhadas da difusão de ideias de liberdade e igualdade da ideologia republicana. Este é um momento de crescimento do mercado de trabalho. A presença das mulheres estava estreitamente ligada às práticas transformadoras da modernização da sociedade brasileira, com o desejo da industrialização de mão-de-obra barata a atrair um grande número de pessoas do campo para as cidades, a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho remunerado, o poder das operárias como grupo para contribuir para o avanço do poder das mulheres no Brasil, a importância da emancipação feminina e dos movimentos feministas como objetos de discussão. O movimento grevista teve uma participação feminina significativa.

A classe operária expandiu-se rapidamente durante este tempo e recorreu às greves como um importante instrumento de luta de classe pelos seus direitos e interesses. Como resultado do desenvolvimento dos sindicatos e do movimento de greve, as forças do capital foram combatidas. No plano constitucional, as greves são agora consideradas um direito fundamental dos trabalhadores. O conceito de greve geral surgiu em 1917, quando o descontentamento acumulado e as tensões sociais dos trabalhadores desencadearam a primeira e maior greve geral dos trabalhadores do país. Conhecida como Greve Geral, teve origem em São Paulo e alastrou a várias grandes cidades, como Rio de Janeiro e Porto Alegre.

O objeto de pesquisa desta tese concentra-se na discussão da atividade grevista em São Paulo e no Rio de Janeiro, por ser representativa em relação à formação da classe trabalhadora e às particularidades do movimento grevista urbano. No que diz respeito aos pressupostos para a aglomeração de comunidades operárias e a formação da classe operária, a partir de meados do século XIX, a economia de exportação baseada no café criou uma demanda por serviços de transporte para os portos, e as ferrovias se tornaram um importante eixo de transporte ligando as regiões produtoras aos grandes centros de distribuição e exportação, contribuindo para a formação de núcleos operários no Rio de Janeiro e em São Paulo, capazes de realizar greves de grande porte e em número suficiente, ao mesmo tempo em que Rio de Janeiro e São Paulo, como sucessivos centros da economia, foram também os locais onde os conflitos foram mais intensos. No século XX, o fim da escravidão e a chegada de grandes levas de imigrantes proporcionaram a São Paulo e ao Rio de Janeiro uma grande força de trabalho.

Segundo Boris Fausto¹, nas zonas rurais é difícil a organização dos trabalhadores e a eclosão de greves. A descentralização, a chegada de um grande número de imigrantes a uma terra desconhecida, o isolamento de cada exploração agrícola e a impossibilidade de estabelecer ligações entre elas tornam muito difícil a formação de consensos e a expressão das suas reivindicações. Além disso, nas herdades os proprietários detinham o poder absoluto e dominavam as instituições do Estado (polícia, justiça) que os serviam, o que tornava muito fácil reprimir o movimento. Ao contrário das zonas rurais, as cidades preenchem os requisitos mínimos para a emergência de um movimento operário. Em primeiro lugar, o contacto entre os trabalhadores é fácil e o quadro objetivo da exploração pode ser interiorizado coletivamente, ou seja, existe um consenso sobre o facto de se ser explorado; teórica e ideologicamente, os pensadores e organizadores revolucionários não são estranhos ao meio urbano, apesar das restrições às suas actividades. Por conseguinte, embora o núcleo da estrutura económica se situava no campo, os conflitos sociais concentravam-se nos sectores secundário e dos serviços.

Quando olhamos para a classe trabalhadora na cidade, a pintura que se segue centra-se na diversidade da classe trabalhadora e na identidade dos trabalhadores.

Figura 1



Esta imagem mostra a *Operários* de Tarsila do Amaral, a mais famosa obra-prima da que retrata a classe operária brasileira. Esta pintura foi realizada em 1933 e, com suas grandes dimensões de 150 cm de altura e 205 cm de largura, é a maior pintura de um artista paulista até hoje. Os rostos das 51 pessoas retratados neste quadro, com os prédios e as seis chaminés das fábricas por trás, identificam-nos sucintamente como trabalhadores.

¹Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)* (São Paulo: Difel, 1977), 31-36.

Segundo a jornalista André Cintra², na opinião da própria Tarsila, tratava-se de sua obra mais importante. Com sensibilidade e engenho, a mulher que personifica o Modernismo brasileiro conseguiu, a um só tempo, expressar tanto a diversidade quanto a identidade do operariado. A tela mostra os rostos de 51 trabalhadores industriais alinhados em frente a um edifício e a seis chaminés de fábricas. Vale a pena notar que há 13 mulheres em 51 rostos, pouco mais de um quarto do total, o que pode refletir o facto de as operárias terem entrado no mercado de trabalho durante este período.

No que se refere ao conceito de grupo, a história das mulheres sempre foi pouco ouvida e submersa na história. Michelle Perrot recorda que a história das mulheres é “a história do silêncio”.³ Vale ressaltar que Michelle tem proferido muitas palestras sobre as mulheres, o movimento dos estudos femininos e feito contribuições multidisciplinares desde a década de 1970. Discutiu a ausência de mulheres nas narrativas historiográficas, suas principais obras estão *A História das Mulheres no Ocidente, da Antiguidade até Nossos Dias* (1993), *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros* (1988), *Mulheres Públicas* (1998) e *Minha História das Mulheres* (2007). Desde os tempos modernos, cada vez mais estudiosos têm dado atenção às mulheres como grupo e aos estudos de gênero. A classe operária, como um importante grupo formador no desenvolvimento das cidades modernas, sempre apareceu como um grupo nos estudos históricos. Entre eles, os vestígios das mulheres operárias precisam de estar atentos para serem encontrados, e as vozes das mulheres operárias não são destacadas e cuidadosamente analisadas na história da emancipação das mulheres. No entanto, isto não significa que o papel das mulheres operárias na causa da emancipação das mulheres seja menor; pelo contrário, a sua importância é significativa.

Recorro às referências teóricas de Marx e Engels porque ambos discutiram a importância das mulheres trabalhadoras no avanço da igualdade de gênero e da emancipação feminina. Segundo *A Origem da Família e da Propriedade Privada e do Estado* (1977) de Friedrich Engels, um tratado materialista histórico publicado em 1884, Engels analisa criticamente as maneiras de organização da vida social e explora a constituição moderna da sociedade em relação à opressão do gênero e ao carácter do casamento e da autoridade masculina. No que diz respeito às raízes da opressão e da exploração do trabalho de feminina e à subordinação das mulheres em ambos os sexos, o argumento central de Engels é que, ao final do

²Cintra, André, «As Operárias Ocupam Mais as Fábricas. Que Ocupam Também a Política!», Vermelho, <https://vermelho.org.br/2019/08/01/as-operarias-ocupam-mais-as-fabricas-que-ocupem-tambem-a-politica/>, 1 de agosto de 2019.

³Michelle Perrot e Viviane Ribeiro, *As Mulheres ou Os Silêncios da História* (Bauru: EDUSC, 2005), 9-11.

“comunismo primitivo”, a opressão de classe coincide com o surgimento da propriedade privada.

Por outras palavras, segundo Engels, a opressão das mulheres foi acompanhada pelo aparecimento de classes sociais e de propriedade, bem como pelo aparecimento de modos de produção que se apropriaram desigualmente do produto social. Nas atividades primitivas de caça e recolha, as mulheres primitivas dominavam a organização social e, enquanto importantes fornecedoras de alimentos e criadoras de artefactos, eram-lhes atribuídos papéis não só iguais como superiores aos dos homens. No entanto, com a expansão da agricultura extensiva, o aparecimento de grandes excedentes e a emergência da propriedade privada conduziram a um declínio do estatuto da mulher. «um aumento de produtividade na esfera masculina permitiu a criação de um excedente que, apropriado enquanto riqueza levou a subordinação da mulher».⁴ A instituição do matrimónio foi também discutida por Engels, que criticou a monogamia, baseada no patriarcado, como a escravização de um sexo ao outro. A indústria moderna, por outro lado, traria as mulheres para a indústria publicitária e para a produção social, o que promoveria a igualdade de direitos para dois sexos no lar. Consequentemente, o significado das mulheres da classe operária como participantes na produção social deve ser mencionado na causa da promoção da emancipação das mulheres. Embora a visão de Engels do modelo histórico da família em termos de tempo linear e a sua convicção de que a monogamia iria desaparecer, bem como a sua consciência da sexualidade, especialmente da prostituição, limitada ao conhecimento da época, sejam questionáveis, com base no facto de as mulheres não terem direitos como o direito de voto, o direito de participar no sufrágio ou o direito ao divórcio nessa altura, as críticas de Engels à moralidade da família para o proletariado capitalista da época e as suas ideias a favor da igualdade entre homens e mulheres e da valorização do trabalho das mulheres eram ideias muito vanguardistas no século XIX.

Na teoria de Karl Marx, segundo *O Capital*, as mulheres operárias sob o capital entram na produção no processo de expansão industrial massiva, o trabalho significa que o empregador compra o tempo de trabalho do trabalhador, e no patriarcado capitalista, o trabalho de feminina é desvalorizado e as trabalhadoras recebem um salário mínimo, o que permite ao capitalista ganhar “mais valia”, e a extração pelo capitalismo da mais-valia absoluta do trabalho das mulheres é uma exploração nua e crua. A entrada das mulheres na produção social, como no caso das fábricas brasileiras onde as mulheres e as crianças foram as

⁴Friedrich Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (Londres: Lawrence Wishart, 1977), 119-120.

primeiras a entrar no mercado de trabalho, por um lado facilita a exploração do capital, porque os desenvolvimentos tecnológicos permitiram reduzir as competências e as capacidades físicas exigidas, estimulando a concorrência entre os trabalhadores, e o capital lucra com a redução dos custos através do emprego de operárias e crianças. Mas, por outro lado, trouxe às mulheres para o mercado de trabalho, o número de mulheres nas profissões aumentou drasticamente e o trabalho remunerado permitiu que as mulheres lutassem pela igualdade nas relações sociais. Marx afirmava particularmente o papel da promoção da igualdade na família:

[...] quão terrível e degradante a dissolução de velhos laços familiares possa parecer no sistema capitalista, entretanto a moderna indústria, atribuindo importante papel às mulheres, jovens e crianças de ambos os sexos no processo da produção fora da esfera doméstica, de fato cria um novo fundamento para uma forma mais elevada de família e de relações entre os sexos.⁵

Para compreender o conceito de patriarcado, Engels defende que este surgiu com o controle da propriedade privada pelos homens:

Marx e Engels adotaram o conceito de governo pelo pai, mas deram-lhe um novo significado económico e histórico. Identificaram um modo de produção patriarcal como o sistema económico dominante durante uma fase particular da história pré-capitalista, quando os agregados familiares eram unidades de propriedade e de produção. A propriedade e a direção do processo de produção pertenciam aos chefes de família do sexo masculino, e as mulheres e as crianças estavam subordinadas à autoridade masculina. As mulheres tinham um duplo valor económico para os seus maridos proprietários independentes, quer como trabalhadoras, quer como mães da geração seguinte, que herdaria o negócio e forneceria a sua futura força de trabalho.⁶

O patriarcado, para as teóricas feministas, implica a dominação e as relações sociais de uma sociedade patriarcal, um sistema social em que o poder é detido por homens adultos. A partir dos anos 70, feministas como Kate Millett passaram a utilizar o termo patriarcado não mais para se referir especificamente ao domínio do pai, mas para designar o poder masculino sobre as mulheres. E expandiu-se da família para incluir a relação entre homens e mulheres no sistema social.⁷

As mulheres operárias não estiveram ausentes de importantes movimentos de resistência no Brasil, onde ocorreu a primeira greve geral da história do país, em São Paulo, em 1917, e onde as mulheres da classe operária estiveram à frente de uma greve de proporções inéditas na história brasileira. Elas constituíam a maioria da classe operária e, no conjunto dos

⁵Karl Marx, *O Capital* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971), 434.

⁶Phillip Anthony O'Hara, *Encyclopedia of Political Economy* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2001), 843.

⁷Ibidem, 843.

trabalhadores, exigiam melhores condições de trabalho, remuneração mais alto, o fim do trabalho infantil e a redução da sobrecarga de trabalho. As mulheres da classe operária têm um significado amplo para a emancipação feminina e para a luta pelos direitos das mulheres. Em geral, uma vez que se preocupam com as questões económicas imediatas e com as circunstâncias de sobrevivência, e representam também os interesses e direitos de um vasto conjunto de mulheres das classes populares, fazendo reivindicações de dimensões de género, incluindo exigências de licença de maternidade, de salário igual para trabalho de igual valor ao dos homens, de soluções para o abuso sexual no sistema fabril, entre outras.

No entanto, as vozes das mulheres da classe operária foram muitas vezes ignoradas e, embora estivessem envolvidas em uma ampla gama de grupos e participassem ativamente do movimento grevista, não foram levadas a sério pelos sindicatos dos trabalhadores, como Gláucia Fraccaro, autora de *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)*, comentou em relação à participação das mulheres da classe operária nas greves: «Mulheres não foram apagadas da história sindicalista, até porque formavam substancialmente a maior força de trabalho. Só não eram a cara do movimento».⁸

Esta dissertação explora a presença feminina da classe operária-sujeito durante a Primeira República, na perspectiva de que as mulheres fizeram história para si próprias, usando como referência a onda de movimentos de greve dos trabalhadores que teve lugar durante este período. Optei por me concentrar neste período específico do movimento das greves gerais da classe operária para analisar as mulheres dessa classe, quais foram as situações enfrentadas por essas mulheres e como elas lutaram por seus direitos em uma época em que a emancipação da mulher e o feminismo eram incipientes no processo de industrialização, nos primórdios do desenvolvimento da mulher profissional, quando o Brasil apenas caminhava para a república com o abandono do império e na ausência de organizações e teorias como as que existem hoje. As discussões sobre esse tema têm ainda pouco espaço na nossa historiografia, ainda hoje, e as informações são escassas, o que está relacionado à falta de entusiasmo dos estudiosos anteriores sobre o tema do feminismo operário e à imperfeição dos dados e estatísticas para o período. Por isso, busco dados em jornais, notícias, obras literárias e literatura da época.

A principal referência é o livro *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)*, de Gláucia Cristina Candian Fraccaro, que me inspirou a analisar o grupo

⁸Paula Soprana, «Primeiras Operárias Do Brasil Deram Início a Luta Por Direitos Da Mulher», UOL, <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/primeiras-operarias-do-brasil-deram-inicio-a-luta-por-direitos-da-mulher.shtml>, 1 de maio de 2021.

de mulheres trabalhadoras durante a Greve Geral. Na obra, Glaucia Fraccaro relata a participação das mulheres na greve de São Paulo de 1917 e as contradições sociais, políticas e económicas das condições de vida e de trabalho das mulheres, analisando a presença das mulheres no movimento operário em termos de como as reivindicações específicas das mulheres foram incorporadas na ação política de classe mais ampla e como o movimento grevista influenciou a busca das mulheres pelo poder. Examina ainda as relações estreitas entre o trabalho das mulheres, a maternidade e o desenvolvimento dos cuidados familiares. Este livro fornece boa inspiração, mas ainda precisa de diversas referências para ser preenchido e detalhado. Especialmente para a análise do movimento grevista no Rio de Janeiro durante o período da tendência grevista de 1917-1920.

Ao analisar o contexto e o movimento grevista no período da Greve Geral, a principal referência para a Primeira Guerra Mundial é *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a Diplomacia Brasileira e as Grandes Potências*, de Francisco Luiz Teixeira Vinhosa. Confrontada com a complexidade das relações sociais e das correntes sociais durante a Greve Geral, a abordagem principal é a de tomar os múltiplos textos de Luigi Biondi e Edilene Toledo para descrever as correntes ideológicas e o pano de fundo ideológico do período da greve, principalmente o anarquismo e o socialismo, que evidenciam a complexidade dos sentimentos da população imigrante italiana. *O Espírito da Revolta: a Greve Geral Anarquista de 1917* de Christina da Silva Roquette Lopreato, serve de complemento. Assim como *Os Ecos Da Revolução Russa No Brasil*, de Cláudio Batalha, e *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e Seus Reflexos no Brasil*, de Moniz Bandeira, para complementar o impacto da Revolução Russa como fator de contextualização para o Brasil. Citando o artigo de Elaine Pereira Rocha *Guerreiras ou Anjos? As Mulheres Brasileiras e a Grande Guerra* complementam a formação das soldadas femininas do Russo da Primeira Guerra Mundial, que causou grande impacto ao apresentar ao mundo a imagem da mulher em combate. Além disso, o marxismo e a classe operária no contexto da situação de greve geral. Além de Glaucia Fraccaro, Luigi Biondi e Edilene Toledo, *A Proto-História do Marxismo no Brasil* de Evaristo Moraes Filho e *Immigration and the Early São Paulo Working Class* de Michael Hall, e *Trabalho Urbano e Conflito Social*, de Boris Fausto, como referências adicionais.

Ao apresentar as condições de trabalho e de vida das trabalhadoras, os estudos de Maria Valeria Junho Pena, Margareth Rago, Francisca Nogueira de Azevedo e June Edith Hahner revelam o tratamento deplorável das mulheres nas fábricas de São Paulo e do Rio de Janeiro. O romance *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, reproduz em outro gênero o tratamento desumano das operárias. Além disso, dados de órgãos como a Prefeitura do Distrito Federal, o

Departamento Estadual de Trabalho, entre outros, atestam a presença generalizada de operárias nas fábricas e sua desigualdade de tratamento. A visão da classe trabalhadora como tendo dois gêneros é ampliada ao narrar o estudo de Elisabeth de Souza Lobo: *Uma Classe Operária Tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência*. A sua análise da classe trabalhadora e do mundo sindical e a sua proposta de análise da heterogeneidade e unidade da classe trabalhadora combina classe e gênero como dimensões inseparáveis.

Como a emancipação feminina em relação às mulheres da classe trabalhadora deixou sua marca nas correntes que emergiram do desenvolvimento do feminismo brasileiro? *A Plebe, O Combate, O Imparcial, O Voz do Povo, A Razão, etc.* são jornais que mostram a realidade da vida operária, do trabalho e do movimento grevista da época. Esta dissertação analisa principalmente os antecedentes da libertação das mulheres a partir da obra de referência *Emancipação do Sexo Feminino: A Luta pelos Direitos da Mulher no Brasil* de Hahner, June E. Observando o desenvolvimento dos jornais femininos como ferramentas de informação com foco no discurso das mulheres desde o século XIX, quando as mulheres lutaram pela educação, até as lutas políticas e sociais das mulheres brasileiras e dos grupos de mulheres trabalhadoras na primeira metade do século XX, Hahner apontou quatro características da participação das trabalhadoras nas greves. Esta tese toma também como referência *Uma História do Feminismo no Brasil* de Céli Pinto, sua pesquisa foi de grande importância para a “primeira onda” do movimento feminista brasileiro no final do século XIX. Ela identifica três tendências feministas, caracterizando o “bem-comportado” pelo direito ao voto político representado por Bertha Lutz e a “uma face menos comportada do feminismo” representada por Maria Lacerda de Moura. Com base nestes dois documentos, observa a participação das mulheres da classe trabalhadora em greves e tendências feministas relacionadas no século XX a partir de uma perspectiva feminista. Para a análise dos sindicatos de mulheres proletárias, Fracarro, Biondi e outros se concentraram nos sindicatos da região de São Paulo. No movimento sindical de mulheres no Rio de Janeiro, escolhi o movimento paredista da União das Costureiras em junho de 1919, que é uma vitrine. Foi uma luta que demonstrou a resistência, a organização e a liderança dos sindicatos de mulheres proletárias. As principais matérias vêm dos jornais *A Razão, A Rua, A Gazeta de Notícias* e assim por diante.

Ao nível da legislação laboral feminina, a posição das mulheres no espaço público e a falta de neutralidade jurídica na altura são expressas no contexto das perspectivas feministas liberais de Carole Pateman. Analisando o debate sobre o direito de voto das mulheres na Constituição de 1891 e os argumentos a favor e contra as propostas de licença de maternidade, creches e outras facilidades após a Greve Geral de 1917-1920, o debate sobre o trabalho das

mulheres exprime a concepção que a sociedade tem da moral e dos valores das mulheres e da divisão do trabalho em função do gênero. Até as propostas de proteção das mulheres se baseiam numa divisão “natural” dos papéis sociais na família. A obra de Angela Maria de Castro Gomes, *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil*. O trabalho feminino está ligado às qualidades “maternais” da mulher e, na luta pelos direitos das mulheres, as trabalhadoras sempre andaram de mãos dadas com o trabalho infantil. O controle da família e do patriarcado que lhe está subjacente é analisado em relação à feminista materialista Christine Delphy, à feminista britânica Carole Pateman e à feminista espanhola Lidia Falcón.

Na discussão final sobre o outro feminino, a honra e a moral, a honra sexual das mulheres no século XX permaneceu intimamente ligada à moral, enquanto as mulheres das famílias trabalhadoras também mostraram novas mudanças na sua vida emocional e nos conceitos tradicionais de casamento e família, numa época de constante migração do campo para a cidade e de desenvolvimento de ideias liberais. As principais referências são os casos de *Em Defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)* de Sueann Caulfield, *Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano* de Rachel Soihet, *Tempos de Capanema* de Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro, etc.

Recuperando a presença das mulheres operárias na Primeira República e tendo como objeto de estudo o movimento grevista, a minha tese aborda, em primeiro lugar, os fatores contextuais que levaram à eclosão da Greve Geral na cidade (factores internacionais, nacionais e correntes ideológicas); em segundo lugar, analisa a entrada das mulheres nas fábricas e o tratamento que lhes foi reservado; em terceiro lugar, em relação às correntes feministas, analisa o envolvimento das mulheres operárias no movimento grevista e o significado das acções das mulheres operárias em prol dos direitos e da emancipação feminina. Por último, aborda as questões da honra e da moral das mulheres trabalhadoras e a relação entre o trabalho feminino e a família, o casamento, a feminilidade e a maternidade, que foi um fenômeno no início do século XX.

Capítulo 1: As Greves Operárias na Primeira República Brasileira (1917-1920)

1.1 Contexto Internacional

As razões da vaga de greves dos trabalhadores na segunda década do século XX foram específicas a cada cidade, mas foram influenciadas pela mesma situação (inter)nacional, e foram uma combinação de fatores históricos. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o movimento operário organizado pela II Internacional (1889-1914), a revolução que eclodiu na Rússia em 1917, e as revoltas na Alemanha e noutros locais da Europa formam em conjunto o contexto internacional.

Os fatores internacionais não foram um fator direto na eclosão do movimento grevista, mas em termos de causas materiais, a Primeira Guerra Mundial afetou a economia e a política brasileira internamente e, por outro lado, em termos de fatores ideológicos, tanto a vitória da Revolução de Rússia de 1917 quanto a ideologia anarquista da Europa e o comunismo contribuíram para a eclosão do movimento grevista durante a República Velha.

1.1.1 Primeira Guerra Mundial: Comércio internacional e industrialização

A Primeira Guerra Mundial, que varreu o mundo em 1914, a corrida armamentista que adiantou no início do século XX, arrastou os países europeus para a torrente da guerra, dividindo-os em dois campos europeus, reino da Grã-Bretanha, os impérios da Rússia e do Japão e a República da França, eles formam a Tríplice Entente, contra as forças da Tríplice Aliança, composta pelos impérios centrais da Alemanha e da Áustria Hungria, o império Turco-Otomano e o reino da Itália. O Brasil dependia dos comerciantes alemães para as vendas de café no mercado europeu e permaneceu neutro durante grande parte dos primeiros três anos do conflito, mas após ter sido atacado o torpedeamento do vapor brasileiro Paraná por submarinos alemães, o Brasil decidiu, a 11 de abril de 1917, romper as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha e passar da neutralidade para a adesão formal ao Triple Entente.

A economia do Brasil é dominada pelas exportações agrícolas, com enfoque no café, dispunha nada menos do que quatro quintos da oferta do mundo. Antes da guerra, a Alemanha era o principal parceiro comercial do Brasil, seguida pela Grã-Bretanha e depois pela França. Quando o conflito eclodiu, o Brasil permaneceu neutro sob os auspícios da Convenção de Haia. Contudo, o Brasil sofreu uma série de limitações comerciais impostas por países beligerantes a países neutros, como membro da lista negra(statutory list), que visava o café

brasileiro como um produto proibido, alterando o mercado internacional do produto e tornando difícil para o Brasil exportar o comércio de café na Europa.

Além disso, o Brasil não tinha meios para transportar produtos brasileiros para o estrangeiro devido à falta de navios para o transporte costeiro, e a guerra tornou a marinha mercante muito mais arriscada, causando uma crise dos transportes marítimos. Dificuldades de transporte e severas restrições nos mercados de consumo combinadas para causar perturbações no comércio transatlântico. A queda na procura de mercadorias, bem como o congelamento das concessões de crédito internacional como garantia de que os produtos brasileiros se encontravam em armazéns europeus para o serviço da dívida externa, provocaram um golpe econômico. «Apenas entre 1914 e 1915 as vendas de café caíram em um terço em função do bloqueio naval estabelecido pela Grã-Bretanha para produtos de países neutros»⁹, explica o historiador canadense Rodrick Barman, especialista no Brasil dos séculos 19 e 20.

O que é certo, porém, é que a Primeira Guerra Mundial iria afetar profundamente a sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Por um lado, segundo o historiador Francisco Luiz Vinhosa, a agitação que a guerra causou nos mercados internacionais expôs as fraquezas da economia brasileira, que na altura era excessivamente dependente das exportações de café. As circunstâncias da Primeira Guerra Mundial forçaram o Brasil a concentrar-se mais na sua indústria, com um enfoque na produção de substituição de importações, após o país se ter preocupado mais com a agricultura. Em termos de número de trabalhadores, o número de trabalhadores industriais brasileiros quase duplicou entre 1912 e 1920.¹⁰

Por outro lado, os países europeus em guerra exigiram que os países periféricos lhes fornecessem os produtos primários necessários para alimentar as suas populações e exércitos. O aumento das exportações de produtos como arroz, carne, feijão e milho, por exemplo, resolveu o problema da balança comercial do Brasil, mas criou elevados custos sociais, um colapso sócio-econômico e uma situação em que a população sofria dos mesmos elevados níveis de inflação que o aumento dos preços dos bens de básica necessidade, escassez de alimentos e inflação.

⁹Explica pelo historiador canadense Rodrick Barman, especialista no Brasil dos séculos 19 e 20. Citação de Fernando Duarte, «Participação Do Brasil Na 1ª Guerra Trouxe Ganhos Modestos e Baque Econômico», BBC News Brasil, http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141110_brasil_guerra_fd, 11 de novembro de 2014.

¹⁰Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: A Diplomacia Brasileira e as Grandes Potências* (Rio de Janeiro: IHGB, 1990), 129-148.

Com a situação internacional em tumultos e barreiras à importação reduzindo a oferta de bens de consumo importados, o Brasil fez um grande esforço para desenvolver bens manufaturados para substituir os produtos importados. Contudo, a guerra desencorajou o investimento em maquinaria e equipamento, impedindo a rápida importação de maquinaria necessária para o crescimento, e a escassez de matérias-primas obrigou a produção industrial a diversificar-se e a economia brasileira a voltar-se para o mercado interno. A escassez de divisas e as negociações especiais de exportação iniciadas pelo governo levaram a flutuações excessivas das taxas de câmbio. Os preços de retalho no Brasil aumentaram bastante entre 1913 e 1918. Os proprietários de fábricas recorreram à exploração excessiva da mão-de-obra para obtenção de lucro, com horários de trabalho mais longos, salários reais reduzidos, e exploração de mulheres e crianças. Uma combinação de fatores levou à opressão dos trabalhadores tanto no trabalho como na vida.

A Primeira Guerra Mundial afetou os preços, o nível de vida dos trabalhadores e o aumento do número de horas de trabalho dos trabalhadores, entre outros aspectos, de acordo com Toledo Biondi: «apesar de distantes do palco da guerra, foram atingidos de diversos modos pelo conflito. Milhares de trabalhadores emigrados foram atingidos diretamente ao serem convocados a retornar a seus países como soldados.»¹¹ Em suma, a Primeira Guerra Mundial veio acrescentar-se à instabilidade econômica e às tensões sociais no Brasil. E os imigrantes estrangeiros têm um papel importante no movimento operário brasileiro, agitam a bandeira de ideias como o anarquismo e outras, «assim, foi um período de aumento significativo de greves parciais e gerais, lideradas por ou envolvendo uma participação significativa de grupos anarquistas, militantes e sindicatos.»¹² O anarquismo no movimento operário brasileiro é analisado em pormenor mais adiante.

1.1.2 Origem de Movimento Trabalhista Internacional e Brasileiro

Desde o surgimento da primeira revolução industrial, surgiram na Grã-Bretanha os primeiros grupos de trabalhadores, grupos de trabalhadores e a classe operária, e os sindicatos nasceram e desenvolveram-se no contexto das relações entre empregadores e empregados. Vou trabalhar como conceito de classe operária desenvolvido pela teoria marxista para o século XIX e XX, ou seja, depois da revolução industrial. A classe operária é definida, marxisticamente, como a classe de pessoas que dependem da venda de mão-de-obra (tanto

¹¹Edilene Toledo e Luigi Biondi, «Anarchism (Latin America)», em *International Encyclopedia of the First World War, 1914-1918*. ed.Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, e Bill Nasson. (Berlin: Freie Universität Berlin, 2014), 2.

¹²Ibidem, 3.

física como mental), que não possuem os meios de produção, cuja mão-de-obra é largamente explorada pela burguesia, e geram a principal riqueza para a sociedade, incluindo a maioria dos trabalhadores manuais e mentais.

Nas numerosas visitas à Grã-Bretanha para investigar pelos teóricos socialistas do século XIX, Marx e Engels demonstraram as horríveis condições de trabalho sofridas pelos trabalhadores durante a Revolução Industrial. Friedrich Engels na obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, descreve as favelas mais pobres e piores do Manchester City:

Nesse gigantesco labirinto de ruas há milhares de vielas e de becos, cujas casas são demasiado horríveis para qualquer um que ainda possa dispor de uma pequena quantia para pagar uma habitação humana – e muitas vezes esses miseráveis refúgios do pior pauperismo se encontram próximos dos suntuosos palácios dos ricos[...]não está preocupado com determinações categoriais jurídicas – emprega como sinônimos roubo e furto. não propriamente espaços de luxo, mas bastante convenientes, incontáveis porões são usados como habitações, dos quais saem à luz do dia silhuetas de crianças doentes e mulheres esfarrapadas, meio mortas de fome.¹³

As relações de trabalho da Revolução Industrial levaram os trabalhadores insatisfeitos com as más condições de trabalho a revoltarem-se e a formarem sindicatos para fazer greve e negociar. Em 1824, o Parlamento britânico aprovou uma lei que alargava a liberdade de associação aos trabalhadores, sob a forma de *trade unions*, e foram criados sindicatos. Em 1830, os trabalhadores ingleses formaram a Associação Nacional para a Proteção do Trabalho, que se tornou como uma central de todos os sindicatos.

As organizações de trabalhadores que se seguiram foram formadas com a intenção de proteger os direitos e interesses da força de trabalho e de trabalhar para reduzir a crescente exploração dos trabalhadores pelos empregadores que detinham os meios de produção. É a reunião de novas contradições num novo sistema à medida que as relações de produção mudam, a condição social do estabelecimento de leis para proteger os trabalhadores exige a reunião de um vasto grupo da classe operária, de acordo com o Delgado: «a concentração proletária na sociedade europeia e norte americana em torno das grandes cidades industriais; o surgimento de uma inovadora identificação profissional entre as grandes massas obreiras, a partir de um mesmo universo de exercício de sua força de trabalho—universo consubstanciado no estabelecimento ou empresa.»¹⁴ As mudanças que estão a ocorrer em toda a Europa levaram a movimentos de greve dos trabalhadores em vários países, à elaboração de leis para proteger os trabalhadores e ao processo de formalização dos direitos dos

¹³Friedrich Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (São Paulo: Boitempo, 2015), 71.

¹⁴Mauricio Godinho Delgado, *Curso de Direito do Trabalho* (São Paulo: LTr, 2020), 104.

trabalhadores. Além disso, a Primeira Conferência Internacional da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), realizada em Genebra em 1866, apelou à comunidade internacional para legislar, e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada em 1919 para desenvolver convenções a nível internacional. O Brasil é membro fundador da OIT e, em 1950, abriu o primeiro escritório da OIT na América Latina.

Em comparação com os grandes países capitalistas, o desenvolvimento industrial do Brasil foi tardio. Na virada do século XIX para o século XX, a economia brasileira ainda era predominantemente agrícola. O olhar centra-se no século XIX, com a aceleração da industrialização, a elevada concentração de capital, a constituição de mercados, o desenvolvimento da banca e do comércio, a ascensão do sistema capitalista e o crescimento gradual dos trabalhadores da indústria capitalista como uma nova classe social, com a relação entre os proprietários das fábricas e os trabalhadores na posição das relações de produção importantes.

No final do século XIX, com a segunda revolução industrial, as melhorias tecnológicas e o desenvolvimento de novos métodos de produção, houve uma tensão crescente entre os trabalhadores e o capital. A classe operária em países como a Grã-Bretanha, Espanha e Alemanha organizou greves para exercer pressão sobre os patrões no benefício de condições de trabalho dignas. Ao contrário da Europa, o Brasil estava a dar os seus primeiros passos na industrialização e na modernização da produção durante a Segunda Revolução Industrial, que teve lugar de finais do século XIX até à década de 1930, o ciclo do café.

Em termos de influência internacional, o movimento grevista brasileiro tem sido influenciado pelo movimento grevista internacional. Por exemplo, a inspiração para a criação do Dia do Trabalho no Brasil e a jornada de oito horas de trabalho foram influenciadas por a greve mais conhecida talvez seja a de 1.º de maio de 1886 em Chicago, nos Estados Unidos. Além disso, o tema da jornada de trabalho e dos horários de trabalho remonta à jornada de trabalho de oito horas proposta pelo socialista Robert Owen no século XIX, durante a Revolução Industrial em Inglaterra, e ao Congresso de Genebra da Primeira Internacional, em 1866, que apelava a que as legislações nacionais reconhecessem as «Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, oito horas de descanso.» Em 1919, a França aprovou turnos de oito horas e declarou o dia 1 de maio feriado. Outros países seguiram o exemplo. Já a luta pela jornada de oito horas tornou-se um importante objetivo do movimento operário brasileiro no início do século XX. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a primeira greve geral da cidade pela jornada de oito horas foi realizada em 1903, seguida de novas greves e reivindicações pela jornada de oito horas em 1906, 1911, 1913, 1917 e 1920, e somente em 1920 o Rio de Janeiro

introduziu a jornada de oito horas para a maioria das categorias de operários fabris.¹⁵ A jornada de trabalho de oito horas é uma importante reivindicação do movimento grevista. Também uma importante reivindicação da greve geral de 1917 em São Paulo do Brasil.

1.1.3 A Revolução Russa

A Revolução Russa foi uma série de revoltas ocorridas na Rússia a partir de 1905, com destaque para outubro de 1917, quando os bolcheviques tomaram o Palácio de Inverno e o sistema czarista terminou. Este feito não só simbolizou a fundação de outro sistema social, político e econômico distinto do ocidental dominante do século XIX, mas também idealmente espalhado por todo o mundo e teve o poder de inspirar a imaginação das gerações futuras, incluindo o Brasil.

No contexto mais amplo da Revolução Russa, inúmeros trabalhadores e camponeses trabalhavam arduamente, mas a população era extremamente pobre e os alimentos eram escassos. A Primeira Guerra Mundial exacerbou a situação de crise na Rússia, com motins após a intensificação das tensões sociais. No Brasil, os trabalhadores brasileiros sofrem da mesma subida do custo de vida, mas com salários magros e onerosos. Perante as notícias da revolução russa, o governo brasileiro colocou obstáculos por receio de que o país seguisse o mesmo caminho da revolução proletária. Em primeiro lugar, interceptou e criou a desinformação. «Havia censura aos despachos das agências internacionais devido à Primeira Guerra. Então isso chega com uma série de informações falsas»,¹⁶ conta o historiador Cláudio Batalha.

Em segundo lugar, o senador Adolfo Gordo apresentou dois projetos de lei, destinados a promover a expulsão de estrangeiros e sindicatos que ponham em perigo a ordem pública ou a segurança nacional. Para os imigrantes italianos e espanhóis ocuparam as fábricas em grande número e espalharam a anarquia. Apesar dos obstáculos encontrados no Brasil quando a notícia da revolução russa deu mais confiança à classe operária e impulsionou os movimentos operários e anarquistas. Uma série de greves exigindo preços mais baixos, melhores condições de trabalho e salários mais elevados varreu o país, marcada pela Greve Geral de São Paulo em julho de 1917, que destacou de forma importante a interpretação do “anarcossindicalismo” Os bolcheviques foram encarnados na greve do Rio de Janeiro de novembro de

¹⁵Prefeitura do Rio, «Um Olhar No Tempo», Prefeitura do Rio, https://www0.rio.rj.gov.br/rio_memoria/1903.htm, s/d.

¹⁶Cláudio Batalha, «Os Ecos Da Revolução Russa No Brasil», Unicamp, <https://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2017/10/26/os-ecos-da-revolucao-russa-no-brasil-0>, 25 de outubro de 2017.

1918 e as conquistas da Revolução Russa foram acolhidas em comícios de greve em Porto Alegre. As repercussões da Revolução Russa de 1917 foram enormes, nomeadamente «Grande parte do movimento operário, incluindo os anarquistas, acolheu com entusiasmo as notícias que chegavam sobre a queda do czar e a tomada do poder pelos bolcheviques.»¹⁷ Durante o boom grevista de 1917-1920, a Revolução Russa foi ativamente explorada e a chama da esperança acendeu-se nos corações dos radicais e anarquistas.

A *Semana Social* foi um dos primeiros jornais a noticiar a Revolução Russa de 1917. Antonio Canellas descreve o texto *Suas Causas e Suas Possíveis Consequências* da Revolução Russa neste jornal em março de 1917:

Se o gênio mau da burguesia não impedir, com a sua manhã, a ramificação da árvore generosa que acaba de despontar na Rússia - a árvore da Liberdade - o povo russo não tardará a compreender que a guerra ao bloco austro-alemão pertence à política criminoso dos czares e grãos-duques e que, portanto, que tal guerra não deve fazer parte da nova era que se acaba de inaugurar por meio de uma revolução libertadora.¹⁸

Descreve a Rússia como “política criminoso” em relação à Rússia czarista, e tem grandes esperanças na Revolução de fevereiro, a “Árvore da Liberdade”, e espera que seja bem sucedida e traga coisas boas para o mundo: «Oxalá que essa previsão se realize! Quanto lucrará o ideal da perfeição humana se na sábia Europa vier a reinar a liberdade analisada ao respeito mútuo, a igualdade perante os meios de desenvolvimento e de ação e a Fraternidade - Universal e Indivisível! »¹⁹

A *Plebe*, lançado em São Paulo por Edgard Leuenroth, Relatório debate na revolução russa de 1917 e, em 25 de agosto de 1917, um artigo intitulado «um salvação fazer povo da ação conjunta dos operários de farda e de blusa», inspirada pela revolução russa, disse é “exemplos para o povo brasileiro”. Quero inspirar as massas, do Brasil «Que os trabalhadores do Brasil se mirem neste espelho e se instruem eficazmente com esta lição».²⁰

Edilene Toledo em seu estudo sobre os primeiros impactos da revolução na Rússia no Brasil, observou que os comentários sobre os acontecimentos de março e novembro de 1917 apareceram cedo na imprensa operária, e que muitas pessoas, inclusive anarquistas, estavam entusiasmadas com a realização dessa experiência revolucionária.²¹ De acordo com Moniz

¹⁷Moniz Bandeira, *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e Seus Reflexos No Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1980), 320.

¹⁸*A Semana Social*, Maceió, 30 de março de 1917, p.1.

¹⁹*Ibidem*.

²⁰*A Plebe*, São Paulo, 25 de agosto de 1917, p.4.

²¹Edilene Toledo, «Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917», *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), XXX, n.º 61(2017):511-513.

Bandeira, a maioria parte do movimento operário, bem como os anarquistas, aceitou com entusiasmo as notícias que chegavam sobre o colapso do czar e a tomada do poder pelos bolcheviques.²² A Revolução Russa de 1917 injetou esperanças e gerou discussões entre anarquistas, radicais e socialistas brasileiros, e ele veio para o Brasil no contexto da Primeira Guerra Mundial. No cenário de convulsão mundial, ele se tornou um fator impulsionador do feroz movimento operário no Brasil de 1917-1920. Como disse Biondi:

De forma geral, o ano de 1917 foi caracterizado mundialmente por toda uma série de protestos, motins e greves sem precedentes, cujo evento maior foi[...] a revolução russa [...] Todos estes movimentos, que desembocaram em revoltas urbanas, estavam diretamente ligados a uma conjuntura econômica causada pelo prolongamento da I Guerra Mundial. Inflação, perda do poder de compra, miséria acentuada pela escassez de abastecimentos, foram aspectos experimentados não somente pelas classes trabalhadoras que deram vida aos soviets de Petrogrado, nem [...] apenas pela população operária paulistana, mas caracterizaram o ano de 1917 em muitos países direta ou indiretamente envolvidos na guerra.²³

Um ponto digno de nota é a importância da participação das mulheres no processo revolucionário, o papel das mulheres e o progresso das mulheres na Revolução Russa. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, os homens foram para a guerra e as mulheres juntaram-se à força de trabalho urbana, formando grupos de trabalhadores e fazendo campanha para greves e participando na revolução para exigir a destituição do czar do poder. As mulheres participaram corajosamente na revolução de 1917 e agiram efetivamente nesse ambiente socialmente opressivo.

Persistiram na sua luta e não desistiram, lutando pelos seus direitos e apresentando as suas reivindicações à luz da sua situação imediata na altura.

A desilusão dos trabalhadores levou a novas greves, novamente lideradas por mulheres. Cerca de quarenta mil trabalhadoras de serviços de lavanderia, membras de um sindicato liderado pela bolchevique Sofia Goncharskaia, entraram em greve por melhor pagamento, jornada de oito horas e melhorias nas condições de trabalho: melhores condições de higiene no trabalho, benefícios de maternidade (era comum que as trabalhadoras escondem a gravidez até darem à luz no chão da fábrica) e fim ao assédio sexual.²⁴

Para além disso, a imagem das mulheres como enfermeiras da Cruz Vermelha na Primeira Guerra Mundial e a imagem das mulheres russas como soldados que participaram em

²²Moniz Bandeira, *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e Seus Reflexos no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1980), 327.

²³Luigi Biondi, «A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas», *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, XV, n.º 27 (2009): 272.

²⁴Ibidem, 4.

manobras militares geraram discussões em todo o mundo. No Brasil, embora esporadicamente, também gerou críticas sobre os papéis tradicionais de gênero para as mulheres. Elaine Pereira Rocha, em *Guerreiras ou Anjos? As Mulheres Brasileiras e a Grande Guerra*, afirma que enquanto imensos brasileiros consideravam as soldadas estranhas e indesejáveis, outros as achavam corajosas, patrióticas e louváveis. Todas as opiniões sobre a participação de feminina na Primeira Guerra Mundial - os que defendiam o apoio logístico, os que pretendiam ser enfermeiras voluntárias ou profissionais, os que reclamavam a igualdade no campo de batalha - reivindicavam essencialmente a similar coisa, ou seja, o pleno povo e as honras cívicas para os direitos.²⁵

1.1.4 Imigração Estrangeira e a Difusão de Teorias Sociais

A abolição da escravidão e o estabelecimento da Primeira República Brasileira no final do século XIX atraíram um grande número de imigrantes estrangeiros para trabalhar no Brasil. Os imigrantes que se juntaram às primeiras indústrias brasileiras no início do século XX representaram uma grande proporção da força de trabalho brasileira, com predominância de italianos, espanhóis e portugueses. Trazendo consigo ideias e teorias populares entre a classe trabalhadora europeia, sua chegada facilitou a disseminação de uma ampla gama de ideias europeias, como o socialismo, o comunismo e a ideologia anarquista, no ambiente fabril. Onde as principais teorias sociais são o socialismo e o anarquismo.

O socialismo surgiu no contexto da Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX como uma ideologia política, econômica e filosófica, geralmente dividida em socialismo utópico e socialismo materialista. O socialismo utópico foi proposto pelos primeiros pensadores Robert Owen, Saint-Simon, Charles Fourier, entre outros. Defendendo a transformação social por meio de reformas que atenuassem os efeitos negativos do capitalismo, suas ideias eram utópicas, idealistas e não aderiram ao caminho revolucionário da luta de classes, considerando a construção de uma sociedade igualitária pelo socialismo utópico.

O socialismo materialista, conforme proposto por Karl Marx e Friedrich Engels, vê a história humana como baseada na luta de classes e acredita que o proletariado, como os despossuídos, deve tomar o poder, socializar os meios de produção e distribuir a riqueza igualmente. As manifestações do socialismo brasileiro na primeira metade do século XIX como um socialismo de caráter ético-religioso²⁶, com jornais do Rio de Janeiro, inspirados em

²⁵Elaine Pereira Rocha, «Guerreiras ou anjos? As mulheres brasileiras e a Grande Guerra», *Revista Estudos Feministas*, XXXVIII, n.º 3(2020): 1-3.

²⁶Paulo Roberto Carneiro Pontes, «O socialismo contra o comunismo: a divergência conceitual na

estudiosos franceses, como François Marie Charles Fourier, Conde de Saint-Simon e outros estudiosos franceses, bem como nos ensinamentos católicos, propagando a libertação social e os esforços filantrópicos, entre outras coisas.

Carneiro afirma que a história dos conceitos mostra: «o socialismo não se refere necessariamente ao comunismo e que a associação de ambos à doutrina marxista é anacrônica em seu início: os termos foram distinguidos no Brasil desde o século XIX.»²⁷ A introdução tardia do marxismo no Brasil deveu-se principalmente à reviravolta dos acontecimentos na Revolução Russa de 1917, e foi somente em 1922 que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) exerceu efetivamente sua influência. Evaristo de Moraes Filho mostrou em seus estudos sobre o marxismo, «Marx era conhecido, nem sempre lido ou compreendido».²⁸ E após a eclosão da Revolução Russa, seu nome foi difundido junto com o de Lênin. A partir do histórico do estabelecimento da organização, em 1892, o Brasil realizou os Congressos Socialistas em Rio de Janeiro e São Paulo, cada um respectivamente. Além disso, o primeiro partido socialista do Brasil, o Partido Operário Socialista, foi fundado no Rio de Janeiro no mesmo ano. Silvério Fontes é considerado o primeiro marxista do Brasil e fundou o Centro Socialista de Santos, o Partido Operário Independente foi fundado em 1906, na primeira década do século XX. Durante a Primeira Guerra Mundial, as ideias socialistas se espalharam e, no final de 1919, a Liga Socialista foi formada no Rio de Janeiro.

O anarquismo, de acordo com Edilene Toledo e Luigi Biondi, começou a se espalhar na América Latina na década de 1870 por meio de organizações de trabalhadores, propaganda, educação e experimentação comunitária, e foi um fator importante no processo de auto-organização dos operários e na construção de uma cultura de classe no período entre 1890 e 1920, igualmente alimentado pelas grandes ondas de imigração. Seu movimento anarquista caracterizou-se, em tempos de conflito, por sua oposição à guerra e sua postura pacifista.

O primeiro sindicato do Brasil, a Confederação Operária Brasileira (COB), tinha vários anarquistas ativos, mas não tinha um caráter anarquista claro.²⁹ A organização nasceu formalmente em abril de 1906 no Primeiro Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro, capital do Brasil, e foi fundada de fato em março de 1908. O COB foi uma organização

imprensa do Rio de Janeiro (1840-47)», *Anais da Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado*, IV(2018): 347.

²⁷Ibidem, 8.

²⁸Evaristo Moraes Filho, «A proto-história do marxismo no Brasil», em *História do Marxismo no Brasil: o Impacto das Revoluções*, orgs. João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis (Campinas: Unicamp, 2007), 40.

²⁹Edilene Toledo e Luigi Biondi, «Anarchism (Latin America)», em *International Encyclopedia of the First World War, 1914-1918*. ed.Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, e Bill Nasson. (Berlin: Freie Universität Berlin, 2014), 3.

operária relativamente bem-sucedida a operar irregularmente entre 1906 e 1915, como a primeira organização nacional de operários que funcionou com algum sucesso, embora de forma irregular e difícil. Na primeira década do século XX, os anarquistas ajudaram a desenvolver o sindicalismo brasileiro, que se tornou mais pragmático.

De acordo com Cláudio Batalha³⁰, na época do estabelecimento da Primeira República Brasileira, alguns trabalhadores foram inspirados por *A Proclamação da República Brasileira* a acreditar que a Primeira República inaugurou uma nova era e um novo poder político, mas, na verdade, era difícil para os trabalhadores participarem da vida política. Esse ambiente político permitiu o desenvolvimento do sindicalismo revolucionário, defendido por militantes anarquistas. Tiago Bernardon Oliveira aponta que a força que o anarquismo ganhou no Brasil durante a Primeira República foi, em parte, resultado do ambiente de exclusão proporcionado pelo modelo oligárquico. Esse modelo não oferecia canais institucionais para as demandas sociais. Além dos operários nacionais, dos quais uma proporção significativa era de ex-escravos, havia um número acrescido de imigrantes proletarizados com direitos civis, políticos e sociais muito limitados. Nesse contexto, há um incentivo para que os trabalhadores politicamente organizados tomem medidas diretas.³¹

As teorias se desenvolveram no movimento trabalhista à medida que os operários faziam exigências por melhores condições de trabalho. A partir do final do século XIX, as teorias sobre a classe operária e o proletariado se difundiram não só no Brasil, mas também no mundo. De forma ampla, principalmente o anarquismo, o socialismo e o comunismo, as diversas teorias foram constantemente discutidas nos primórdios e, ao longo de seu desenvolvimento, foram dando origem a ramificações características, como o sindicalismo revolucionário, teoria com fortes ligações com o sindicalismo anarquista e com as ideias do socialismo e do comunismo.

No Brasil, essas teorias tiveram repercussão nas organizações e ações que se estabeleceram, tendo como exemplo o desenvolvimento do anarquismo pré-organizacional, desde o período do século XIX, com as associações para ações de ajuda mútua e os jornais pioneiros de propaganda, como *Gli Schiavi Bianchi* (1892), *L'Asno Umano* (1894) e

³⁰Cláudio Batalha, «Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva», em *O Brasil Republicano: O Tempo do Liberalismo Excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*, orgs. Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003), 155–160.

³¹Tiago Bernardon Oliveira, «Anarquismo e Revolução: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República», em *História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas*, orgs. Kauan Willian Santos e Silva, Rafael Viana. (Curitiba: Prismas, 2018), 229-230.

L'Avvenire (1894-1895). No início do século XX, a criação de importantes organizações locais, como a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), a Federação Operária de São Paulo (FOSP) e as publicações anarquistas *A Terra Livre*, *O Amigo do Povo*, *O Despertar* e *A Luta*, esses jornais eram editados a partir de várias cidades importantes como Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre. Até o surgimento de organizações amplamente representativas como a COB e a criação de *A Voz do Trabalhador* como canal oficial de imprensa, a ideologia anarquista brasileira se desenvolveu nas organizações do final do século XIX e início do século XX, nos Congressos Operários Brasileiros, nas plataformas e discussões das organizações operárias, e atingiu seu auge no Movimento de Greve Geral do período da Primeira República.

Em suma, o desenvolvimento da teoria no Brasil cronologicamente a partir do final do século XIX, com uma combinação de imigração estrangeira e circunstâncias internas brasileiras, acompanhadas por ações de resistência dos trabalhadores e pela imprensa de propaganda, a organização cresceu rapidamente em extensão e força, compondo as bases ideológicas e organizacionais para as Greves Gerais Brasileiras das décadas de 1917 a 1920.

1.2 Contexto Nacional

O período entre 1917 e 1920 foi o auge do movimento de greve no Brasil, mas a história do movimento operário no Brasil remonta a muito mais tempo do que isso. Embora se saiba que a abolição da escravidão no Brasil foi tardia, durante o período imperial, as primeiras greves no Brasil por aumentos salariais foram realizadas em 1858 pôr os tipógrafos dos jornais *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio*; em 1863 houve uma greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro Pedro II em Barra do Piraí; em 1866, os caixeiros do Estado do Rio de Janeiro, greve por insatisfação com o trabalho noturno e de fim-de-semana; em 1888. Trabalhadores de uma empresa construtora em Santos, paralisação do trabalho devido a salários por regularizar.³²

No final do século XIX, segundo Maurício Moroso Knevez³³, o período da Primeira República foi marcado pela consolidação do processo de formação da classe operária brasileira, a abolição da escravidão em 1888, que se juntou ao conjunto de mão-de-obra disponível para a indústria que acrescentou esperança à classe operária nascente. O processo

³²SINSAP, «ORIGENS DO SINDICALISMO NO BRASIL (SINTSEF).» Sindicato Dos Servidores Da Administração Penitenciária de MS, <https://www.sinsap.com.br/novidade/origens-do-sindicalismo-no-brasil-sintsef/352>, s/d.

³³Maurício Moroso Knevez, «O movimento operário entre a reforma e a revolução: debates no Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906)» *Ars Historica*, II, n.º 19 (2020): 87-90.

de crescimento industrial no sudeste do Brasil, particularmente no Rio de Janeiro e São Paulo, no último quartel do século XIX, a expansão do capital cafeeiro, as ferrovias, a modernização, o início do processo de industrialização do Brasil, o domínio do sector de exportação agrícola do café na economia, a promoção da mudança do trabalho escravo para o trabalho assalariado, o desenvolvimento da indústria capitalista e a formação de uma classe operária, a reunião de um grande afluxo de trabalhadores e a criação de muitas comunidades de trabalhadores. De 600 empresas industriais no final da década de 1880, o Brasil tinha 3.258 empresas que empregavam 150.841 trabalhadores no primeiro censo industrial brasileiro em 1907, e em 1920 o censo mostrava 13.336 empresas que empregavam 275.512 trabalhadores no Brasil.³⁴

Em termos de organização sindical, uma vez que antes da República, a lei não permitia aos trabalhadores aderirem a múltiplas formas de organização (só podiam em sociedades de socorro mútuo). O Código Penal de 1890 tratava somente sobre a greve violenta ou fraudulenta, qualificando-a como crime. A legislação sobre greves só foi estabelecida pelo Decreto 21.396 de 12 de maio de 1932, e a Constituição de 1891 não dispunha sobre greves, no entanto, garante o livre direito de reunião e associação. Assim, a formação de sindicatos tornou-se mais generalizada após 1890, lançando as bases para a organização dos trabalhadores sob a Primeira República.

O movimento de greve expandiu-se, com a greve geral de 1903 no Rio de Janeiro, de uma fábrica e uma indústria para milhares de pessoas, através de diferentes indústrias. O aumento do número e influência de organizações sindicais, como a Federação das Associações de Classe em 1903, a Federação Operária de São Paulo (FOSP) em 1905, e o marco da influência anarquista no movimento operário emergente, o Primeiro Movimento Trabalhista Brasileiro O Congresso dos Trabalhadores, realizado no Rio de Janeiro no então Distrito Federal, contou com a participação de delegados de 28 sindicatos ou associações de diferentes regiões do país e foi a primeira conferência de trabalhadores com influência nacional. Foram tomadas muitas resoluções instrutivas, tais como que a única base sólida para acordo e ação era o interesse económico comum da classe operária, na totalidade, que a classe operária deveria organizar-se em grupos de resistência económica, e que as associações de trabalhadores rurais deveriam ser formadas para resistir à exploração de colonos pelos fazendeiros. Contra a exploração das mulheres, a luta por uma jornada de trabalho de oito horas, a criação do organismo sindical nacional Confederação Operária Brasileira (COB) em Rio de Janeiro.

³⁴Osvaldo Luis Angel Coggiola, «Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil» *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, VII, n.º 2 (2015): 61-62.

Na primeira década do século XX, por um lado, apesar do desenvolvimento dos sindicatos ou organizações, o movimento dos trabalhadores foi suprimido pela polícia. Por exemplo, uma greve geral de 1903 no Rio de Janeiro foi severamente reprimida e nenhuma exigência dos trabalhadores foi satisfeita, refletindo a indiferença do governo e do parlamento para com a classe operária e a seriedade e falta de atenção dada aos problemas sociais dos trabalhadores. O contexto nacional e internacional, desde o estabelecimento da primeira fábrica no Brasil, atraiu camponeses em busca de salários mais elevados e oportunidades de vida nas cidades. No final do século XIX e início do século XX, o mercado de trabalho carecia de regulamentação laboral sistemática, as condições de trabalho nas fábricas eram más, havia falta de segurança laboral (não havia leis laborais, salários mínimos, etc.), os trabalhadores trabalhavam até 16 horas por dia, as mulheres e as crianças faziam trabalhos pesados, o trabalho infantil era generalizado, os conflitos sociais eram resolvidos pela polícia. Há incidentes frequentes de aplicação violenta da lei.

Além disso, após um período de desemprego grave em 1913-1914, o sistema de produção brasileiro no seu conjunto mostrou um aumento em 1915 como exportador de alimentos para os países da “Triple Entente” durante a Primeira Guerra Mundial. No entanto, como os salários ainda não tinham atingido o nível de aumentos de preços, houve uma crise geral. De acordo com CMI Brasil, entre 1914 e 1923, o salário havia subido 71% enquanto o custo de vida havia aumentado 189%; isso representava uma queda de dois terços no poder de compra dos salários. Para salário médio de um operário de cerca de 100 mil réis correspondia um consumo básico que para uma família com dois filhos atingia 207 mil réis.»³⁵ A fome é a causa principal das greves dos trabalhadores. «Trabalhadores de diversas correntes se organizaram contra a exploração desmedida e a carestia de vida, tolerados e baixa qualidade dos gêneros alimentícios».³⁶ Michael Hall comentou sobre a greve de São Paulo: «os conflitos, que estavam tomando grandes proporções, mas se reuniam a motins contra a fome.»³⁷

Por outro lado, a classe operária no Brasil urbano ganhou experiência e cresceu à medida que avançava contra as probabilidades, com constantes experiências de sindicatos, organizações anarquistas mútuas, grupos políticos socialistas, e uma imprensa diversificada e influente que influenciou os movimentos sociais dos trabalhadores nos centros urbanos entre

³⁵Secretaria de formação, «As Greves de 1917 no Brasil», CMI Brasil, <https://midia independente.org/pt/blue/2007/07/388317.shtml>, 18 de julho de 2007.

³⁶Gláucia Fraccaro, *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho No Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2018), 34.

³⁷Michael McDonald Hall, «Immigration and the early São Paulo working class». *Jahrbuch Für Geschichte Lateinamerikas*, XII, n.º 1(1975): 404.

1917 e 1920. A imprensa operária serviu como instrumento de divulgação e organização das ideias sindicais, principalmente anarquistas, socialistas. 1892 assistiu à fundação do primeiro jornal libertário, *Gli Shiavi Biachi*, tendo o *Correio Paulistano* como jornal oficial de São Paulo. Foram relatadas as opiniões de inúmeros anarquistas. Os trabalhadores entraram em greve para lutar pelos interesses da sua classe, as greves tornaram-se um meio prático indispensável para os operários.

1.3 Greves, Organização Sindical e Reivindicação

De acordo com Boris Fausto, excluindo os anos 1917-1918, o número de greves no Brasil entre 1900 e 1920 foi de 111 na primeira década e 258 na segunda. Em São Paulo e no Rio, por outro lado, mais de 200 greves de trabalhadores tiveram lugar entre 1917 e 1920, com a participação directa de cerca de 300.000 trabalhadores, «Nas primeiras duas décadas do século XX, o movimento operário brasileiro não fez senão crescer»³⁸. Entre os movimentos de greve em São Paulo e no Rio de Janeiro, os mais emblemáticos foram a Greve Geral de 1917 em São Paulo e a Greve Geral de 1918 no Rio de Janeiro, e influenciaram um fluxo constante de greves, «marcaram um momento em que a força do movimento operário se manifestou, com um impacto muito grande».³⁹

1.3.1 Greve Geral de 1917 em São Paulo

As razões para a greve geral de 1917 foram, sobretudo, as más condições de vida dos trabalhadores em São Paulo, sob a influência do ambiente geral de declínio do poder de compra e aumento dos preços.

As formas precárias e insalubres das habitações dos operários refletiam suas dificuldades económicas. Os meios de transporte assim como o elevado custo dos aluguéis pesava no orçamento familiar e geralmente as famílias optaram por moradias próximas das indústrias para a diminuição com estes gastos. As famílias em geral se instalavam em cortiços, casebres, pensões, casas de cômodos e etc. Muitos se instalavam em cômodos atrás de vendas, nos fundos de depósitos, em cocheiras, estábulos ou qualquer cômodo oferecido a preços acessíveis ao seu salário.⁴⁰

Em segundo lugar, a composição étnica particular da força de trabalho em São Paulo exacerbou as contradições que impulsionaram o movimento dos trabalhadores. No censo industrial de São Paulo de 1912, o número total de trabalhadores inquiridos era de 10.204, dos

³⁸Oswaldo Luis Angel Coggiola, «Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil» *Germinal: Marxismo e educação em Debate*, XII, n.º 2 (2015): 82.

³⁹Ibidem.

⁴⁰Eliane Pires Seabra, «O movimento operário na primeira república» *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* (São Paulo, 2011), 5.

quais 7.499 eram estrangeiros, enquanto 6.044 eram italianos. No jornal *Diário oficial* de São Paulo de 1901, em 1900, os italianos representavam até 80% dos sectores industrial, da construção e dos transportes em São Paulo. Os italianos eram líderes de muitas organizações sindicais e editores de jornais. Os imigrantes proporcionaram o ideal social urbano de São Paulo e também, juntamente com os nativos brasileiros, constituíam «as sociedades mutualistas, combativas, políticas e de identidade étnica.»⁴¹

Além disso, a imigração italiana foi mais profundamente afectada pelas tensões de conflito com o mundo, e a história da imigração italiana está entrelaçada com a industrialização de São Paulo e a formação da classe operária. Os imigrantes italianos constituem uma grande parte das fábricas têxteis, uma paralisação começou na fábrica Crespi que empregava 2000 trabalhadores, no bairro da Moca, dos quais cerca de 75% são de origem italiana. «empresas de propriedade de italianos, da contribuição para o Comitê Italiano Pró-Pátria de São Paulo, que enviava o dinheiro para a Itália para cobrir as despesas com a cura dos soldados feridos e para as famílias que perderam familiares no conflito».⁴²

Biondi refere que «Boa parte da historiografia do movimento operário brasileiro concordou sobre o fato de que a greve geral paulistana de 1917 representou um ponto de divisão entre um período de desorganização das associações sindicais e outro no qual tais associações amadureceram.»⁴³ Não há dúvida sobre a atualidade da Greve Geral de São Paulo, mas há discordância sobre a espontaneidade e a natureza do movimento. Muitos pensam em questões da vida real. O senador Raimundo de Miranda acredita que é importante combater a inflação vertiginosa, que ele vê como a maior fonte de descontentamento dos trabalhadores.⁴⁴ A importância da crise econômica na vida dos trabalhadores é inegável. Mas, além dos fatores econômicos, Biondi aponta para fatores que nada têm a ver com o papel das condições materiais.

Além dos fatores econômicos, no entanto, Biondi aponta para a função de fatores não relacionados às condições materiais e sugere que «o que proporcionou posteriormente a ideia de que o espontaneísmo tivesse sido o caráter mais evidente da greve geral de 1917».⁴⁵ Biondi

⁴¹Gláucia Fraccaro, *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho No Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro : FGV, 2018): 41.

⁴²Luigi Biondi e Edilene Toledo, *Uma Revolta Urbana: A Greve Geral de 1917 em São Paulo* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018): 46.

⁴³Luigi Biondi, «A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas», *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, XV, n.º 27 (2009): 264.

⁴⁴Ricardo Westin, «Há 100 Anos, Greve Geral Parou São Paulo», Agência Senado Federal, <http://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-100-anos-greve-geral-parou-sao-paulo>, 30 de junho de 2017.

⁴⁵Luigi Biondi, «A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas»,

observa que muitos estudiosos veem o anarquismo como mentor e líder do movimento de greve geral de 1917, ignorando o papel positivo dos socialistas e de outras correntes políticas, bem como a complexidade das identidades nacionais e de classe e dos contextos sociais.⁴⁶ Christina Roquette Lopreato destacou a importância dos anarquistas para a organização da greve, a ação das correntes anarcocomunistas e anarcossindicalista esforços comuns no papel da greve geral de 1917. E define a greve geral de São Paulo de 1917 como “uma greve geral anarquista”.⁴⁷ Edileni Toledo indica que sob a coexistência há múltiplas perspectivas políticas, desde o final do século XIX, sobre a predominância do sindicalismo revolucionários, controvérsias e a dinâmica da história da classe operária têm sido consideradas como a hegemonia do anarquismo.⁴⁸

Foi um movimento poderoso, que envolveu 50.000 grevistas em São Paulo, uma cidade de 400.000 habitantes, e que se espalhou de uma fábrica para uma grande área em pouco tempo, e acabou negociando o reconhecimento da maioria das reivindicações, e Biondi aponta para o fato indiscutível da coordenação eficaz entre os líderes de seu movimento.⁴⁹

Biondi observou que a estabilidade da comunidade de imigrantes foi um fator importante na formação do núcleo da comunidade trabalhadora em São Paulo. Durante a Primeira Guerra Mundial, os fluxos migratórios italianos se estabeleceram no Brasil, em parte devido à realidade de não poder retornar à Itália e em parte devido ao desenvolvimento da indústria e do artesanato urbanos. Juntos, esses dois fatores constituíram um influxo de imigrantes italianos das áreas rurais das plantações de café para se estabelecerem nas cidades. As famílias estáveis de imigrantes italianos tornaram-se mais envolvidas e organizadas no movimento paulista e mais comprometidas com ele. Por sua vez, as comunidades de trabalhadores de São Paulo conseguiram criar laços sociais mais estreitos. Ele enfatizou o papel crucial dos socialistas e anarquistas italianos nas diferentes direções pregadas.⁵⁰

As organizações formadas pelos socialistas italianos estavam reunidas em torno do internacionalismo da *Segunda Internacional*, e um fator importante no aumento das tensões nas fábricas de São Paulo durante o período da Primeira Guerra Mundial foi o fato de que os trabalhadores italianos propuseram o não-pagamento das assinaturas em favor do *Comitato*

Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth, XV, n.º 27 (2009): 295.

⁴⁶Ibidem, 285.

⁴⁷Lopreato Christina da Silva Roquette, *O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917* (São Paulo: Annablume, 2000), 37.

⁴⁸Edilene Toledo, *Travessias Revolucionárias: Ideias e Militantes Sindicalistas em São Paulo e na Itália, 1890-1945* (Campinas: Unicamp, 2004), 56-58.

⁴⁹Luigi Biondi, «A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas», *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, XV, n.º 27 (2009): 290.

⁵⁰Ibidem, 293.

Pro-Patria, em outras palavras, os socialistas italianos se opunham aos atos patrióticos egoístas realizados pelos comerciantes ítalo-paulistanos. A maioria dos membros de *O Comitato Italiano Pro-Patria* de São Paulo é da classe média e empresarial da comunidade italiana, e Biondi sugere que esse ato de oposição representa o auto-reconhecimento dos italianos nos vários setores de trabalho em São Paulo, pois eles descobriram que os empregadores ganharam benefícios sob a bandeira do apoio à guerra, mas como trabalhadores continuaram a aumentar seus encargos em condições de deterioração das condições de vida.⁵¹ O jornal *Fanfulla* registrava os acontecimentos coletivos do grupo ítalo-paulistano. Por exemplo, «o sub-comitê Pro-Patria do Belenzinho e Penha, coletou no Cotonifício Crespi, no mês de junho de 1917, mais de 820 mil-réis entre os operários da fábrica e 866 mil-réis entre funcionários, mestres e assistentes.»⁵²

Biondi afirma que esta atividade antinacionalista do *Centro Socialista Internazionale* chegou ao seu ponto máximo no mesmo período em que surgia o Comitê Popular de Agitação contra a exploração das crianças. Anarquistas e socialistas, juntamente com republicanos e outros grupos, tentaram percorrer um caminho comum contra a exploração infantil e chegaram a acordo sobre uma direção comum, que se tornou a espinha dorsal do movimento grevista. Segundo o jornal com apresentação de *Sottocomitato Italiano Pro Patria di Belenzinho e Penha*:

O Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração das Crianças, fundado no dia 4 de março de 1917, era composto inicialmente somente por anarquistas, mas logo após uma assembléia na primeira semana de março já contava com o apoio do Centro Socialista Internazionale, do Circolo Socialista di Agua Branca e Lapa, do grupo socialista alemão, dos dois grupos republicanos italianos, do Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires e de várias lojas maçônicas.⁵³

A principal diferença entre os dois é que os socialistas acreditam que o Estado deve tomar medidas e apoiar a implementação de leis para regular o trabalho dos menores, e que os socialistas ficam perplexos com a estratégia dos anarquistas de rejeitarem qualquer intervenção governamental para levarem a cabo campanhas de agitação.⁵⁴ Enquanto a campanha contra a exploração do trabalho infantil mobilizava ativamente diferentes grupos de trabalhadores, a marcha de 1 de maio de 1917 contou também com a participação de

⁵¹Ibidem, 282.

⁵²A *Fanfulla*, São Paulo, 20 de julho de 1917, p.2. apud Luigi Biondi, «A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas», *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, XV, n.º 27 (2009): 357.

⁵³Luigi Biondi, «A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas», *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, XV, n.º 27 (2009): 285.

⁵⁴Ibidem, 287.

representantes de anarquistas, socialistas e comunistas. Para além do papel proeminente dos anarquistas, Biondi sugere que, devido à participação de e do grupo de operários proveniente do Brás na marcha, segurar duas bandeiras vermelhas implica uma associação entre trabalhadores e socialistas.⁵⁵

Refletindo sobre o desenrolar da preparação da Greve Geral de 1917 nas duas fábricas mais importantes da região industrial da Mooca, Crespi e Antartica, Biondi destaca como vantagem da greve declarada pela Crespi em 9 de junho de 1917 a existência de um Comitê de Greve na estrutura do Sindicato dos Trabalhadores da Mooca, que permitiu aos trabalhadores se unirem por setor industrial para organizar greves e negociar com a direção da fábrica. Mooca, que permitia aos trabalhadores se unirem por setor industrial para organizar greves e negociações com a direção da fábrica. Em meio aos constantes embates e negociações, as ações eram constantemente realizadas pelo Comitê de Defesa Proletária, composto por socialistas, quase todos italianos, e anarquistas, em sua maioria italianos, com uma pequena parcela de brasileiros e espanhóis. Apresentando o acordo estipulado numa reunião pública a 16 de julho, Biondi salienta que o número de grevistas atingiu um pico de 43.800 nesse dia e argumenta que quando a maioria dos trabalhadores saiu vitoriosa (concentrando-se em seis grandes fábricas: (Crespi, Antartica, Fábrica Mariângela da Matarazzo, Stamperia Matarazzo, Tecidos de Juta, Lanifício De Camillis, e 24 salas de fabrico de móveis) atraiu os restantes trabalhadores das pequenas e médias fábricas para o movimento grevista, a greve generalizou-se.⁵⁶

Durante a preparação e condução da greve geral de 1917, o planejamento da organização sindical foi crucial, e Biondi acreditava que a greve e a formação de sindicatos setoriais estavam em paralelo. A nova federação operária do Estado de São Paulo (FOSP) foi fundada no dia 26 de Biondi lista os seguintes fatores:

1) do papel de coordenação da greve desenvolvido pelo Comitê de Defesa Proletária, nos moldes planejados no período de maio-junho, quando da ação do Comitê Contra a Exploração das Crianças e da fundação da Liga Operária da Mooca e da Liga Operária do Belenzinho; 2) da participação no Comitê de Defesa Proletária também de líderes e militantes do Centro Socialista Internazionale, cujo trabalho estava direcionado à greve geral e à instituição de uma Câmara del Lavoro paulistana; e 3) de uma rede de associações políticas e mutualistas italianas (grupos republicanos, lojas maçônicas e algumas sociedades italianas de socorro mútuo) simpáticas ao movimento grevista e que o apoiaram financeiramente.⁵⁷

⁵⁵Ibidem, 290-293.

⁵⁶Ibidem, 294

⁵⁷Ibidem, 295.

Biondi percebeu que o novo FSOP mostrou que «a inter-relação entre o modelo de federação operária socialista (na qual a tendência era a agremiação de associações de ofício) e o anarquista de tipo territorial que tendia à anulação de separações corporativas».⁵⁸ Os socialistas italianos estavam intimamente ligados às Associações Mutualistas Mundiais, a União dos Sapateiros e os Chapeleiro, militantes do *Centro Socialista Internazionale* e do *Circolo Socialista di Agua Branca e Lapa* e outras organizações estavam intimamente ligadas, e o papel organizativo dos socialistas italianos de São Paulo foi contínuo durante julho-agosto de 1917, com o objetivo de estabelecer uma linha de conduta comum e de coordenar todas as forças dos trabalhadores num único esforço. E eles não excluía os membros anarquistas de se juntarem a eles. Por outro lado, «o grupo anarquista de Leuenroth e de Florentino de Carvalho, além do de Guerra Sociale (de Damiani e Cerchiai), participavam mais da organização dos tecelões e das ligas de bairro».⁵⁹

Através do terceiro ponto do fator de reorganização sindical, foi indicado que outros grupos no movimento de greve geral, na construção sindical, também desempenharam um papel importante. Como o Comitato Italiano Pro-patria, Leale Oberdan, Galileo Galilei e Lega Lombarda dos socorro mútuo de São Paulo, tanto a Unione Operaia di Barra Funda como a Unione Operaia civiltà e Progresso contribuem para as campanhas de arrecadação dos grevistas.⁶⁰ Também teve um papel importante o grupo republicano, em que os sapateiros, chapeleiros e proprietários de pequenas fábricas de metalurgia eram parte importante, *Antônio Fratti* e *IX Febbraio*, como grupo republicano, foram os maiores financiadores das subfamílias para com as famílias dos operadores em greve. Com as lojas maçônicas italianas como principal, as lojas maçônicas existiam como apoio ao movimento strike com um cenário e atmosfera.⁶¹

De modo geral, a eclosão do movimento grevista em São Paulo, Brasil, no contexto dos fluxos migratórios e da Primeira Guerra Mundial teve fatores econômicos, mas ainda assim é importante reconhecer que a participação e a organização dos imigrantes italianos como parte significativa das complexas relações sociais, os grupos políticos e as concepções de liderança, anarquistas, socialistas, grupos republicanos, entre outros, coexistiram e encontraram uma saída para o período, e tiveram um papel importante na organização e reconstrução dos sindicatos. Biondi salienta que o sentimento de pertença nacional dos imigrantes italianos neste período estava ligado aos valores e expressões da classe trabalhadora, tentando colocar

⁵⁸Ibidem, 293.

⁵⁹Ibidem, 299.

⁶⁰Ibidem, 299-300.

⁶¹Ibidem, 304.

o processo de compreensão da nação e da classe no contexto particular da Primeira Guerra Mundial, onde o pensamento de separação e coesão permaneceu complexo.

Mais uma vez, houve uma falta de regulamentação do trabalho dos menores e um elevado nível de exploração das crianças. De acordo com a tabela de 1920 das diferenças salariais entre meninos e meninas⁶², os meninos e meninas eram de \$1\$973 e \$1\$994. Numa reportagem do jornal *O Combate* de 13 de novembro de 1917, José, que tinha 12 anos, teve o braço esmagado por uma máquina amassadeira da fábrica de biscoitos.

Segundo Boris Fausto, a greve geral em julho de 1917 de São Paulo tornou-se «símbolo de uma mobilização de massa impetuosa, das virtualidades revolucionárias da classe operária, de organizações sindicais representativas, não contaminadas pela infecção burocrática».⁶³ O ano de 1917 foi um marco na história da classe operária em São Paulo, mas a Federação Operária de São Paulo (FOSP) foi fundada em 1905 e a greve teve uma longa história. Na greve de 1907, a jornada de trabalho de oito horas, tinha sido proposta e a greve abrangia uma vasta área das indústrias:

Os primeiros a paralisarem as atividades foram os metalúrgicos da Cia. Lidgerwood, no dia 4 de maio, depois de terem sido recusadas as suas reivindicações de aumento de salário e implantação da jornada de oito horas. A partir dessa data, diversas outras categorias declararam-se em greve: pedreiros e serventes, seguidos de pintores de parede, trabalhadores de madeira, sapateiros, tecelões, gráficos, canteiros, vidreiros, trabalhadores de limpeza pública, costureiras, entre outras.⁶⁴

Além disso, em 1912, os tecelões das fábricas de Mariângela e Santana em São Paulo também entraram em greve, que, embora suprimida, proporcionou experiência para a greve geral de 1917.

A greve geral em São Paulo começou parcialmente, a greve na fábrica Crespi foi declarada a 9 de junho de 1917, devido às paragens parciais que tinham ocorrido desde o início de 1917 e à formação de dois sindicatos de trabalhadores, Belenzinho e Mooca, no início de maio de 1917. Num processo contínuo de coordenação começou a expandir-se a todos os 1.500 trabalhadores da fábrica, com os trabalhadores a exigirem aumentos salariais, redução do horário de trabalho, proibição do trabalho infantil e trabalho noturno para as mulheres. A 30 de junho realizou-se uma greve na grande fábrica têxtil em Ipiranga, Nami Jafet, envolvendo mais de 1.600 trabalhadores, exigindo um aumento salarial de cerca de 20%

⁶²Fonte: adaptada de Brasil. Diretoria Geral de Estatísticas, Recenseamento, 1920, v. 2, parte 2, XCIII Ver Pena (1981:123); Hahner (2003:223).

⁶³Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)* (São Paulo: Difel, 1977),192.

⁶⁴Lopreato Christina da Silva Roquette, *O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917* (São Paulo: Annablume, 2000), 23.

e um aumento salarial de 25% para o trabalho noturno. Crespi, Antártica, Fábrica Mariângela de Matarazzo, Estamparia Matarazzo, Fábricas de Juta, Lanifício de Camillis estiveram envolvidos. Em 8 de julho é criado o Comitê de Greve, proposto pelos anarquistas. No dia 9 de julho foi criado o Comitê de Defesa Proletária, com representantes de grupos anarquistas e socialistas e lideranças sindicais, entre os quais os libertários Edgard Leuenroth, Luigi Damiani, Antonia Soares e Candeias Duarte e os socialistas Teodoro Monicelli e Giuseppe Sgai.⁶⁵

A greve foi levada a cabo com uma forte repressão policial, e o violento conflito urbano entre uma Força Pública e uma massa popular revisitou, resultando na morte de vários trabalhadores. O exemplo mais dramático foi a 10 de julho, em frente à fábrica Mariângela, quando José Gimenez Martinez, um sapateiro anarquista de 21 anos, foi baleado pela polícia e morreu, causando um enorme tumulto. A sua marcha fúnebre em toda a cidade foi assistida por mais de 10.000 pessoas e interrompida por protestos na Liga Operária da Mooca, que exigiam a libertação do homem preso pela polícia em Thirso Martins no dia anterior. Comícios, marchas, bairros operários e comissões, tudo isto atuou e evoluiu para uma manifestação popular e o movimento de greve atingiu um clímax que paralisou completamente a capital de São Paulo e dificultou o controle da cidade por parte do governo. «O comércio fechou as portas. Teatros, cinemas, e casas de diversão adiaram as programações. O tráfego de bondes foi interrompido. Nenhum tilbury circulou. Os paulistanos jamais tinham presenciado um movimento de tal envergadura. Uma convulsão social sem precedentes se inscrevia na história do Brasil.»⁶⁶

Em 12 de julho, foi declarada uma greve e a polícia realizou uma forte repressão, mas os trabalhadores recusaram-se a negociar diretamente com os patrões, em 14 de julho, o secretário de segurança pública Elói Chaves, o Comitê de Defesa Proletária e empresários fizeram uma assinatura. Com os diretores dos jornais paulistas da grande imprensa atuando como intermediário para coordenar o acordo entre Elói Chaves, os representantes empresariais e os trabalhadores. Em 14 de julho, os trabalhadores receberam o reconhecimento do comício, um aumento dos salários, a libertação dos militantes presos durante as manifestações e trabalhadores presos durante as manifestações e confrontos, e uma proibição da expulsão de trabalhadores em greve. Mas a greve continuou, e como algumas fábricas se recusaram a assinar o acordo e as negociações com os trabalhadores continuaram,

⁶⁵Atlas Históricos do Brasil, «Greve Geral de 1917», Fundação Getúlio Vargas, <https://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-1917>, s/d.

⁶⁶Lopreato Christina da Silva Roquette, *O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917* (São Paulo: Annablume, 2000), 46.

a 16 de julho a greve alastrou a cerca de 90 empresas, atingindo um pico de quase 50.000 trabalhadores em 16 de julho, e a normalidade só regressou a São Paulo nos últimos dias de julho.

Após esta greve geral em São Paulo, uma onda de greves varre o interior do estado, causando enormes greves no Rio de Janeiro e noutras zonas. Medidas repressivas foram tomadas pelo Estado em novembro de 1917, após o que a opressão do movimento operário e dos anarquistas se transformou mais sistemática. Em São Paulo, contudo, os resultados da greve geral de 1917 não resolveram os problemas enfrentados pelos trabalhadores; os problemas de remuneração, trabalho infantil e condições de trabalho não foram resolvidos. Mesmo em 1925, as diferenças salariais por gênero e idade eram flagrantes, entre operários da fábrica Mariângela: os homens recebiam de 7 a 9 mil réis por dia; mulheres entre 4 mil e 5.500 réis; e as crianças (meninos e meninas) ganhavam entre 1.500 e 2 mil réis.⁶⁷ Em 1918, houve três greves em São Paulo e no interior, e em 1919 São Paulo foi novamente o centro da mobilização, com 78 greves registradas na capital e no interior em 1919 e os primeiros três meses de 1920, com mais de 45.000 trabalhadores na capital em maio. Quando os acontecimentos históricos da greve de São Paulo são descritos em poucas páginas, quanto mais se fala da participação das mulheres operárias nesta vaga, mais é possível deixar um testemunho indelével de mulheres fazendo a sua própria história.

A primeira coisa que é mencionada no breve processo é a organização. Na Greve Geral de 1917, o sindicato dos trabalhadores da Liga Operária do Belenzinho, fundado por Maria Antônia Soares no início de maio, e pouco depois, a liga se tornou na comissão operadora de uma federação paulista, a União Geral dos Trabalhadores.

E a Liga Operária da Mooca, fundada no início de maio, tinha quase 400 membros no final do mês, a maioria dos quais mulheres do Cotonificio Crespi. Segundo Biondi, a greve Crespi, que começou com a greve de São Paulo, teve a vantagem, ao contrário das greves dos anos anteriores, de ter uma comissão de greve, outra presença com um sindicato de trabalhadores estruturado, com reuniões a terem lugar na Liga Operária da Mooca. A Liga Operária da Mooca tornou-se um ponto de referência para a coordenação das negociações entre a comissão de grevistas e a direção da fábrica. Isto favoreceu uma agregação territorial reconhecida, permitindo à jovem organização sindical enraizar-se e crescer em influência local. A Liga Operária da Mooca demonstrou uma criação de ligas nos bairros se mostrava como uma maneira de se concentrar numa mesma e após a vitória da greve em 1917, foi

⁶⁷Hall Michael McDonald e Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro, *A Classe Operária no Brasil (1889-1930)* (São Paulo: Alfa Ômega, 1979), 127-130.

introduzida a liga de ofício, e inúmeros sindicatos multi-industriais foram formados ao longo destes dois caminhos.⁶⁸

A segunda coisa que foi mencionada foram as suas exigências. Por um lado, a emergência da exigência da abolição do trabalho noturno das mulheres, que por si só representa a existência de mulheres operárias, é uma partida no interesse das próprias mulheres. Por outro lado, as próprias operárias fazem parte da classe operária, e as exigências de aumentos salariais, a jornada de trabalho de oito horas, o acesso à alimentação e à habitação são também do interesse das mulheres operárias.

Na grande greve geral em 1917, existiu ampla participação das mulheres operárias ocorridas na zona de Cotonifício Crespi, da fábrica Mariângela, da Fábrica de Fósforos Paulicéia e que atuavam positivamente nas ligas operárias de bairros. A presença das mulheres na greve geral dos anos 1917 é evidenciada pela participação e pelas reivindicações das trabalhadoras brasileiras, desde o local de início da greve, passando pelas organizações que a formaram, até a quantidade de reivindicações que ela apresentou, quando se olha a greve geral de uma perspectiva macroscópica.

1.3.2 Greve Geral de 1918 em Rio de Janeiro

Cidade de importância industrial no sudeste, o Rio foi sujeito a um boom industrial desencadeado na década de 1880, e a cidade tornou-se o principal centro industrial do Brasil no início do século XX, só cedendo este estatuto à cidade de São Paulo na década de 1920. A classe operária que se desenvolveu como resultado do processo acelerado de industrialização (principalmente na indústria têxtil) reuniu-se e viveu em hotéis, ruas e apartamentos. Algumas fábricas construíam casas para os trabalhadores e mantinham um controle apertado sobre eles. Tanto o Rio como São Paulo estavam no mesmo contexto geral da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa de Fevereiro de 1917 que derrubou a monarquia russa, e da Revolução Bolchevique de Outubro. Os preços elevados, os baixos salários e o custo de vida crescente esmagavam a população, as condições de trabalho nas fábricas eram pobres e as mulheres e o trabalho infantil eram explorados. Adicionalmente, a gripe espanhola chegou ao Brasil em setembro de 1918, matando milhares de pessoas e agravando a situação de crise.

A greve do Rio de Janeiro, irradiada pela greve geral de São Paulo e ainda mais pelo bolchevismo da Revolução Soviética russa de outubro de 1917, encarnou um poderoso

⁶⁸Luigi Biondi, «Entre associações étnicas e de classe: Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)» (tese de doutoramento, Campinas, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade de Estadual de Campinas, 2002):348-350.

carácter revolucionário, é a insurreição anarquista de 1918 da greve geral no Rio de Janeiro. Em 1918, os anarquistas José Oiticica, Astrojildo Pereira, Manuel Campos e Agripino Nazaré realizaram em uma reunião que tinha como alvo a tomada do poder na até então capital federal do Brasil. Os interesses dos anarquistas estavam alinhados com os dos trabalhadores que participaram na greve e queriam que a derrubada do governo fosse uma estratégia que combinasse uma greve geral com uma revolta armada. No início de 1918, os anarquistas construíram a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, criada a 1 de março, a central sindical UGT (União Geral dos Trabalhadores), em agosto, os trabalhadores da Companhia Cantareira e Viação Fluminense entraram em greve para exigir salários mais elevados e uma jornada de trabalho de oito horas, mas ainda assim foram suprimidos. Em novembro de 1918, a greve geral do Rio começou com planos para derrubar o governo, prender funcionários e plantar 1.600 bombas para destruir infraestruturas de transporte num clima social turbulento envolvendo trabalhadores em fábricas têxteis, pedreiras, construção civil e metalurgia. No Campo de São Cristóvão, os trabalhadores enfrentaram a polícia com as suas armas e conseguiram tomar conta da esquadra da polícia. Mas a ação não conseguiu transformar um movimento de greve num levantamento social contra o sistema social. O anarquismo não criou na altura um partido bolchevique forte e sistemático no Rio, e devido à presença de espões na organização, os trabalhadores acabaram por abandonar os seus planos, os líderes e mais de 200 trabalhadores foram presos e a greve falhou.

Uma insurreição anarquista de 1918 foi mais violenta do que outras greves, e a participação das operárias é difícil de apreender, mas este período do movimento grevista do Rio deixou vestígios da participação das operárias na luta. Tal como em São Paulo, os problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores permanecem por resolver durante o período 1917-1920, e as greves tornaram-se mais generalizadas, com mais pessoas oprimidas a formar sindicatos para ripostar. Em Rio e Niterói, em agosto, houve uma violenta greve nas barcas da Cantareira. Iniciada em novembro, a prolongada paralisação dos têxteis no estado do Rio e no Rio de Janeiro. Em 1919 houve uma longa e violenta greve na indústria têxtil no Rio, a greve dos trabalhadores dos caminhos-de-ferro da Leopoldina no Rio de Janeiro em março de 1920. A greve dos sapateiros em outubro, e muitas outras envolvendo trabalhadores qualificados, estavam em curso. Entre elas, as operárias organizavam-se constantemente, estabelecendo sindicatos, participando e até iniciando greves, como o movimento paredista da União das Costureiras em junho de 1919, que será analisado mais tarde.

1.3.3 Correntes Ideológicas e Pluralismo d Trabalhadores em Greves

A Primeira República, no final do século XIX e início do século XX, representou um período de transição para a sociedade brasileira. «O Brasil tem uma profunda tradição agrícola e o espírito de escravatura é ainda novo».⁶⁹ No contexto social da escravatura era difícil falar de mercados, pelo que, após a abolição da escravatura, o mercado industrial recriou novas relações sob velhas ideias, o capitalismo desenvolveu-se e o trabalho assalariado provocou a ascensão da classe operária. Mas para a recém-formada indústria regionalizada do Brasil, a classe operária, cujas origens não foram há muito tempo, ainda não tinha desenvolvido uma forte tradição de classe e precisava de novas formas de interação social. Os participantes na greve geral tomaram medidas diferentes, desde protestos pacíficos em busca de diálogo e negociação com os proprietários das fábricas, até ao diálogo com o governo, passando por confrontos violentos. Apesar das diferentes abordagens, a razão subjacente era trabalhar para a sobrevivência dos próprios trabalhadores. Edilene Toledo sugere que o domínio do sindicalismo revolucionário não eliminou do outro a coexistência de pontos de vista políticos.⁷⁰

Consciente de que o movimento dos trabalhadores foi iniciado por todos os trabalhadores e não apenas pelos anarquistas.

Enquanto muitos argumentos atribuem à natureza anarquista do movimento operário paulista sob a Primeira República, que se baseava na imigração italiana, Luigi Biondi aponta para a natureza pluralista do processo de organização dos trabalhadores em São Paulo. De acordo com a investigação de Luigi Biondi, as intrincadas relações sociais envolvendo identidades étnicas e políticas constituíram o cenário sindical em São Paulo, tendo em conta o grande número de imigrantes italianos que tomavam parte da mão-de-obra da fábrica e as diversas linhas de pensamento com que se identificaram e organizaram, anarquistas ou socialistas. Mas as organizações de trabalhadores e sindicatos ou associações representam uma direção, a realidade das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores é objetiva, e o facto de os trabalhadores que não são sindicalizados sentirem que a sua situação não é fácil e aderirem à greve é a causa subjacente. Luigi Biondi descreve a sociedade militante, mas nem todos os trabalhadores são ativos no processo, o fracasso da greve do Rio de Janeiro de 1918

⁶⁹Lopreato Christina da Silva Roquette, *O Espírito Da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917* (São Paulo: Annablume, 2000), 218.

⁷⁰Edilene Toledo, *Travessias Revolucionárias: Ideias e Militantes Sindicalistas Em São Paulo e Na Itália, 1890-1945*. Campinas: Unicamp, 2004. Este ponto de vista é explicado desde Gláucia Fraccaro, *Os Direitos Das Mulheres: Feminismo e Trabalho No Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2018), 41.

foi, portanto, um caso de revolução social anarquista fracassada baseada em greves em grande escala, mas trouxe à luz os problemas sociais dos trabalhadores de uma forma explosiva que teve um impacto nas muitas greves que se seguiram.

Diferentes grupos étnicos formam parques nas zonas industriais de São Paulo e Rio de Janeiro, um Brás, uma Mooca, um Belenzinho, um Cruzeiro, uma Confiança, uma Aliança, um Corcovado e um Bangu,etc. Representam a agregação de grupos de trabalhadores e a formação de classes no contexto da era industrial da primeira república, assim como os conflitos de classes e greves ocorridos nas décadas de 1910 e 1920. O atrito ocorre entre eles, e o grande número de trabalhadores migrantes aumenta a heterogeneidade dos grupos de trabalhadores. Por um lado, é reconhecida a contribuição dos imigrantes europeus para ideias como o anarquismo. Por outro lado, contudo, muitos anarquistas não eram anarquistas antes de chegarem ao Brasil; escolheram ideias que lhes seriam relevantes no contexto dos trabalhadores brasileiros do século. A conformidade de classe ultrapassou as diferenças raciais quando os trabalhadores se colocaram dentro da comunidade de trabalhadores e lutaram pelos interesses da classe operária através de greves.

Capítulo 2: A Situação das Mulheres da Classe Operária da Primeira República Brasileira

2.1 Mulheres Entrando na Fábrica

Na estrutura urbana, os trabalhadores das fábricas vieram de grupos mais pobres. No século XIX, com o desenvolvimento da manufatura e a abolição da escravatura, muitos homens libertados e os mais pobres dos pobres formaram a força de trabalho em fábricas, compostas por homens. Contudo, as exigências da indústria continuaram a crescer e as mulheres e crianças também entraram nas fábricas como operários e em proporções cada vez maiores. A indústria têxtil, em particular, reuniu uma grande força de trabalho feminina. As fábricas têxteis da primeira metade do século XX foram um período importante para estudiosos como Maria Valéria Junho Pena e Margareth Rago estudarem a presença de mulheres nas fábricas.⁷¹

O Rio de Janeiro, um dos centros industriais mais proeminentes das cidades, a partir da segunda metade do século XIX, esteve entre as primeiras indústrias têxteis, «o número de mulheres e menores entre os trabalhadores já era significativo»,⁷² O jornal do Rio de 26 de Dezembro de 1889, *Business Notes* de *The Rio News* mencionou, a fábrica da Companhia Progresso Industrial do Brasil em Bangu tem 558 homens, 286 mulheres e 359 menores, com as mulheres a apresentarem 36,57% da força de trabalho empregada.

Segundo o recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)⁷³ realizado pela Prefeitura do Distrito Federal em 1906, os sectores “têxteis” e “vestuário e cosméticos” têm uma concentração significativa de trabalhadores. O sector “vestuário e cosmética” tem uma concentração significativa de mão-de-obra feminina. No primeiro subgrupo havia 1.924 homens e 1.010 mulheres, ou 34,42% mulheres; no segundo subgrupo havia 13.523 homens e 18.187 mulheres a trabalhar, das quais 57,35% eram mulheres. 450 pessoas, sendo 558 homens, 475 mulheres e 417 menores, com 32,7% de mulheres e 61,4% de mulheres e crianças juntas. Nas fábricas de São Paulo, as mulheres ocupavam quase 34% da força de trabalho, e no sector têxtil o número de empregadas supera o de homens. Conforme o Boletim

⁷¹Maria Valéria Pena Junho, *Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. e Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890- 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁷²Francisca Nogueira de Azevedo, *Malandros Desconsolados: O Diário da Primeira Greve Geral no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005), 53-56.

⁷³Fonte: Prefeitura do Distrito Federal, Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal). Realizado em 20 setembro de 1906 (Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907), 104.

de 1913 do Departamento Estadual do Trabalho, em 1912, as mulheres e raparigas representavam quase 72% da força de trabalho no sector têxtil.⁷⁴

Outra figura, a tabela de número de operários da indústria têxtil paulista discriminado por sexo e idade em 1919, mostra que na indústria têxtil, os menores representam 37,8% e as mulheres 57,7%.⁷⁵

Quadro 1

Número de Operários da Indústria Têxtil Paulista Discriminado por Sexo e Idade (1919)

	Quantidade	%
Total	12.044	100
Homens	5.095	42,3
Mulheres	6.949	57,7
Adultos	7.530	62,5
Menores	4554	37,8
Até 12 anos	35	0,3
De 12 a 15 anos	1.014	8,4
De 15 a 18 anos	3.465	28,8

Fonte: Boletim do Departamento Estadual de Trabalho, AnoVIII n. 31 e 32, 2º e 3º trimestres de 1919, 203-204.

Mulheres operárias não se limitam a fábricas, mas também mulheres alfaiates, lavadeiras e vendedoras, entre outras. O número de mulheres a trabalhar em diferentes profissões nos primeiros anos da República é afetado pelos tempos e é difícil dar uma imagem precisa. Aqui a tabela da estrutura sectorial e por sexo da força de trabalho no Brasil, pesquisada e extrapolada pela Madeira e Singer, mostra as mudanças entre 1920 e 1940.

⁷⁴Fonte: relatório do inquérito que a Escola Livre de Sociologia e Política realizou sobre 221 famílias operárias na cidade de São Paulo (Boletim do Ministério do Trabalho, n. 10, 1935, p. 87).

⁷⁵Fonte: Boletim do Departamento Estadual de Trabalho, Ano VIII n. 31 e 32, 2º e 3º trimestres de 1919, 203-204.

Quadro 2

Estrutura Sectorial e por Sexo da Força de Trabalho no Brasil

	1920		1930		1940	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Rural e agrícola (primário)	5.769.100 75%	607.800 42,4%	8.326.100 70,7%	3.481.100 70,2%	9.495.900 66%	3.121.800 64,2%
Indústria de extração mineral, transformação, construção e serviços de			1.239.900 10,5%	298.300 6%	2.033.600 15%	393.800 8,1%
Serviços de reparação (secundário II)			236.900 2%	384.400 7,8%	428.300 2%	243.400 5%
Secundário I+II	834.300 11%	448.500 31, 3%	1.473.800 12,5%	686.700 13,8%	2.461.900 17%	637.200 13,1%
Serviço de produção	724.600 9,4%	26.500 1,9%	1.206.200 10,2%	68.400 1,4%	1.640.500 11,3%	130.600 2,7%
Serviços pessoais, serviço doméstico e profissões liberais (serviços de consumo)	167.700 2,2%	309.800 21,6%	327.500 2,8%	586.600 11,8%	383.000 2,6%	696.800 14,3%
Administração pública e atividades sociais (educação, saúde, previdência social)	199.200 2,6%	41.400 2,9%	445.800 3,8%	136.300 2,8%	590.600 4,1%	275.900 5,7%
Comércio, transportes, comunicações e serviços de produção (terciário)	1.091.500 14,2%	377.700 26,4%	1.979.500 16,8%	791.300 16,8%	2.614.100 18%	1.103.300 22,6%
Outros	407.200	113.000				
Total(100%)	7.691.900	1.434.000	11.779.400	4.959.600	14.571.800	4.861.800

Fonte: Madeira e Singer. A subdivisão em serviço de consumo individual e coletivo foi calculada por Paula Singer e Felícia Madeira; foi elaborada por ter relevância no estudo da força de trabalho feminino porque “permite saber quantas mulheres estão nos setores produtivo e nos setores não produtivos”, como o trabalho doméstico.

A primeira coisa que se pode ver é que o sector primário, rural e agrícola, sempre foi dominante, com 75% dos homens e 42,4% das mulheres em 1920, e 70,7% dos homens e 70,2% das mulheres em 1930. O sector secundário I (indústria de extração mineral, transformação, construção e serviços de utilidade pública) e secundário II (serviço de reparação), em 1920, representavam 834.300 dos homens e 448.500 mulheres, 11% para os homens e 31,3% para as mulheres. A elevada percentagem de serviço de reparação pode ser apontada para profissões como costureiras e bordadeiras. No terciário, representado por comércio, transportes, comunicação e serviço de produção, a percentagem de homens era de 14,2% e a de mulheres de 26,4% em 1920. Em São Paulo, em 1935, segundo o inquérito do Departamento Estadual do Trabalho (DET), de uma mão-de-obra de 134.352, 43.120 mulheres, ou 32%, estavam empregadas, na sua maioria, em indústrias manufatureiras.⁷⁶

Em resumo, pode-se ver que as mulheres entraram em grande parte do mercado de trabalho em 1920. Embora a maioria das mulheres ainda estivesse concentrada no sector primário e o censo não fosse claro quanto à definição de trabalho doméstico feminino remunerado, como diz Michelle Perrot: «As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram profissões».⁷⁷ A participação das mulheres nas tarefas domésticas e no cultivo da

⁷⁶Fonte: Madeira, Felícia; Singer, Paul. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970*. Cadernos Cebrap, São Paulo, n. 13, 1973.

⁷⁷Michelle Perrot e Viviane Ribeiro. *As Mulheres ou Os Silêncios Da História*. (Bauru: EDUSC, 2005), 251.

terra que sustenta as suas famílias não é frequentemente considerada como trabalho remunerado. Mas aqui o fato da existência de mulheres operárias é primeiramente não se pode negar. Foi a entrada das mulheres nas fábricas e a sua aquisição do estatuto de trabalhadoras que lançou as bases para a sua posterior participação no movimento grevista. Lutam contra o seu tratamento injusto e a deterioração do trabalho da sua vida.

A entrada das mulheres nas fábricas é a forma de o mercado de trabalho trocar o tempo de trabalho como uma mercadoria, diluindo de facto o custo do labor, uma vez que as trabalhadoras adultas recebem menos do que os trabalhadores adultos do sexo masculino. Antes da industrialização, as mulheres que se dedicavam à agricultura e ao espaço doméstico estavam envolvidas no trabalho produtivo do agregado familiar enquanto unidade económica, e não numa relação laboral com um empregador. Por um lado, a entrada das mulheres nas fábricas rompeu com o âmbito restrito da feminilidade. Na ausência de uma ligação entre a família como unidade de produção, o impacto da resistência das mulheres às dificuldades e injustiças com que se deparava era frequentemente pequeno e impessoal. Quando as mulheres entravam na fábrica, exigiam conscientemente boas condições de trabalho e de tratamento e, nas mesmas circunstâncias profissionais, as operárias estabeleciam laços, resistiam à exploração, formavam classes e desenvolviam actividades colectivas de grande envergadura. A mudança de funções sociais favoreceu o despertar da autoconsciência das mulheres, um despertar que foi diretamente influenciado pelas realidades da sociedade. A entrada das mulheres nas fábricas, o seu trabalho comunitário, a sua participação na produção industrial e a realização de valores sociais alargaram o âmbito das actividades e dos contactos sociais das mulheres.

Por outro lado, apesar das disparidades salariais entre homens e mulheres, não se pode ignorar que as mulheres trabalhadoras dispõem de uma base material para avançar para a igualdade entre dois sexos e para a realização dos seus valores. Porque as mulheres trabalhadoras têm uma ocupação social formal e possuem qualificações para a independência económica, a economia é a base e tem importantes factores de influência na sociedade e na cultura. O domínio da autonomia económica pelas mulheres permite apoiar fortemente o caminho da emancipação das mulheres. Concluindo, antes de discutir as formas de divisão do trabalho em função do género, as tradições históricas das sociedades em função do género, o carácter diversificado da industrialização, a redistribuição do trabalho, a consciência de classe e a luta de classes, o acesso das mulheres do mercado remunerado é uma condição prévia.

2.2 Condições das Mulheres da Classe Operária em São Paulo

A realidade da exploração e do trabalho desigual das mulheres operárias é evidenciada por muitas fontes de imprensa e investigação. Antes de mais, o que se destaca é o baixo salário e a pesada carga de trabalho e as más relações industriais enfrentadas pelas mulheres operárias.

Face a uma vida difícil, as operárias em São Paulo, «a maior parte estava submetida a jornadas extenuantes que, em São Paulo, poderiam atingir a marca de 16 horas diárias.»⁷⁸ Segundo uma reportagem do jornal São Paulo *O Combate*,⁷⁹ no dia 13 de julho de 1917, os trabalhadores da Fábrica de Fosforos Pauliceia podiam ganhar até 4.000 réis por dia, mas 100 operárias não ganhavam mais de 1.800 réis por dia. No jornal do Rio de Janeiro, *A Razão* de 16 de Junho de 1919, a rotina diária das costureiras durante a Primeira República era difícil, trabalhando uma média de dez horas por dia sem tempo de lazer ou descanso. O almoço também era escasso e muitos só recebiam comida de baixa qualidade e um copo de leite. De acordo com a anarquista Elvira Boni⁸⁰, líder sindical da União das Costureiras, a situação das aprendizes era a pior de todas, pois começaram a fazer todo o tipo de trabalho desde muito novas, mas os seus salários mensais nem sequer eram suficientes para pagar uma passagem do bonde. Segundo o jornal *Voz do Povo*, sobre Elvira Boni é forçada a trabalhar fora do horário de trabalho e é “vítima da prepotência”. Não só havia salários baixos e cargas de trabalho elevadas, não havia horas de trabalho para as operárias, não havia leis de seguro de trabalho nos primeiros dias dos trabalhadores, e não havia um ambiente social no trabalho que apoiasse os direitos humanos.

A carga de trabalho excessiva não só cansa as operárias, como também leva a doenças. No “Um manifesto dos operários” do sindicato das mulheres, é afirmado: «Trabalhar menos é defender-se das agressões da moléstia.» A própria Elvira Boni disse que tinha adoecido com a gripe espanhola em 1918, mas não pôde descansar e teve de voltar ao trabalho.⁸¹

Uma das coisas a notar é que as operárias não são apenas mal pagas, mas em locais de trabalho exploratórios e hierárquicos como fábricas, as operárias são frequentemente pagas

⁷⁸Gláucia Fraccaro, *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho No Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2018), 28.

⁷⁹*O Combate* foi um jornal para anarquistas e trabalhadores da cidade de São Paulo, Brasil, que circulou de 1914 até a década de 1920.

⁸⁰Elvira Boni de Lacerda (1899-1990) foi uma ativista política e líder grevista. As informações sobre ela aqui contidas provêm de Gomes, Ângela de Castro. *Velhos Militantes: Depoimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

⁸¹*O Imparcial*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1919, p. 3.

menos do que os homens e ocupam posições que não exigem qualificações. Está bem que a opressão do gênero se reflete na remuneração, mesmo no século XXI.

Adicionalmente, um romance proletário fictício *Parque Industrial* (1933) é aqui introduzido como uma referência, este romance é considerado o primeiro romance proletário do Brasil. Publicado por Patrícia Galvão, em 1931, ela aderiu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No ano em que participou de uma greve de estivadores em Santos, ela foi presa pela polícia política de Getúlio Vargas. Foi detida e encarcerada 23 vezes durante a sua vida, tendo sido ativista comunista, escritora e jornalista. Mesmo depois de ter sido detida e presa muitas vezes, continua a preocupar-se com a classe subalterna e critica constantemente a Federação e o Partido Comunista pela falta de uma organização sistemática que se ocupe dos direitos dos cidadãos, mas que também tenha em conta as agendas e os direitos das mulheres pobres e operárias.

O *Parque Industrial* é um romance curto, em dezasseis capítulos, centrado na vida de um grupo de mulheres que trabalham na indústria têxtil e vivem na zona industrial do Brás, em São Paulo. Neste romance, a vida dos trabalhadores do parque industrial Brás é contada no período pré-industrial, após a crise de 1929. Situado na famosa zona industrial de São Paulo, e tendo as mulheres operárias têxteis como ocupação típica da época, o livro apresenta os conflitos sociais e económicos que o Brasil enfrentou no período pós-guerra. A situação é semelhante à da Primeira Guerra Mundial e conta a história de três jovens mulheres na década de 1930, uma época em que o mercado de trabalho era muito misógino e opressivo, apesar de os trabalhadores terem mantido os seus empregos após uma série de greves durante este período. O livro, como um romance claramente realista, usa textos radicais e exemplos brutais para mostrar como a classe baixa brasileira ainda carece de direitos trabalhistas, desigualdade social e discriminação, e ainda está à mercê de uma elite burguesa exploradora e decadente. O romance toma como personagem principal a história da opressão sofrida pelo coletivo dos trabalhadores, especialmente pelas mulheres operárias, a violência de gênero e de classe que lhes foi imposta, e a opressão dos trabalhadores durante a Primeira República, que nunca desapareceu. Muitas vezes coloquial, este livro descreve cenas da exploração diária dos trabalhadores, próximas das personagens reais e conducentes a uma compreensão do trabalho e da vida das mulheres operárias.

No *Parque Industrial*, quando Bruna, uma operária, se sente sonolenta o chefe de oficina fala: «Eu já falei que não quero prossa aqui!Malandros! É por isso que o trabalho não rende! Sua vagabunda![...] Assim, em todos os setores proletários, todos os dias, todas as semanas,

todos os anos.»⁸²Nas relações de poder das fábricas de tecido no Brás, a operária estava numa posição de ser tratada casualmente. Nas oficinas de costura no centro da cidade, a dona do ateliê rejeita o desejo da costureira de cuidar da mãe à noite: «Você fica! Sua mãe não morre por esperar umas horas».⁸³ O modelo de trabalhar como uma escrava está bem representado, e a operária desiste por medo de perder o seu emprego, e emite «Depois dizem que não somos escravas!»⁸⁴

Quadro 3
Diferenças Salariais entre Homens e Mulheres (1920)

Ramos Industriais	Salário médio diário					
	HOMENS	MULHERES	DIFERENÇA %	MENINOS	MENINAS	DIFERENÇA %
Têxtil	5\$329	3\$738	43	1\$973	1\$994	-1,1
Alimentação	5\$111	2\$957	74	2\$004	1\$858	788
Confecções	6\$712	3\$652	84	25174	1\$885	1,535

Fonte: adaptada de Brasil. Diretoria Geral de Estatísticas, Recenseamento, 1920, v.2, parte 2.

De acordo com a *tabela de diferenças salariais entre homens e mulheres* em 1920⁸⁵, o salário médio diário dos homens na indústria têxtil era de 5\$329 e das mulheres de 3\$738, uma diferença de 43%. Na Alimentação, o salário médio diário dos homens é de 5\$111 e das mulheres de 2\$957, uma diferença de 74%. A diferença entre os salários dos homens e das mulheres é muito grande, mesmo em empregos como o de Confecções, onde há muitas mulheres, a diferença é a maior, com um salário médio diário de 6\$712 para os homens e 3\$652 para as mulheres, uma diferença de 84%.

⁸²Patrícia Galvão, *Parque Industrial* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2006), 19.

⁸³Ibidem, 25.

⁸⁴Ibidem.

⁸⁵Fonte: relatório do inquérito que a Escola Livre de Sociologia e Política realizou sobre 221 famílias operárias na cidade de São Paulo (Boletim do Ministério do Trabalho, n. 10, 1935, p. 87).

Quadro 4⁸⁶

Média dos Salários da Indústria Têxtil Paulista(1919)- Mil- réis

	Adultos	Menores
Homens	6,9(100)	2,7(39,1)
Mulheres	4,3(62,3)	2,8(40,5)

Fonte: Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Ano VIII. n. 31 e 32, 2º e 3º trimestres de 1919, 203-204.

Mesmo quando olhamos novamente para a indústria têxtil, onde há uma concentração de mulheres operárias, de acordo com as estatísticas do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de 1919 sobre os rendimentos na indústria têxtil em São Paulo, há uma grande diferença entre os salários de homens e mulheres, com os homens ganhando 6\$900 e as mulheres apenas 4\$300. Os menores, em contrapartida, recebem salários muito baixos e não há grandes diferenças entre os gêneros.

Quadro 5

Renda Diária e por Hora de Adultos e Menores por Sexo

	POR DIA					POR HORA			
	HOMENS	MULHERES	MENINOS	MENINAS		HOMENS	MULHERES	MENINOS	MENINAS
Menos de 3\$000	2	3	10	10	Entre \$300 e \$500	6	3	16	16
Entre 3\$000e 5\$000	9	14	18	17	Entre \$600 e \$860	24	15	8	3
Entre 5\$000e 7\$000	23	12	11	17	Entre \$900 e 1\$100	34	1	4	1
Entre 7\$000e 9\$000	36	7	6	4	Entre 1\$200e 1\$400	19	1	0	1
Entre 9\$000e11\$000	28	4	0	1	Entre 1\$500 e1\$700	12	1	0	1
Entre 11\$000e 13\$000	15	1	0	0	Entre 1\$800 e 2\$000	9	—	0	0
Mais de 13\$000	15	2	1	0	Entre 2\$100e 2\$600	3	—	0	0

Fonte: relatório do inquérito que a Escola Livre de Sociologia e Política realizou sobre 221 famílias operárias na cidade de São Paulo.

A Escola Livre de Sociologia e Política realizou um inquérito em 1935 a 221 famílias operárias em São Paulo e verificou que apenas no escalão de 3\$000 a 5\$000 dólares por dia as mulheres superaram em número os homens. Em todos os outros escalões, os homens superam

⁸⁶Fonte: Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Ano VIII. n. 31 e 32, 2º e 3º trimestres de 1919, 203-204.* Com o intuito de facilitar o cálculo de comparação, transformou-se o cifrão do mil-réis em vírgula (6\$900 para 6,9). Além disso, em parênteses, encontra-se um índice cujo referencial (100) é o salário do homem adulto.

as mulheres, e a diferença aumenta à medida que os salários aumentam, com 15 homens e apenas uma mulher no escalão de 11\$000 a 13\$000 dólares por dia, uma diferença de 15 vezes. Assim, o salário desigual para trabalho igual é um problema claro.⁸⁷

Em segundo lugar, a violência e a exploração sexual no trabalho são também questões importantes enfrentadas pelas mulheres operárias.

De acordo com a ex-operária da Fábrica Bangu Luiza Ferreira de Medeiros, o testemunho dela que trabalhara na fábrica em 1910:

O Mestre Cláudio Batista fechava moças no escritório para orná-las à prática sexual. Muitas operárias foram prostituídas por aquele canalha! Chegava a aplicar punições de 10 a 15 dias pelas menores faltas, e até sem falta, para forçar as moças a cederem aos seus intentos. Quando não era isto, colocava-as em máquinas ruins, dando-lhes fio com defeitos para dificultar-lhes a produção.⁸⁸

Aqui, pode-se ver que na hierarquia dentro do sistema de fábrica, o capataz ou mestre, como superior da operária, usa o seu poder para procurar um comportamento sexual coercivo. Abuso de poder na atribuição do trabalho para os seus próprios fins egoístas.

De acordo com o relatório de *O Baluarte* de 8 de dezembro de 1911⁸⁹, com o título de “Escandaloso! O Papai Bazilio, Sultão da Fábrica de Tecidos”, no município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, um gerente “sultão da fábrica de tecidos”, de “apetites libidinosos”, com “abraços, beijos e mais coisas”, recebia operárias de ceroulas para “pouca vergonha praticada lá em cima no escritório”. A ocorrência de greves após julho de 1917, declarou que as queixas mais comuns que podiam ser notadas, mesmo em fábricas que empregam um grande número de mulheres, estavam relacionadas com maus tratos por parte dos mestres e aumentos salariais.⁹⁰ O assédio sexual é também descrito em *Parque Industrial*, onde as operárias têm dificuldade em evitar o assédio sexual, mesmo em casas particulares. Ming, a empregada chinesa de Alfredo que tem de limpar o quarto do Hotel Esplanada e dar ao patrão “chá com beijos”.⁹¹

Além disto, existem outros problemas sociais na situação social das mulheres operárias, tais como o aborto, o abuso sexual e a prostituição. Houve, por exemplo, uma opressão de classe do proletariado pela burguesia. Em *Parque Industrial*, a burguesia rica ia ao bairro de Brás durante os carnavais e procurava mulheres jovens nos bairros da classe operária para dar

⁸⁷ Fonte: Boletim do Ministério do Trabalho, n. 10, 1935, p. 87

⁸⁸ June Edith Hahner, *Emancipação do Sexo Feminino: A Luta Pelos Direitos Da Mulher No Brasil, 1850 - 1940*. (Florianópolis: Mulheres, 2003), 403.

⁸⁹ *O Baluarte*, Campos dos Goytacazes, 8 de dezembro de 1911, p. 1.

⁹⁰ Cliff Welch, «Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900–1955», *Hispanic American Historical Review*, LXXIV, n.º 4(1994): 737–738.

⁹¹ Patrícia Galvão, *Parque Industrial* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2006), 56.

vazão aos seus desejos sexuais. Consideravam-na “carne fresca e nova”.⁹² Além disso, Corina representa o epítome da operária mais miserável da época. Ela é de origem africana e analfabeta, tendo sido aprendiz de costureira na sua juventude, fazendo um trabalho duro por pouco dinheiro. Num país em vias de industrialização e modernização, ela sente-se a trabalhar como uma escrava. Mais tarde, iludida por uma falsa promessa de casamento, ela experimentou a gravidez, mas depois caiu na prostituição e acabou por terminar os seus dias na prisão. A sua vida está cheia dos infortúnios da época. Anselmo Peres Alós comenta que «traz à tona a condição das mulheres operárias nesse período que, objetificadas, eram reduzidas a objeto de desejo e mão-de-obra barata pela sociedade capitalista e patriarcal do início do século XX.»⁹³

Em segundo lugar, não existe proteção legal para a gravidez e licença de maternidade devido à composição biológica única das mulheres, e ataca o direito das mulheres ao trabalho. Elvira Boni revela que a maioria das operárias em estúdios de alfaiataria são jovens e sem filhos. É muito difícil para as operárias trabalharem quando estão grávidas, especialmente quando são mães solteiras e não têm parceiro para as ajudar. «Não havia uma lei que as favorecessem. [...]Não havia esse negócio de hospital, nada disso. Tinha uma Santa Casa, naturalmente, como sempre teve, mas lá elas eram tratadas daquela maneira que nós sabemos.» Quando uma costureira tem filhos, ela tem muito que fazer: «Em geral parava de trabalhar fora e fazia o que podia em casa. As que tinham máquina de costura podiam costurar, as que não tinham precisavam se arrumar de qualquer maneira: lavando roupa, fazendo outro serviço qualquer. Cada uma tinha que puxar a brasa para sua sardinha.»⁹⁴

É importante notar que em relação às mulheres operárias, elas não podem ser excluídas da classe operária como um todo. Assim, a situação de sobrevivência no contexto dos tempos, inflação, subida dos preços, baixos salários, violência policial, etc., é universal.

«Fome, exploração e violência policial não eram mera ficção na vida da classe operária brasileira nos primeiros anos do século XX.»⁹⁵ A vida laboral, por outro lado, pode ser representada pelo bairro operário de São Paulo (bairro do Brás). O industrialismo de São Paulo surgiu durante a velha república, com a utilização de excedentes de café para a indústria, fazendo avançar o processo de industrialização e o desenvolvimento do sistema elétrico, das

⁹²Ibidem, 44.

⁹³Anselmo Peres Alós, «Parque industrial: influxos feministas no romance proletário de Patrícia Galvão» *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, XV, n.º 1 (2010): 193.

⁹⁴Ângela de Castro Gomes, *Velhos Militantes: Depoimentos* (Rio de Janeiro: Zahar, 1988), 31.

⁹⁵Gláucia Fraccaro, *Os Direitos Das Mulheres: Feminismo e Trabalho No Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: FGV, 2018), 38.

redes de transporte e comunicação, especialmente dos caminhos-de-ferro. No bairro do Brás Graças aos caminhos-de-ferro, a comunidade facilitou a circulação de produtos para os principais portos e a recolha de trabalhadores e fábricas. «Esse enorme contingente de imigrantes instala-se no Brás em função da facilidade de transporte, pelo baixo custo dos terrenos e aluguéis e principalmente, pelas oportunidades de trabalho».⁹⁶ Foram aqui desenvolvidos tecidos, mobiliário, produtos metalúrgicos leves, vidro, etc. As áreas residenciais e industriais foram misturadas e foram chamadas “fábricas de fundo de quintal”.⁹⁷ Quando a crise surgiu num contexto mais amplo, a precariedade da situação habitacional tornou-se evidente, e a fim de reduzir os custos, as pessoas mudaram-se para pequenas casas, celeiros e estábulos.

É também descrito no *Parque Industrial*, onde a vida das crianças é muito diferente da das crianças da burguesia. «pelas cem ruas do Brás, a longa fila dos filhos naturais da sociedade. Filhos naturais porque se distinguem dos outros que têm tido heranças fartas e comodidade de tudo na vida».⁹⁸ E as pessoas que aqui vivem estão sempre numa atmosfera tensa, com pressa, mesmo reflectida nos seus tempos de refeição. «saem para o almoço às onze e meia. Desembrulham depressa os embrulhos. Pão com carne e banana. Algumas esfarelam na boca um ovo duro».⁹⁹ A vida das pessoas está cansada e o olfacto da indústria é forte:

O grito possante da chaminé envolve o bairro. Os retardatários voam, beirando a parede da fábrica, granulada, longa, coroada de bicos. Resfolegar como cães cansados, para não perder o dia. Uma chinelinha vermelha é largada sem contraforte na sarjeta. Um pé descalço se fere nos cacos de uma garrafa de leite. Uma garota parda vai pulando e chorando alcançar a porta negra.¹⁰⁰

A ênfase foi colocada nas mulheres e homens que competiam por empregos e no medo de que, porque as mulheres e as crianças eram mais facilmente espremidas pelos donos das fábricas do que os homens, eles eram mais fracos e, portanto, temiam que as mulheres e as crianças tirassem empregos aos homens. Nos meios de comunicação social que falavam de mulheres operárias, o jornal paulista *O Combate* 18 de julho em 1917 relatou que se pensava que «as mulheres se prestam mais facilmente às explorações dos patrões que lhes pagam misérias a que operários conscientes não se sujeitaram». E que querem que as mulheres desistam de empregos na “Domínio Masculino” e “sem a concorrência das mulheres e das

⁹⁶Suzana Barretto Ribeiro, *Italianos do Brás: Imagens e Memórias, 1920-1930* (São Paulo: Brasiliense, 1994), 44.

⁹⁷Ibidem, 43.

⁹⁸Patrícia Galvão, *Parque Industrial* (Rio de Janeiro: José Olympio, 2006), 17.

⁹⁹Ibidem, 20.

¹⁰⁰Ibidem, 19.

crianças”. Os homens encontrariam mais postos de trabalho, mais bem remunerados. E a entrada de mulheres e crianças na fábrica leva ao “sofrimento da prole”.

O mesmo ponto de vista foi expresso no jornal *A Voz do Trabalhador*, com o título de “Dos ergástulos industriais”:

Não se trabalha como homens, trabalha-se como bestas de carga, sem descanso, mal alojados e mal alimentados, pois até nisso são roubados, são explorados miseravelmente. Verdadeiros presídios, de lá nada transpira. Ninguém lá fora sabe que pouco a pouco a gerência das fábricas de tecidos vai substituindo os homens por mulheres. Igualmente se ignora que além de ser esse trabalho fatigante e aniquilador para a constituição débil da mulher, é retribuído com um salário irrisório, inferior ao do homem.¹⁰¹

Ele enfatiza o “fatigante e aniquilador” do físico feminino, argumentando que é a natureza natural da mulher. Nos jornais, os homens foram instados a não colocar as suas mulheres e filhos nos mesmos empregos que eles, argumentando que isso levaria a uma desvalorização dos salários.

A seleção de inúmeras mulheres no sector fabril representa o facto de as mulheres terem algumas das qualidades necessárias para manusear certos produtos, tais como a atenção. Mesmo em fábricas que requerem muita força física, a escolha das mulheres é a prova do peso que as mulheres podem carregar. Michelle Perrot diz que aquilo que o público percebe como as “qualidades naturais” das mulheres foram inicialmente utilizadas na esfera doméstica, mas à medida que as mulheres entraram no mercado de trabalho, as qualidades das mulheres foram sendo alargadas no trabalho produtivo. Desde o trabalho doméstico à lavandaria, e nas indústrias orientadas para os serviços. Do bordado à alfaiataria, do piano à estenógrafa e datilógrafa. «Toda máquina nova entregue às mulheres é apresentada como inscrevendo-se em uma ornacia natural de movimentos que exigem uma simples adaptação».¹⁰² Especialmente à medida que a mecanização continua a desenvolver-se, o impacto das diferenças de género diminuirá gradualmente. «A máquina, ao dividir o trabalho, ao torná-lo mais fácil e menos muscular, permite o uso das capacidades femininas e reerguer o prestígio das mulheres, tornando-as úteis e mais iguais aos homens».¹⁰³

A situação das mulheres no trabalho e na vida é, portanto, multifacetada. Em geral, as mulheres operárias enfrentam graves desigualdades no trabalho, são as que trabalham mais horas, mas recebem os piores salários e tratamentos. A situação das mulheres operárias é

¹⁰¹*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de julho de 1908, p.2.

¹⁰²Michelle Perrot e Viviane Ribeiro. *As Mulheres ou Os Silêncios da História*. (Bauru: EDUSC, 2005), 226.

¹⁰³*Ibidem*, 227.

dupla; para além da exploração na relação de trabalho, a ideia de que a classe operária tem dois géneros, sintetizando, as relações de classe são sexuadas. No que se refere à divisão do mercado de trabalho por sexo, nas primeiras décadas do século XX, Glaucia Fraccaro afirma que, apesar do aumento do número de mulheres no campo da educação e no mercado de trabalho, segundo dados de pesquisas, os trabalhos assalariados e de baixa remuneração na área de limpeza e cuidados são exercidos por mulheres urbanas e rurais, enquanto os homens ocupam postos de trabalho de alta qualificação que exigem formação superior.¹⁰⁴

Acrescente-se aqui o notável livro de Elisabeth de Souza Lobo, *A Classe Operária Tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência*, como pioneira nos estudos de género no mundo do trabalho, onde examina o trabalho e as lutas das mulheres nos anos 1970 e 1980, analisando a existência da segmentação de género no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com Araújo: «a mão de obra feminina como parte do exército industrial de reserva, dadas as características da sua inserção na indústria marcada pela descontinuidade, pela desqualificação e pelos baixos salários».¹⁰⁵ Ao afirmar que os trabalhadores não são iguais aos operários, a investigação de Elisabeth de Souza Lobo rompe com os estudos homogeneizados sobre a classe operária. As suas análises revelam a opressão de género no controle social das fábricas, nos sindicatos e nas relações de trabalho, profissionais e hierárquicas. No que diz respeito às ideias e sistemas discriminatórios contra as mulheres nas fábricas, Lobo argumenta:

Dessa forma, para manter as desigualdades de salário e um comportamento dócil entre as operárias, é necessário utilizar formas de controle e de disciplina que articulem a subordinação operária ao capital com a subordinação sexista da mulher. Isso permite concluir que a produção sexista da mulher e social do trabalho atinge os salários, as promoções, a qualificação, a escala de funções e as formas de controle da mão de obra.¹⁰⁶

Para o conceito de grupo operário, a abrangência do que realmente estava envolvido no movimento operário e nos discursos sindicais que Lobo examina mostra-se como abrangendo apenas o âmbito das práticas masculinas. Ela e pela heterogeneidade e unidade, explica:

A ideia de unidade, no conceito de “unidade da classe operária”, confunde-se com a ideia de identidade, que exclui a noção de diferença. É por isso que a constatação da discriminação-diferença parece ameaçar a unidade da classe operária, daí a necessidade de integração das lutas. Além disso, o

¹⁰⁴Gláucia Fraccaro, *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: FGV, 2018), 22.

¹⁰⁵Ângela Maria Carneiro Araújo, «Gênero nos estudos do trabalho: para lembrar Elisabeth de Souza Lobo» in *Gênero nas Fronteiras do Sul*, org. Moraes, M. L. Quartim de. (Campinas: Unicamp, 2005), 88.

¹⁰⁶Elisabeth Souza-Lobo, *A Classe Operária Tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011), 29.

sindicato é apresentado como um espaço masculino do qual as mulheres são excluídas; a luta, é a luta dos homens.¹⁰⁷

Lobo demonstra um questionamento da noção de homogeneidade na classe trabalhadora, analisando o gênero em termos do que o constitui, para além da classe e da raça. A história das mulheres é ligada à classe trabalhadora numa secção que mostra a discriminação e a opressão que existe para as mulheres operárias. «Porém, a discussão sobre as origens dessa discriminação deve incluir a análise da esfera da reprodução (as estruturas familiares) e as formas de discriminação social (em nível ideológico).»¹⁰⁸ A questão da divisão do trabalho em função do gênero e as origens da discriminação serão discutidas na secção final.

¹⁰⁷Ibidem, 38.

¹⁰⁸Ibidem, 29.

Capítulo 3: Participação das Mulheres no Movimento de Greve

3.1 Um Olhar Feminista sobre o Movimento das Mulheres Operárias

O movimento feminista representa um apoio ao estatuto, aos direitos e à emancipação das mulheres. O feminismo tem uma história em todo o mundo, com diferentes contextos sociais, culturais e políticos que caracterizam os movimentos de mulheres. Desde os grandes movimentos até aos pequenos círculos culturais, as feministas sempre lutaram pela igualdade e pela dignidade, e sempre continuaram a insistir no aprofundamento e na construção do movimento feminista. Nos últimos tempos, sob o facto da opressão das mulheres, estas iniciaram gradualmente estratégias de resistência e sobrevivência, e a participação das mulheres operárias no movimento de greve é uma forma de as próprias mulheres construírem a parte das mulheres que foi ignorada durante muito tempo na história da humanidade. A história do desenvolvimento feminista tem uma relação estreita com a história da emancipação das mulheres, e observar o movimento das mulheres da classe operária a partir de uma perspetiva feminista é um ângulo complexo mas inevitável.

3.1.1 Mudanças Sociais Dramáticas na Segunda Metade do Século XIX: Desenvolvimento Inicial do Feminismo

Considera-se que as origens do feminismo brasileiro remontam, em geral, ao século XIX, no âmbito da luta das mulheres pelo direito à educação. Na primeira metade do século XIX, o Brasil, como país colonial (até 1822) e escravocrata, tinha uma sociedade altamente estratificada, dependia economicamente da escravidão, a maioria de seus habitantes vivia no campo e utilizava métodos primitivos de agricultura, possuía uma infraestrutura social frágil e tinha uma família patriarcal e autoritária que impunha regras rígidas sobre a moral feminina e exigia que a imagem da mulher fosse a de esposa patriarcal e boa mãe. No século XIX, as mulheres ainda eram vistas como um grupo subordinado na sociedade e enfrentavam uma situação social de desigualdade de direitos. Em geral, as mulheres não têm o direito de voto, o direito ao divórcio, o direito à autonomia da vontade independente do marido, nem sequer o direito de participar na política, entre outros direitos autónomos.

As oportunidades de educação na sociedade atual são uma das mais importantes influências na entrada das mulheres no mercado de trabalho, mas o império brasileiro do século XIX tinha muito pouca educação feminina, baixas taxas de alfabetização e a exposição ao mundo exterior iniciada pelas mulheres era vista como uma ameaça à integridade da família patriarcal. Em 15 de outubro de 1827, foi sancionada por D. Pedro I a Lei Geral, a

primeira lei educacional do Brasil. Art 1º foi a primeira legislação sobre a educação feminina, que permitia o ingresso de meninas nas escolas elementares, para crianças, de 7 a 14 anos de idade, «escolas de primeiras letras para todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império».¹⁰⁹ E a exigência de concurso público para o magistério marcando, com isso, a entrada da mulher no mercado de trabalho. Mas as moças recebem menos lições do que os moços, e em matemática, que requer pensamento racional, elas devem estudar apenas as quatro operações fundamentais enquanto os meninos tinham aulas de números decimais, frações, proporções e geometria. Entre as causas da educação feminina na primeira metade do século XIX, destaca-se Nísia Floresta Augusta, considerada a pioneira do feminismo brasileiro. Em 1838 fundou o Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, com o objetivo de proporcionar às mulheres uma educação que rivalizasse com as melhores escolas masculinas da época.¹¹⁰ Além disso, publicou e distribuiu muitos livros sobre a situação das mulheres. Em 1832, por exemplo, publicou *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, que procurava quebrar os preconceitos da sociedade contra as mulheres, e em 1853, publicou a obra *Opúsculo Humanitário*, que explorava o pensamento sobre a educação feminina. Em estudos sobre ela, conclui-se que, como defensora de ideais abolicionistas, republicanos e predominantemente feministas, influenciou as práticas educacionais brasileiras e rompeu os limites do status social atribuído às mulheres.¹¹¹

Portanto, de acordo com o censo de 1872, realizado pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Censos (IBGE), de um total de 10.112.061 habitantes brasileiros, apenas 550.981 mulheres livres sabiam ler e escrever, bem menos do que 1.012.097 homens livres (além de 445 escravos que sabiam ler e escrever), uma diferença que quase dobrava.¹¹² A primeira escola foi criada em Niterói, em 1835, e uma na Bahia, em 1836, mas o número de escolas era muito pequeno. No ensino primário, o Ministério da Educação e Saúde do Brasil indica que, em 1873, foram construídas 5.077 escolas primárias, públicas e particulares em todo o país. Destas, apenas 46.246 eram alunas e 114.014 eram alunos.¹¹³

Na segunda metade do século XIX, dois acontecimentos marcaram mudanças dramáticas

¹⁰⁹Coleção de Leis do Império do Brasil 1827, Página 71, I, pt. I (Publicação Original).

¹¹⁰Luciana Martins Castro, «A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro Oitocentista» *Outros Tempos*, VII, n.º 20 (2010): 237-256.

¹¹¹Cleide Rita Silvério Almeida e Elaine Teresinha Dal Mas Dias, «Nísia Floresta: O conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina», *Revista Historia de La Educación Latinoamericana*, n.º 13(2009): 16-23.

¹¹²June Edith Hahner, *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937* (São Paulo: Brasiliense, 1981), 32.

¹¹³June Edith Hahner, *Emancipação do Sexo Feminino: A Luta Pelos Direitos da Mulher No Brasil, 1850 - 1940* (Florianópolis: Mulheres, 2003), 75.

na sociedade brasileira: a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, e a proclamação da Primeira República, em 15 de novembro de 1889. Com a difusão da ciência e da tecnologia europeias no Brasil, a tecnologia avançada estimulou o crescimento económico e o desenvolvimento das cidades, a expansão das plantações de café e o aparecimento do Rio de Janeiro e de São Paulo como centros de exportação de café, e não só a tecnologia foi exportada. Ao mesmo tempo, as ideias avançadas sobre as mulheres estavam a espalhar-se na Europa, o Rio de Janeiro, como importante centro político, económico e cultural nacional, liderava a divulgação das ideias e o aparecimento de jornais femininos é uma prova importante deste facto.

Na segunda metade do século XIX, surgiram jornais destinados a leitoras e dirigidos e editados por mulheres, sendo o Rio de Janeiro um importante local de publicação. Os jornais eram um importante instrumento de comunicação. «O jornal impresso é o principal meio de comunicação da linguagem escrita. Apresenta apelo de massa, mas, como toda mídia, para ser lido, é restrito por não atingir a parcela analfabeta da população».¹¹⁴

Marcado pela *Gazeta do Rio de Janeiro* como o jornal oficial da colónia, 1808 inaugurou os periódicos brasileiros, mas até meados do século XIX eram dirigidos aos homens e editados por organizações masculinas. A começar pelo *Jornal das Senhoras*, editado no Rio de Janeiro a 1 de janeiro de 1852, a primeira publicação brasileira dirigida exclusivamente à comunidade feminina e editada por uma mulher. Os principais objectivos do jornal eram «propagar a ilustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher».¹¹⁵ Juana Manso de Noronha como fundadora, é a primeira mulher brasileira na direção do primeiro periódico feminino; Em 1862, *O Bello Sexo* foi fundado no Rio de Janeiro, e sua representação das mulheres em jornais era de mulheres com ensino médio. Esse jornal foi publicado como moto “Religião, Trabalho, Lettras e Caridade”; No dia 7 de setembro de 1873, começou a circular pelas ruas de Campanha, Minas Gerais, o periódico semanal intitulado *O Sexo Feminino*, o jornal tem o objetivo de melhorar a situação das mulheres e, em nome da emancipação social das mulheres, *O Sexo Feminino* divulga o acesso delas à educação e ao trabalho; E estabeleceu em 1874, *O Domingo* e *Jornal das Damas*, e *Myosotis* de 1875; Em 1879, o *Echo das Damas* foi fundado por Amélia Carolina de Silva Couto no Rio de Janeiro e defendia a educação e a emancipação económica da mulher. O conteúdo desses jornais é diversificado e inclui exposições de modas, literatura,

¹¹⁴Edivaldo Rafael de Souza, «O ‘bello sexo’: uma breve análise de fragmentos jornalísticos mineiros dedicados as mulheres no final do século XIX». *Jamaxi*, II, n.º 2(2018): 2.

¹¹⁵*Jornal das Senhoras*, Rio de Janeiro, 5- 6 de Janeiro de 1852, n. 1, p.1.

bellas-artes, teatro e crítica e outras características culturais do país, reflexões sobre a emancipação da mulher, com destaque para a importância da educação feminina e reflexões sobre as funções da mulher.

Em segundo lugar, a criação de associações de mulheres organiza as redes de mulheres e oferece um espaço para sua participação no mundo exterior. Para as mulheres da elite, uma ação importante de sua participação em associações voluntárias era o trabalho de caridade. Eram algumas associações abolicionistas que contribuíram para o movimento abolicionista.

Quando se faz uma retrospectiva do movimento abolicionista no século XIX, sempre se destacam José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, João Clapp, André Rebouças e outros, mas, na realidade, as mulheres também se envolveram na criação de associações e sociedades contra a escravidão, publicaram artigos, discursaram, assinaram abaixo-assinados, etc., em vários lugares para divulgar seu apoio ao abolicionismo e sua oposição apaixonada à escravidão. Angela Afonso afirma que «Pelo menos 26 sociedades abolicionistas femininas se formaram ao longo da campanha, situadas em 10 das 20 províncias do Império; 18 delas exclusivamente de mulheres.»¹¹⁶ Por um exemplo, na *Sociedade Libertadora Sete de Setembro*, uma associação antiescravagista fundada na Bahia em 1869, Luis Anselmo Fonseca mostra que em 1871, «chegou a contar em seu seio mais de 512 sócios, sendo 497 do sexo masculino e 15 do feminino.»¹¹⁷

Outro exemplo é o clube *Ave Libertas*, fundado em 20 de abril de 1884 por Leonor Porto, uma organização abolicionista fundada e dirigida inteiramente por mulheres, que tinha como principal objetivo a libertação dos escravos através da angariação de fundos para negociar com os proprietários de escravos, principalmente através de actividades em teatros, as moças e senhoras vendiam alguns produtos ou até mesmo apuraram doações voluntárias nas portas dos estabelecimentos.¹¹⁸ A simpatia pelos escravos e os frutos da emancipação foram expressos no folheto do primeiro aniversário:

[...] sem que caiba as amáveis antonomásias de pretadeiras e nilitas temos até o presente conseguido libertar cerca de 200 escravizados, travando esta renhida batalha, em que nossa infelicidade e vergonha, procura-se reconquistar o que pode haver de mais inalienável, de mais indestrutível, de mais santo, de mais sublime, a liberdade humana!¹¹⁹

O *Ave Libertas* ganhou prestígio social, e a emancipação de 200 escravos foi prova

¹¹⁶Ângela Alonso, «A teatralização da política: a propaganda abolicionista» *Tempo Social*, XXIV, n.º 2 (2012): 108.

¹¹⁷Luiz Anselmo Fonseca, *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo* (Bahia Imprensa Econômica, 1887), 248.

¹¹⁸*Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 15 de outubro de 1884, n. 238, p.3.

¹¹⁹*Ave Libertas*, Recife, 8 de setembro de 1885, p.2.

suficiente da força das organizações femininas. Além disso, relativamente proeminentes foram suas contribuições para o movimento abolicionista, principalmente mulheres ajudando a levantar fundos, ainda a *Sociedade de Libertação*, fundada no Rio de Janeiro em 27 de março de 1870, a *Sociedade Redentora*, fundada em São Paulo em 10 de julho de 1870.

Adicionalmente, as Mulheres contra a escravidão não só defendiam a abolição da escravidão, como também sugeriam formas de ajudar os antigos escravos a integrarem-se na sociedade e a receberem educação. Os esforços para educar os ex-escravos estavam em consonância com a tendência para o direito das mulheres à educação na segunda metade do século XIX. A *Gazeta da Tarde*, em 3 de junho de 1883, publicou um artigo intitulado “Novas Libertadoras”, que noticiava a criação de uma organização abolicionista feminina com 49 signatárias no Município da Corte, denominada *Libertadora Cearense*, e descrevia a eleição de uma comissão de nove mulheres, cuja presidente era D. Clodes Jaguaribe. A *Libertadora Cearense* descreve a eleição de uma comissão de nove mulheres, cujo presidente era D. Clodes Jaguaribe, conforme consta nos estatutos da organização¹²⁰:

1º A sociedade terá por fins promover a pronta resolução do problema servil, e a organização de institutos e escolas para receber os libertos em virtude da lei.

2º Será constituída por meio de sessões, com vida independente e economia separada, apenas sujeitas ao conselho eleito por assembleia no que diz respeito aos interesses gerais da ordem, sessões que tomarão a denominação de classes, profissões e arte em cujo seio tenham de buscar auxílio e adesões. Cada sessão se subdivide em duas partes: uma técnica e outra econômica.

É importante notar que, embora a participação das mulheres no movimento abolicionista não tenha tido o mesmo impacto direto nos direitos e interesses das mulheres que o movimento feminista, a participação das mulheres nas actividades abolicionistas abriu espaço para as mulheres activistas e reforçou a influência das mulheres no espaço público. Para além de estabelecer uma boa imagem em termos de actividades caritativas, os discursos e artigos das activistas abolicionistas inspiraram as mulheres a participar nos assuntos públicos e a fazer ouvir a sua voz, apesar de existirem menos exemplos. Por exemplo Maria Amélia de Queiroz, foi poetisa, professora e abolicionista, quem frequentava actividades organizadas pelo Clube do *Cupim* e o *Ave Libertas*. Ela reclamou:

Eu venho nesta ocasião oportuna [onde] protestamos solenemente contra a inércia, indiferentismo e desânimo em que até hoje tem vivido a mulher infelizmente no Brasil. É preciso, minhas amáveis patrícias, que a mulher se convença de uma vez para sempre, que já é tempo de levantar um brado de indignação contra o passado ignominioso de tantas raças malditas. A mulher também é capaz de

¹²⁰*Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 4 de junho de 1883, p.3

grandes e altos cometimentos.¹²¹

Para exprimir o seu desejo de que as mulheres saiam dos seus espaços privados e, além disso, para afirmar o papel das mulheres e a sua indignação face aos preconceitos da sociedade contra elas.

Em termos de funcionamento das associações femininas, as mulheres arrecadavam fundos para ajudar o movimento abolicionista, que era outra forma de atividade beneficente, e se tornou uma extensão do elogio da sociedade às boas virtudes das mulheres tradicionais, e elas não apareciam em debates públicos para fazer com que suas vozes fossem ouvidas, e não davam muita atenção aos próprios direitos das femininas e às reformas sociais. June. E. Hahner argumenta que as atividades e os papéis das mulheres no movimento abolicionista refletiam sua posição subordinada na sociedade, e que os esforços das mulheres para arrecadar dinheiro para boas causas suportando desconforto físico reforçaram as imagens de nobreza e abnegação femininas, como quando algumas mulheres eram enviadas por membros masculinos dos clubes abolicionistas para coletar doações em cemitérios e portas de igrejas.¹²²

Vale ressaltar que os jornais e as associações de mulheres da segunda metade do século XIX foram um passo à frente, estimulando o surgimento e o desenvolvimento de uma consciência feminista, e certamente o feminismo brasileiro do final do século XIX teve seu início, há um grande número de mulheres da elite intelectual e do ramo financeiro, e a classe trabalhadora estavam menos representada.

Em termos de progresso, as mulheres pioneiras da segunda metade do século XIX lutaram pelo direito das mulheres à educação e, inicialmente, na esfera política, começaram a exigir o direito das mulheres ao voto. Com relação à educação, na imprensa feminina, em 1873, D. Violante A. Ximenes de Bivar e Vellasco publicou um artigo em *O Domingo* a favor do acesso das mulheres ao ensino superior. «Se a mulher não fora doptada das mesmas faculdades que o homem possui; se ela não fora sua igual era tudo, por certo que a escravidão seria o estado normal das sociedades modernas, como o foi das antigas».¹²³ Além disso, Francisca S. da M. Diniz e Amélia Carolina da Silva, por meio dos jornais *O Sexo Feminino* e *Echo das Damas*, também se manifestaram a favor do acesso das mulheres ao ensino superior, pleiteando sua emancipação intelectual. No final do século XIX, houve também mulheres que ingressaram em áreas especializadas e obtiveram diplomas, como Rita Lobato Velho Lopes,

¹²¹Luzilá Gonçalves Ferreira, *Suaves Amazonas: Mulheres e Abolição da Escravatura no Nordeste*. (Recife: UFPE, 1999), 223.

¹²²June Edith Hahner, *A mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937* (São Paulo: Brasiliense, 1981), 40-43.

¹²³*O Domingo*, Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 1873, p.1.

que se tornou a primeira mulher a obter um diploma de medicina em 1887.

Com relação ao sufrágio político, as feministas do final da década de 1880 fizeram exigências e começaram a buscar direitos políticos iguais, do ponto de vista do indivíduo. Em 1881 ano, os parlamentares brasileiros aprovaram uma lei chamada Lei Saraiva, o lei tinha lacunas que permitem às mulheres solicitar o registo eleitoral. No mesmo ano, uma dentista, Isabel de Sousa Matos, obteve o direito de voto de acordo com essa lei de 1890 e o exerceu pela primeira vez, mas não pôde votar porque foi impedida de fazê-lo na seção eleitoral. A fundação da Primeira República do Brasil teve o efeito de aumentar a confiança das feministas na luta pelo direito ao voto. As feministas expressaram sua vontade de conquistar os mesmos direitos para as mulheres como resultado da expansão do direito de voto dos homens. Josefina de Azevedo e Francisca S. da M. Diniz, por exemplo, expressaram ativamente que as mulheres deveriam lutar pela igualdade em tudo, não apenas na família. Em 1877, Azevedo publicou o jornal *A Família* para tratar da questão da educação das mulheres, mas, com a mudança do Brasil de um sistema imperial para um republicano, passou a defender os direitos das mulheres, inclusive o direito de voto. Francisca S. da M. Diniz mudou o nome de *O Sexo Feminino* para *Quinze de Novembro de 1889 de O Sexo Feminino*, e na primeira página «Hoje dizemos: a mulher quer a igualdade, esta será alcançada».¹²⁴

Segundo o art. 70 da Constituição de 1891, são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.¹²⁵ A Constituição coloca os mendigos e os analfabetos que não podem alistar-se aos eleitores. Mas não se falava de mulheres, ao que Céli Pinto respondeu: «A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos».¹²⁶ Na Assembleia Constituinte de 1891, o direito de voto das mulheres foi objeto de intenso debate, tendo havido seis emendas falhadas de incluir algumas mulheres no processo de votação.¹²⁷ Costa Machado, como deputado da bancada de Minas Gerais, propôs, em primeira discussão na Convenção, uma emenda para dar direito de voto às mulheres casadas, que foi assinada por 31 deputados. Ele mostra: «apesar de estar inscrito, deixo de falar sobre o assunto de mais grandeza de mais interesse que tem aparecido na Constituinte - a igualdade do ato civil da mulher ao homem –

¹²⁴*Quinze de Novembro de 1889 de O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1889, p.1.

¹²⁵Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891).

¹²⁶Céli Regina Jardim Pinto, *Uma História do Feminismo no Brasil* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003), 16.

¹²⁷Mônica Karawejczyk, «O voto feminino no Congresso Constituinte de 1891: primeiros trâmites legais», em *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* (São Paulo: Associação Nacional de História, 2011), 6

questão máxima da maior transcendência».¹²⁸ Mônica Karawejczyk resume a oposição ao sufrágio feminino na Assembleia Constituinte em três áreas principais: primeiro, o perigo da desagregação da família e da degradação da figura da mulher; segundo, nenhum lugar do mundo civilizado se concedia este privilégio; e terceiro, o direito de voto das mulheres era implícito na legislação eleitoral, se as mulheres não lutavam por ele significa que são incapazes.¹²⁹

O processo de sufrágio feminino foi objeto de uma resistência considerável, mas o facto de ser um tema de discussão na Constituição é suficiente para ilustrar a ascensão do tema do sufrágio feminino na segunda metade do século XIX.

Em termos de limitações, em primeiro lugar, os pontos de vista de muitos jornais femininos no século XIX foram influenciados pelas limitações dos conceitos de gênero dentro das fortes visões tradicionais da época, e não podem ser vistos no século XIX da mesma forma que são vistos hoje em termos de emancipação feminina; por exemplo, Noronha relaciona o papel da educação feminina às identidades tradicionais das mulheres, argumentando que a educação permite que as mulheres «mais amplamente preencheria essa missão sagrada de esposa e de mãe».¹³⁰ Jornais como *O Bello Sexo* limitavam seu conteúdo à esfera doméstica e privada, com pouca cobertura de questões políticas e econômicas importantes fora de casa e na esfera pública.

Em segundo lugar, a consciência feminista nesse período estava em um estágio inicial e não formava uma força e um objetivo unificados; a vontade das mulheres aspirantes de se emancipar não era suficientemente forte, havia pouca comunicação entre elas e estavam relativamente isoladas. «As feministas brasileiras permaneceram isoladas por muitos anos e nunca se beneficiaram da participação plena na agitação de movimentos sociais, [...] como os membros masculinos da elite brasileira, elas deram menos relevo a reformas sociais.»¹³¹

Os jornais femininos são uma ferramenta indispensável para a disseminação de ideias e a promoção da emancipação das mulheres, mas a falta de intercâmbios e contatos entre as várias colaboradoras dos jornais femininos, que cresceu durante a década de 1970, aumentou durante a década de 1990, devido ao aumento do número das mulheres alfabetizadas nas cidades, como mostra o fato de que, de acordo com o censo brasileiro de 1º de setembro de 1920, a taxa de alfabetização das mulheres no Rio chegou a 43,8% em 1890. O público dos

¹²⁸Ibidem, 7.

¹²⁹Ibidem, 9-10.

¹³⁰*Jornal das Senhoras*. Rio de Janeiro, 5- 6 de Janeiro de 1852, n. 1, p.1.

¹³¹June Edith Hahner, *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937* (São Paulo: Brasiliense, 1981), 50.

jornais femininos se expandiu, mas nessa época ainda se limitava às mulheres de classe média e alta que aceitavam a educação.

Em terceiro lugar, o alcance dessas associações e jornais femininos é muito pequeno e não tem um impacto social amplo. O baixo nível de educação e alfabetização entre as mulheres significa que os jornais femininos têm um público pequeno. June. E. Hahner dizia: «Embora tenha surgido um número crescente de associações voluntárias nas cidades brasileiras durante o século XIX, elas nunca foram tão penetrantes como nos Estados Unidos».¹³²

Um ponto importante é que as pioneiras feministas do século XIX estavam concentradas nas classes média e alta da sociedade, tanto nos jornais quanto nas associações, e é possível ver muitas mulheres exportando seus valores para o mundo exterior na literatura, como no caso de as escritoras da revista *A Mensageira*. Esta revista, que circulava em São Paulo entre 1897 e 1900, era feminista e, ao contrário de muitas revistas femininas que se concentravam em espaços domésticos como a culinária, publicava temas sobre a condição social da mulher e a emancipação da mulher. A líder da revista é Presciliana Duarte de Almeida, ela é filha do Coronel Joaquim Roberto Duarte e de Rita de Almeida Duarte.¹³³ Sua prima Maria Clara da Cunha Santos foi uma importante colaboradora da revista e uma das mulheres mais importantes do jornalismo feminino no final do século XIX. Seu pai, João Vieira da Cunha, que estudou direito e atuava como juiz. Além disso, Júlia Lopes de Almeida foi uma importante escritora brasileira, colaboradora do jornal feminino paulista *A Mensageira*, foi presidente honorária da Legião da Mulher Brasileira e foi uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Portanto as exigências textuais dificultavam que o público chegasse também às classes mais baixas. Embora o acesso das mulheres à educação seja melhor do que antes, é difícil para as mulheres como um todo acessar não apenas o ensino superior, mas também o ensino médio; a sociedade em geral não reconhece a necessidade de as mulheres frequentarem a escola; o sistema escolar não é bem desenvolvido; a coeducação é atacada; e não há empregos que correspondam à educação das mulheres, mesmo que elas frequentem a escola. As inovações culturais e tecnológicas nos centros urbanos tiveram um forte impacto sobre as mulheres, levando principalmente as mulheres das classes média e alta a exigir os mesmos direitos que os homens. As mulheres operárias, especialmente aquelas que se mudaram do campo para as fábricas urbanas durante esse período, tiveram dificuldades para se relacionar

¹³²Ibidem, 45.

¹³³Ibidem, 62-63.

com a abertura da educação durante esse período. Durante esse período, quando o Brasil vivenciou a abolição da escravatura em 1888 e a transição de um sistema imperial para um republicano, a comunidade de mulheres operárias estava apenas começando e ainda não havia desenvolvido sua própria voz forte sobre a emancipação da mulher.

Além disso, há uma enorme diferença na atitude de elite da sociedade em relação ao trabalho das mulheres da elite e das mulheres das classes mais baixas. O conceito de mulher como grupo é complexo em termos do conteúdo da “emancipação da mulher” e precisa ser discutido à luz do *status* social e da ocupação da mulher. Embora as mulheres sempre tenham sido subordinadas e vulneráveis aos homens nas sociedades patriarcais, elas não foram definidas da mesma forma que outros grupos marginalizados em histórias específicas. Em termos do conceito de humanidade em geral, a mulher sempre foi uma das duas categorias de seres humanos, ocupando metade da população, e não é definida como um grupo minoritário. Em segundo lugar, as mulheres estão amplamente distribuídas, em todos os grupos sociais e em todas as classes. A posição da mulher está ligada ao homem em seu relacionamento familiar, e geralmente é vista como subordinada ao homem no relacionamento íntimo; ela pode ser tanto uma classe oprimida quanto uma classe opressora. A economia é a base, e o direito das mulheres de trabalhar é a base da emancipação feminina.

Sobre mulheres e trabalho, as feministas fizeram o apelo pela independência feminina, significa que as mulheres têm o mesmo potencial e a mesma capacidade que os homens. Entretanto, em termos do significado de trabalho propriamente dito, há uma lacuna entre as opiniões dos homens da elite em relação às mulheres da mesma classe e as da classe baixa. Eles acreditam que as mulheres de classe baixa devem trabalhar e que as mulheres de classe alta devem supervisionar o trabalho das mulheres de classe baixa, mas o denominador comum é que elas devem permanecer na esfera doméstica e não tocar no mundo masculino externo.

Hahner explica o pensamento dos membros masculinos da elite sobre trabalho: «eles esperavam que as mulheres da classe inferior entrassem para a força de trabalho, mas não suas próprias parentes. Quer brasileiros nativos quer imigrantes recém-chegados», e «todo o homem ou mulher de qual cor ou nacionalidade», deve ter «um meio de vida honesto por onde possa adquirir o seu sustento». Para as mulheres da classe inferior, esse “trabalho honesto” seria executado em “casas de família”, isto é, nas casas dos brasileiros mais ricos. «As mulheres da classe superior deveriam permanecer em suas próprias casas, supervisionando o trabalho das mulheres mais pobres, e não tentar entrar nas profissões

seguidas pelos homens de sua própria classe.»¹³⁴

As mulheres de classe média alta usam a palavra escrita como uma forma gentil de fazer com que suas vozes sejam ouvidas pelo mundo exterior, especialmente para o trabalho literário feito em casa, que fica escondido no espaço público, e também porque não é drástico o suficiente para provocar vigilância e críticas dos homens da mesma classe. «As atividades literárias, que podiam ser realizadas em casa, eram um escape aceitável para as energias femininas, e um escape cada vez mais usado pelas mulheres da classe superior.»¹³⁵

Em geral, quando o Brasil completou sua transformação política em uma república na segunda metade do século XIX, o feminismo brasileiro passou por um desenvolvimento preliminar, principalmente por meio de uma abordagem moderada, com o estabelecimento de jornais, literatura e associações voltados para as mulheres, com pouquíssimos debates e discursos públicos acalorados, e a principal vontade de emancipação das mulheres estava centrada no direito das mulheres à educação e na igualdade de direitos das mulheres.

No final do século XIX, as feministas pioneiras começaram a fazer exigências para o sufrágio feminino - o direito ao voto. Entretanto, como um estágio inicial da história da emancipação feminina no Brasil, foi limitado, concentrando-se nas mulheres de grupo de elite, com pouca relevância para as mulheres operárias, que não estavam no primeiro plano da emancipação feminina.

3.1.2 As Lutas Políticas e Sociais das Mulheres Brasileiras e os Grupos das Mulheres Operárias na Primeira Metade do Século XX

Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público - portanto, dos direitos como cidadã - e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio da pugna do proletariado por sua libertação.¹³⁶

À medida que o século XX avançava, as fileiras de feministas e figuras literárias cresciam, assim como o número de mulheres que exigiam emancipação. O feminismo brasileiro cresceu nas primeiras décadas do século XX, com destaque para o movimento feminista em prol da cidadania feminina, especialmente a luta pelo direito de voto das mulheres. Desde o final do século XIX, as mulheres brasileiras já lutavam pelo seu direito de cidadania e pelo direito ao

¹³⁴June Edith Hahner, *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937* (São Paulo: Brasiliense, 1981), 72-73.

¹³⁵*Ibidem*, 40.

¹³⁶Céli Regina Jardim Pinto, *Uma História do Feminismo no Brasil* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003), 9.

voto, de acordo com a Constituição de 1891. Art. 70 São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei. Entretanto, como o termo masculino “cidadão” é normalmente considerado como restrito aos homens, a cidadania das mulheres é ignorada e, portanto, elas são excluídas do exercício de uma das formas mais importantes desse direito: o direito de votar e de ser votada. Entretanto, como as mulheres ainda estão excluídas das condições de não poderem votar de acordo com a Constituição, elas podem interpretar a Constituição de modo a obter o direito de votar.

A causa feminista no início do século XX era vista no contexto de uma ampliação da base de emancipação da mulher nas classes média e alta.

Após o desenvolvimento do feminismo no século XIX e o surgimento de apoiadores mais influentes da emancipação feminina, as atitudes em relação ao direito de voto das mulheres mudaram na sociedade brasileira no século XX, June. E. Hahner explica que, em primeiro lugar, os exemplos do exterior tranquilizavam a elite brasileira de que a luta das mulheres pelo direito ao voto não prejudicava a estrutura familiar brasileira. Em segundo lugar, o desenvolvimento da classe média urbana, o grupo de esposas de funcionários públicos e professores que estavam próximos à burocracia e outras mulheres da classe média apoiaram a causa da emancipação feminina. Mais mulheres com status social elevado e educação superior aderiram. Por exemplo, Orsina da Fonseca, a primeira esposa de Hermes da Fonseca, o oitavo presidente do Brasil, durante seu breve período como primeira-dama do país, ajudou as mulheres a lutar por direitos iguais na sociedade da década de 1910 e realizou ações sociais. Em segundo lugar, a crise econômica da Primeira Guerra Mundial e o fervor patriótico dos brasileiros inspirados pela guerra levaram à percepção de que os problemas sociais eram mais sérios do que as demandas das mulheres por emancipação. Por fim, no governo de Hermes da Fonseca, para aqueles que faziam parte do movimento trabalhista emergente, Hahner sugere que a extensão da participação das mulheres poderia conter benefícios políticos em potencial para demonstrar a unidade nacional.¹³⁷

Em termos de participação social, é positivo o fato de que a situação das mulheres no início do século XX era muito diferente da do período anterior, e não é mais incomum que elas fiquem confinadas à esfera doméstica privada e se envolvam gradualmente na esfera pública. Com a passagem do período da Primeira República para o século XX, assiste-se a um avanço gradual das mulheres do espaço doméstico para o espaço público, no meio das transformações da cidade.

¹³⁷June Edith Hahner, *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937* (São Paulo: Brasiliense, 1981), 88-95.

O sufrágio político das mulheres no século XX se concretizou em 1932 e foi a conquista mais notável da primeira metade do século XX. As líderes do movimento político feminino eram, em sua maioria, mulheres que ingressaram em profissões, incluindo não apenas advogadas, médicas e engenheiras, mas também mulheres que alcançaram cargos públicos importantes na década de 1920. As figuras representadas são Maria José de Castro Rebelo, primeira mulher a alcançar uma posição no ministério do Exterior; Bertha Lutz, ela sempre ocupou cargos públicos importantes, foi a segunda mulher a ingressar nos quadros do serviço público brasileiro, inclui chefia do setor de Botânica do Museu Nacional, Bertha Lutz foi também nomeada membro da comissão que elaborou o projecto de constituição; Myrthes de Campos, primeira advogada admitida à justiça brasileira, elas sempre trabalharam no papel das mulheres e na luta pelos direitos das mulheres. Entre outras coisas, Hahner apontou que os professores primários e outras mulheres profissionais das classes médias participaram do movimento do sufrágio, porque: «os integrantes masculinos da classe média de há muito haviam procurado refúgio no emprego público, e compreenderam que poderiam prover benefícios da atividade política. Como os homens, algumas dessas operárias também poderiam ver vantagens no voto.»¹³⁸

Com efeito, as manifestações feministas têm início, no Brasil, em consequência da visita da Dra. Bertha Lutz a Londres, pouco antes da I Guerra Mundial, momento em que o feminismo inglês se encontrava em uma de suas fases mais violentas. [...] Lutz transforma-se na primeira pregadora, através da imprensa e da tribuna, da emancipação da mulher.¹³⁹

Bertha Lutz foi uma figura de destaque no movimento sufragista feminino brasileiro, no qual a causa do sufrágio feminino foi uma das principais tendências do feminismo no início do século XX, e seu histórico biográfico como figura de destaque exemplifica uma típica feminista elitista pré-século XX, tendo nascido em São Paulo em 2 de agosto de 1894, filha de Amy Marie Gertrude Fowler (inglesa) e Adolpho Lutz, cientista e pioneiro da medicina tropical, além de diretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo, que hoje leva o nome dele. Bertha Lutz estudou na Europa por sete anos, formou-se em botânica, ciências naturais, zoologia, embriologia, química e biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, a Sorbonne, em 1918. A experiência de viver e estudar na França foi a sua exposição a ideias avançadas de emancipação feminina e à luta política e social pelos direitos das mulheres quando voltou para casa. De acordo com Celi Pinto, ela preenchia três condições básicas para se tornar uma das principais líderes do movimento feminista. Em primeiro lugar,

¹³⁸Ibidem, 97.

¹³⁹Heleieth Saffioti, *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade* (Petrópolis: Vozes, 1969), 257.

as condições econômicas, pois vinha de uma família de elite; em segundo lugar, as condições culturais, pois tinha liberdade para estudar e aprofundar sua formação; e, em terceiro lugar, as condições profissionais, pois era uma das raras cientistas brasileiras no serviço público naquela época.¹⁴⁰

Na causa da emancipação das mulheres na primeira parte do século XX, Bertha Lutz, como uma das principais fundadoras, iniciou a criação de duas importantes organizações femininas que defendiam o direito de voto, a igualdade de gênero e a independência das mulheres. A primeira foi a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher - LEIM, fundada em 1919. A segunda é a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi uma organização fundada em 9 de agosto de 1922 no Rio de Janeiro, seu objetivo era apoiar os direitos civis e políticos das mulheres, a FBPF é herdeira da LEIM.

Ao analisar as estratégias adotadas por Bertha Lutz e sua associação para a causa do sufrágio feminino, a característica mais marcante é o feito pelos membros da LEIM junto a membros proeminentes da sociedade, primeiramente direcionado às forças políticas, para obter o poder de líderes masculinos dispostos a apoiar o direito de voto das mulheres. Em 1921, o LEIM enviou cartas e telegramas para angariar apoio para projetos que dariam às mulheres o direito de votar. Ao mesmo tempo, cópias dessas cartas foram enviadas à imprensa para divulgar o apoio ao sufrágio feminino. Por exemplo, Juvenal Lamartine de Faria, deputado federal pelo Rio Grande, permitiu «destacar a emenda sobre o voto feminino do projeto de reforma eleitoral, para que ele próprio desse parecer.»¹⁴¹ Justo Chermont, senador durante um longo período, apresentou um plano em 1919 para solicitar o direito de voto para mulheres alfabetizadas com mais de 21 anos de idade; Adolfo Gordo, sempre participou da Comissão de Justiça e Legislação de câmara e senado, apoiou projetos que visavam à introdução do divórcio e à obtenção do sufrágio feminino, etc.¹⁴²

Desenvolveu-se uma relação mutuamente benéfica entre os políticos e Bertha Lutz, onde, por um lado, Bertha cria uma imagem modernizada para os políticos em relação ao feminismo, por exemplo, citando Lamartine no jornal *O Paiz*, participando de eventos organizados por Juvenal Lamartine; Por outro lado, o apoio dos políticos ampliou a posição de Bertha na

¹⁴⁰Céli Regina Jardim Pinto, *Uma História do Feminismo no Brasil* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003), 26.

¹⁴¹Brasília Fotográfica, «Série Feministas, graças a Deus! VIII – A engenheira e urbanista Carmen Portinho (1903–2001)», Brasília Fotográfica, <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=22326>, 6 de abril de 2021.

¹⁴²*O Paiz*, Rio de Janeiro, 7 e 8 de maio de 1928, p. 5. No discurso da representante da FBPF, Orminda Bastos, Juvenal é qualificado de “estadista liberal e administrador eminente”. “Ecos da chegada do presidente Juvenal Lamartine”.

esfera pública e promoveu a causa do sufrágio feminino. Lamartine, após sua eleição em 1927, apresentou o direito de voto e a elegibilidade são exercidos por todos os cidadãos que preencham as condições previstas, independentemente do sexo. Em 25 de outubro de 1927, o Rio Grande do Norte adotou a Lei Estadual nº 660, entrou em vigor apenas no Rio Grande do Norte, concedendo o direito de voto às mulheres. Isso se tornou uma conquista pioneira para o sufrágio feminino no Brasil.¹⁴³

A composição das fundadoras do Federação mostra que ele ainda é composto por mulheres da elite: Isabel Imbassahy Chermont, Stella Guerra Duval e Jerônima Mesquita, fundadoras da Pró-Matre, Júlia Lopes de Almeida, escritora, e Maria Lacerda de Moura, professora. Sobre a origem social, Branca Moreira Alves diz: «[...] composta por um grupo pequeno de mulheres que se conheciam entre si[...] e que pertenciam a famílias da burguesia. A partir da sua posição de esposas, filhas, amigas de homens da classe dominante, tinham acesso aos centros de poder [...]»¹⁴⁴ Os fundadores da elite podem ser ajudados por seu status social quando se trata de organizar estratégias para desenvolver causas feministas, facilitando o acesso a pessoas da mesma classe social para fazer lobby e falar. Para o crédito das organizações, a ideia de Bertha Lutz de fundar uma Federação, na qual «tenho estado à espera de encontrar algum tipo de associação destinada a ajudar o movimento feminista no país, estimulando, consolidando e reunindo esforços pessoais nesse sentido.» Na Federação, eles passaram a fazer parte da elite que tinha influência e se uniram para formar uma força capaz de exercer pressão sobre os políticos da época «a necessidade de se legitimar aos olhos do público, procurando para isto mobilizar mulheres cuja posição social fosse de indiscutível respeitabilidade.»¹⁴⁵

No início, de acordo com os dados do registro da FBPF de 1922, 121 membros do sexo feminino de um total de 170 tinham uma profissão. Em um estágio posterior, de acordo com os documentos da FBPF, a composição de seus membros também era diversa: advogadas, médicas, costureiras, datilógrafas, empregadas do comércio, confeitadeiras, estudantes, escritoras, funcionárias públicas, professoras, modistas, professoras de piano e donas de casa.¹⁴⁶ Mas não há operárias, e a coalizão é liderada por mulheres de classe média e alta, respondendo às suas demandas. Embora questões como equidade educacional, cidadania

¹⁴³Brasiliiana Fotográfica, «Série Feministas, graças a Deus! VIII – A engenheira e urbanista Carmen Portinho (1903–2001)», Brasiliiana Fotográfica, <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=22326>, 6 de abril de 2021.

¹⁴⁴Branca Moreira Alves, *Ideologia e Feminismo: A Luta das Mulheres pelo Voto no Brasil* (Petrópolis: Vozes, 1980), 105.

¹⁴⁵Ibidem, 100.

¹⁴⁶Arquivo Nacional, FBPF, Subseção, Controle de associados, cx 64, pc 3, dos 1, v. 5, 1934.

feminina e direitos de voto político possam beneficiar todas as mulheres, inclusive as operárias, elas não são as principais preocupações das mulheres operárias, nem são as principais beneficiárias. Dentro da coalizão, não só é difícil para as pessoas da classe operária terem acesso às discussões internas, mas também há barreiras para as questões de classe, como Hahner comentou sobre as conferências feministas da FBPF de interesse das pessoas da classe operária:

[...] conferências realizadas em épocas e lugares de difícil acesso para a maioria das operárias -, apareciam poucas mulheres da classe inferior. [...] Embora a FBPF pagasse cada vez mais atenção à obtenção de uma legislação protetora, uma vez que fora conseguido o direito do voto, as diferenças de classe nunca puderam ser superadas apenas por suas políticas eleitorais.¹⁴⁷

Além do pessoal do LEIM e da FBPF, Bertha Lutz estava bem conectada à luta pela emancipação feminina no Brasil no século XX, reunindo muitas pessoas de conhecimento que lutavam pelos direitos das mulheres. Em relação aos métodos utilizados pelas feministas nas primeiras décadas do século XX, Hahner aponta que as profissionais que lutavam pelas causas feministas estavam ligadas à elite e que a causa do sufrágio feminino era mais fácil de ser apoiada, mas suas campanhas pelos direitos das mulheres também eram mais conservadoras e moderadas, em comparação com os termos radicais utilizados pelas feministas no final do século XIX. Por exemplo, a Legião da Mulher Brasileira (LMB) foi fundada no Rio de Janeiro, em 1919, sob a liderança de Alice Rego Monteiro, Júlia Lopes de Almeida (presidente honorária da LMB) e Bertha Lutz (diretora da comissão administrativa da LMB), como parte de um esforço conjunto para lutar pelas mulheres por meio da ajuda mútua e do aperfeiçoamento dos métodos. A senhora e Bertha Lutz (diretora da comissão administrativa da LMB), em conjunto com a participação ativa na criação da LMB, querem lutar pelos direitos das mulheres por meio da ajuda mútua e do aprimoramento dos métodos da organização, por meios tão suaves. Em segundo lugar, a LMB, como organização, tem estado em contato próximo com o *Nosso Jornal*. O *Nosso Jornal*, foi fundada em 1919 como a primeira revista feminina sob a direção de Cassilda Martins. Assim como o LMB, o *Nosso Jornal* se opõe ao uso de métodos excessivamente radicais na busca da causa da emancipação feminina, que deve conciliar as identidades das mulheres e encontrar um equilíbrio que não prejudique os “modelos clássicos da existência da mulher”¹⁴⁸

Céli Regina Jardim Pinto chamou o feminismo de “bem-comportado” diante das táticas

¹⁴⁷June Edith Hahner, *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937* (São Paulo: Brasiliense, 1981), 122.

¹⁴⁸Céli Regina Jardim Pinto, *Uma História do Feminismo no Brasil* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003), 60-62.

conservadoras das feministas representadas por Bertha Lutz. Céli Regina Jardim Pinto é uma historiadora considerada vanguardista na introdução da perspectiva feminista na historiografia do Brasil. No livro *Uma história do feminismo no Brasil*, sobre o movimento feminista no Brasil, Celi Pinto afirma: “[...] um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas.”¹⁴⁹ Assim, a autora emprega a estratégia de perseguir tendências, destacando duas tendências: em primeiro lugar, os primeiros anos do movimento feminista brasileiro, do final do século XIX até 1932, a primeira tendência concentrou-se no movimento feminista liderado por Bertha Lutz, o movimento feminista organizado para a cidadania e a aquisição de direitos políticos (por exemplo, o direito de votar, o direito de participar da cidadania), e é o movimento grevista do século XX, discutido no artigo, que abrange esse período; A segunda tendência, após 1968, é o principal período do movimento feminista e a tendência geral do movimento feminista mundial. O livro é dividido em quatro capítulos, e somente a primeira tendência, que abrange a linha do tempo desta tese, e o primeiro capítulo serão discutidos aqui. Nessa fase, Céli Pinto se divide em três tendências: o feminismo “bem-comportado”, liderado por Bertha Lutz, que é organizado; e a segunda tendência é o “feminismo difuso”, as mulheres cultas, incluindo professoras, escritoras e jornalistas. Elas têm uma ampla gama de tópicos para discutir, inclusive assuntos delicados como sexo e divórcio. Sua posição é mais radical, “mal-comportada”, em oposição à “bem-comportada”; a terceira tendência é a inclusão de mulheres intelectuais no Movimento anarquista e no Partido Comunista, anarquistas e militantes dos movimentos operários e de esquerda, as mulheres mais intimamente associadas ao movimento operário, que ainda apresentam seus pontos de vista sobre a força de trabalho. As mulheres mais ligadas ao movimento operário ainda viam a exploração do trabalho como central. O ponto focal é Maria Lacerda de Moura, que representa “uma face menos comportada do feminismo”.¹⁵⁰

A causa feminista das três primeiras décadas do século XX e isso faz um paralelo com a causa feminista do final do século XIX em termos de sua especificidade solitária. Celi Pinto sugere que, embora o feminismo do início do século XX fosse organizado até certo ponto, ele ainda estava “intimamente relacionado à individualidade”, com uma “especificidade intelectual”, e romperam barreiras e papéis sociais tradicionais. O feminismo que Bertha representa foi o mais forte e organizado, e seus resultados foram os mais significativos. Mas as limitações também são claras: «nunca define a posição de exclusão da mulher como

¹⁴⁹Ibidem, 9.

¹⁵⁰Ibidem, 10.

decorrência da posição de poder do homem.»¹⁵¹

O movimento dela, de natureza moderada e conservadora, não esperava mudar as relações de gênero, não questionava a opressão das mulheres e lutava por direitos para tornar a vida socialmente mais tranquila. Em uma abordagem mais radical, por exemplo, em 1910, Leolinda Daltro fundou o Partido Republicano Feminino com o objetivo de expor o confronto da desigualdade de gênero e exigir o sufrágio feminino. O que ela representou foi a organização de mulheres que deu voz àquelas sem direitos políticos nas correntes de luta política do início do século XX. Inúmeras mulheres se reuniram em manifestações em uma busca sem sucesso por um projeto de lei e apoio.

Céli Pinto ressalta que as mulheres do “bem-comportado” buscam votos dentro da classe dominante, adotando uma abordagem moderada, ao contrário de outras correntes feministas heterogêneas que não levantam questões que questionam os fundamentos das organizações patriarcais porque agem dentro dos limites da pressão familiar, a estratégia de Bertha é defender o papel da mulher dentro da família e demonstrar um sentimento de não hostilidade em relação aos homens para reduzir a oposição social. A estratégia de Bertha de defender o papel da mulher dentro da família e demonstrar um senso de não hostilidade em relação aos homens reduz a oposição social. «o feminismo podia avançar se fosse possível persuadir os homens de que as demandas femininas não constituíam ameaça à ordem social, e, acima de tudo, representavam uma inescapável evolução da civilização».¹⁵²

«A campanha sufragista no Brasil nunca se tornou um movimento de massas—existem poucos destes na história do Brasil, mas, apesar disso, teve o mérito de se caracterizar por sua excelente organização, bem maior do que a da maioria dos movimentos semelhantes que a seguiram na América Latina».¹⁵³ Aqui, Hahner elogia a natureza organizacional do movimento sufragista das mulheres brasileiras, representado por Bertha Lutz, a causa feminista da elite urbana que teve destaque nas lutas políticas e sociais das três primeiras décadas do século XX. As ideias da FBPF tiveram um impacto nacional, mas a luta pelo direito ao voto não era relevante para as necessidades imediatas da classe operária, não alcançou a maioria dos pobres e das classes mais baixas do Brasil e não criou “um movimento de massas”. Os métodos de pesquisa histórica que se concentram em mulheres proeminentes que se destacaram na esfera política dificultaram a visão das mulheres da classe operária. Nesse sentido, um exame da perspectiva de Bertha Lutz revela que sua atitude em relação às

¹⁵¹Ibidem, 11-15.

¹⁵²Teresa Cristina de Novaes Marques, *Bertha Lutz*. (Brasília: Edições Câmara, 2016), 22.

¹⁵³June Edith Hahner, *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937* (São Paulo: Brasiliense, 1981), 120.

mulheres da classe operária mudou drasticamente com sua participação no Congresso Pan-Americano, e o comentário de Hahner sobre a visita de Bertha aos Estados Unidos em 1922: «modificou sua visão de um movimento feminista», e ela sentiu que «o modelo norte-americano parecia mais adequado ao Brasil do que algumas das violentas atividades europeias».¹⁵⁴

Antes de sua participação na Conferência Pan-Americana e durante a fase de organização do LEIM, de acordo com documentos da FBPF,¹⁵⁵ Bertha considerava “um indivíduo, econômico e intelectual” no movimento feminista como “indubitavelmente o mais avançado”, sua descrição dos objetivos do movimento feminista é mais ampla, incluindo política, educação, trabalho e igualdade, como a preocupação da classe operária com a igualdade de trabalho. Questões como igualdade salarial, trabalho infantil, horas de trabalho e remuneração, que preocupavam a classe operária, não eram reivindicadas pelas classes média e alta, nem eram preocupações específicas das sufragistas femininas, mas estavam incluídas nas metas mais amplas de Bertha como parte da sociedade ideal a ser alcançada. Ela acreditava que o mais importante era a cidadania política legal para as mulheres como primeiro requisito e que, para conseguir isso, a primeira e necessária ação como feminista deveria ser fazer com que as mulheres votassem.

Em 1922, entre os dias 20 e 23 de junho, aconteceu em Baltimore, nos Estados Unidos, a Conferência Pan-Americana de Mulheres, que contou com a participação de delegadas de 22 países, e Bertha estreou como representante oficial do Brasil no cenário internacional e foi nessa conferência que começou a conexão entre o movimento feminista no Brasil e o movimento feminista internacional. O movimento pelo sufrágio feminino nos Estados Unidos esteve na vanguarda do desenvolvimento mundial, e Bertha absorveu a experiência do feminismo americano por meio dessa conferência. Por meio dos intercâmbios, os direitos políticos dos operários, das crianças e das mulheres foram explorados entre os tópicos, especificamente o trabalho infantil, a questão do trabalho e emprego das mulheres e a segurança das mulheres, o que fez Bertha perceber a necessidade da questão da mulher da classe operária no feminismo. Após essa reunião, foi fundada a Associação Pan-Americana de Mulheres. Bertha tornou-se vice-presidente geral e, em 1925, mudou seu nome para União Interamericana de Mulheres e Lutz se tornou presidente. Em relação à atitude das mulheres operárias, ela é mais evidente na fundação de A Liga Brasileira para o Progresso da Mulher,

¹⁵⁴Ibidem, 105-106.

¹⁵⁵Justificação de Emenda da Lei de Sindicalização de Bertha Lutz, de acordo com arquivo de A. Fundo FBPF, caixa 62, pacote 2, dossiê 13.

fundada em 9 de fevereiro de 1922 no Rio de Janeiro, uma organização que foi dissolvida após o retorno de Bertha ao Brasil como LEIM, depois, instituiu a Liga Brasileira para o Progresso da Mulher como uma filial da Associação Pan-Americana de Mulheres, e em 1924, a organização é renomeada para Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Entre os sete objetivos da organização, surgiram regulamentações intimamente relacionadas ao setor trabalhista:

- Proteger mães e crianças
- Conquistar direitos trabalhistas para as mulheres
- Auxiliar boas iniciativas e orientá-las para a escolha de uma profissão
- Estimular a troca e cooperação entre mulheres e enganá-las em questões sociais e públicas

Além disso, entre os dias 19 a 23 de dezembro de 1922 aconteceu no centro do Rio de Janeiro a 1ª Conferência pelo Progresso Feminino. O grupo de participantes era muito amplo: 25 delegados da Federação, 24 delegados da Liga do Distrito Federal, 20 da filial paulista, dois da mineira e homens políticos. As principais questões discutidas nessa reunião foram direitos políticos das mulheres, as questões trabalhistas não eram o tópico principal. Entre 19 e 30 de julho de 1931, teve lugar no Rio de Janeiro a 2ª Conferência pelo Progresso Feminino, as questões trabalhistas se tornaram o principal tópico. Além disso, temas como a proteção de mães e filhos e a educação também foram discutidos.

Em geral, do final do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, sob o processo de urbanização e modernização, com o fortalecimento da classe média nas cidades e a agregação de grupos de operários para formar a classe operária, houve um número maior de pessoas propondo a emancipação das mulheres e exigindo seus direitos. O feminismo brasileiro foi um movimento descentralizado e múltiplo durante esse período. As teóricas do sufrágio feminino do movimento de reivindicação do voto, representadas por Bertha Lutz, tiveram papel de destaque nas lutas políticas e sociais das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século XX, e a causa do sufrágio foi liderada por mulheres instruídas da elite, expressando o desejo de uma participação política feminina legítima e, por meio de uma abordagem conservadora que não tocava o cerne do sistema patriarcal (e que não expressava um senso de competitividade com os homens), ativamente. O sucesso do movimento sufragista feminino brasileiro foi finalmente reconhecido na Constituição de 1934, trazendo figuras influentes para ampliar a base de apoio, mas as mulheres que se beneficiaram dessa influência eram apenas uma pequena porcentagem da população feminina total. As feministas que se concentravam nos direitos políticos tinham dificuldade de se concentrar nas questões

relacionadas à sobrevivência das mulheres da classe operária e, no início, o feminismo da classe média alta sempre se caracterizou pelo que Hahner chama de «uma atitude comum paternalista com relação às mulheres da classe inferior em relação às mulheres da classe baixa». Mais tarde, Bertha Lutz, por exemplo, tomou consciência da necessidade de questões trabalhistas para as mulheres depois de interagir com feministas de outros países, principalmente dos Estados Unidos. Mas esse não é o foco de sua luta, e ainda é importante observar que «o direito de voto no Brasil parecia menos provável de ser equiparado ao fim da opressão, para qualquer grupo».¹⁵⁶

3.1.3 A Defesa Feminista da Classe Operária nas Três Primeiras Décadas do Século XX: Anarcofeminismo

O período da Primeira República brasileira era um país rural que acabava de escravidão, com um grande número de pessoas pobres e que não apoiavam o sistema republicano, o que não favorecia uma situação mais democrática e igualitária na Constituição brasileira. A contribuição e o trabalho das mulheres não tinham uma tradição de valorização no Brasil. Do final do século XIX até a primeira parte do século XX, a urbanização se acelerou, a classe operária surgiu e cresceu em tamanho e, como mulheres da classe emergente, elas se preocupavam com questões de emprego, trabalho, saúde e bem-estar das operárias, e a intensificação do conflito entre operários e capitalistas nas greves gerais demonstrou a exploração dos capitalistas que preocupava a classe operária.

Surgiu o feminismo para as mulheres da classe operária, sendo que a ideia mais próxima era o pensamento anarquista. O pensamento anarquista do século XX foi capaz de desempenhar um papel no movimento grevista da classe operária, tendo sido influenciado pela imigração. No início do século XX, alguns dos europeus (italianos, portugueses, espanhóis) que vieram para o Brasil tornaram-se operários nas fábricas emergentes do Rio e de São Paulo, contribuindo para a disseminação do anarquismo no país. A presença contínua de mulheres operárias também pode ser vista na imprensa, tanto na mídia anarquista quanto na comunista.

Além da ideologia anarquista, no campo da ciência política e da filosofia, o anarquismo e o livre-arbítrio estão sempre ligados, pois têm em comum a pretensão de defender a “liberdade individual”. O movimento libertário e o feminismo podem parecer não estar relacionados, mas Céli Pinto aponta o paradoxo entre as ideologias de liberalismo e o

¹⁵⁶June Edith Hahner, *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937* (São Paulo: Brasiliense, 1981), 97.

feminismo.

[...] é nesses espaços revolucionários, não-feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição explorada da mulher como decorrência das relações de gênero. Diferentemente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina.¹⁵⁷

O significado de “liberdade” oferece um espaço para o desenvolvimento do feminismo da classe operária brasileira, que se refere à opressão nas relações de gênero, em que o gênero masculino inclui não apenas homens do mesmo grupo e classe, mas também capitalistas que representam a exploração.

O relato de Céli Pinto sobre as manifestações das operárias no anarcofeminismo no início do século XX aponta apenas dois exemplos de manifestações feministas das operárias na indústria do vestuário e sugere que sua especificidade reside no fato de que se tratava de opressões explicitamente de gênero e no fato de que a questão do trabalho era uma questão central no movimento feminista da classe operária, ou que a questão da exploração do trabalho era vista como o cerne da questão. Uma delas é que, no movimento grevista do início do século XX, o manifesto de 1920 da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro enfatizava a opressão das mulheres no local de trabalho, o reportagem de “O manifesto da União das Costureiras” : «[...]vereis quão dolorida é a situação da mulher, nas fábricas, nas oficinas, constantemente amesquinhada por seres repelentes e vis.»¹⁵⁸

Também foi destacado que a emancipação das mulheres e o progresso social deveriam estar vinculados a uma mudança na situação das mulheres operárias: «Vós que sois os precursores de uma era onde possa reinar a igualdade para todos, escutai: tudo que fazeis em prol do progresso, militando no seio das nossas associações de classe, não basta!»¹⁵⁹ O outro é um manifesto publicado no jornal *Terra Livre* em 1906, que mostra que o trabalho super-explorador domina a vida da grande maioria das mulheres operárias, que têm empregos simples e não qualificados e não conseguem progredir por meio do aprendizado devido à opressão: «Esta situação continua, seremos sempre, pela nossa inconsistência, simples máquinas humanas manobradas à vontade pelos mais cupidos assassinos e ladrões. Como se pode ler um livro, quando se vai para o trabalho às 7 da manhã e se volta para casa às 11 da

¹⁵⁷Céli Regina Jardim Pinto, *Uma História do Feminismo no Brasil* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003), 64.

¹⁵⁸*A Razão*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1919, p.5.

¹⁵⁹*Ibidem*.

noite?»¹⁶⁰

Entre as feministas brasileiras ativas das três primeiras décadas do século XX, a figura mais intensa com laços estreitos com a classe operária foi Maria Lacerda de Moura, professora, escritora e feminista brasileira. Ela exportou ideias valiosas sobre educação, pacifismo, movimento antifascista, amor livre, feminismo e muito mais. Publicou seus pontos de vista em muitos jornais operários, contribuindo para a mídia da classe operária e para jornais progressistas independentes, como os jornais *O Combate* de São Paulo e *A Tribuna* de Santos.

No que se refere ao título de anarquista, do seu ponto de vista, ela nega esse rótulo, mas devido às suas posições radicais, como a adoção de uma postura anticlerical ultra-radicalista e um discurso educacional contra a democracia representativa e a não-violência anarquista, entre outros, isso levou seus contemporâneos a rotulá-la como anarquista. Ela também foi uma “menos comportada do feminismo”, segundo Céli Pinto, que veio de uma família comum de Manhuaçu do estado de Minas Gerais, formou-se professora na Escola Normal de Barbacena e depois foi diretora da Faculdade de Educação.¹⁶¹ Em 1921, Maria Lacerda mudou-se para a cidade de São Paulo e conheceu Bertha Lutz, com quem inicialmente se uniu à causa do sufrágio feminino como presidente da Federação Internacional Feminina entre 1921 e 1923, mas depois se separou. A senhora e Bertha Lutz seguiram caminhos diferentes. Maria Lacerda percebeu que a meta do direito de voto poderia satisfazer apenas parcialmente as necessidades de um pequeno número de mulheres, mas não poderia mudar fundamentalmente a situação das mulheres e alcançar um alto grau de emancipação feminina:

O que a mulher altamente emancipada reivindica, na hora atual, não é o simples direito de voto – é muito mais do que isso. Não é a concessão política, a entrada no parlamento ou um cargo administrativo – o que aliás não revoluciona a questão da emancipação feminina. [...] E, porventura, os homens não estão sacrificados? [...] Emancipar a mulher? Não! Emancipar o gênero humano!¹⁶²

Além disso, Maria Lacerda tem como alvo a dupla opressão das mulheres na sociedade capitalista, não apenas a domesticação e a opressão de gênero em um mundo dominado pelos homens:

Mutilaram a mulher, através dos preconceitos e das convenções sociais: fizeram dela um ser incompleto e desgraçado no tipo solteirona e resolveram o problema sexual masculino, organizando o

¹⁶⁰*A Terra Livre*, São Paulo, 28 de julho de 1906, p.3.

¹⁶¹Céli Regina Jardim Pinto, *Uma História do Feminismo no Brasil* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003), 74-79.

¹⁶²Margareth Rago, «Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura». Em *As Esquerdas no Brasil: A Formação das Tradições (1889-1945)*, orgs. Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007), 278.

mercado das relações sexuais, a prostituição, os cabarets e cassinos, as casas de tolerância, os “recursos”, os rendez-vous e o caftismo.¹⁶³

E na sociedade capitalista, «escrava social de uma sociedade baseada no dinheiro e nos privilégios mantidos pela autoridade do Estado e pela força armada para defender o poder, o dominismo, o industrialismo monetário».¹⁶⁴

As diferenças entre Bertha Lutz e Maria Lacerda e os feminismos “bem-comportado” e “mal-comportado” que elas representam são fundamentalmente diferentes em seu foco. Bertha vê os direitos políticos como um pré-requisito para a emancipação da mulher, como um meio fundamental de ação, e não está interessada em mudar os papéis tradicionais da mulher na família ou na classe operária. Maria, por outro lado, acredita que o direito ao voto não é suficientemente abrangente para as mulheres em geral e não pode ser um fator decisivo para sua integração na vida social.

As fontes subjacentes do conflito social devem ser confrontadas, e o papel da mulher na família, que está no centro da sociedade, raramente é questionado pelos movimentos organizados de mulheres. «No Brasil, Maria Lacerda de Moura é uma das poucas mulheres que ousaram denunciar a opressão das mulheres.» Céli Pinto a descreve como “repelia a luta por direitos civis”.¹⁶⁵ As razões para isso não podem ser argumentadas simplesmente em termos de classe, mas as múltiplas faces da sociedade, a contribuição recíproca da história das mulheres e do movimento feminista e a construção social do gênero mostram uma grande complexidade que pode ser analisada, por um lado, por meio de sua criação e educação. Bertha Lutz, oriunda de uma família de classe alta e com muitos anos de educação na europa, entrou em contato com a teoria ideológica do movimento pelos direitos políticos das mulheres. Posteriormente, como representante oficial do Brasil, esteve intimamente ligada a organizações feministas internacionais, tendo como importante ação a mobilização de autoridades políticas influentes e de alto status social. Maria Lacerda, que veio de uma família comum e anticlerical, formou-se professora e publicou livros sobre educação, e viveu em Guararema entre 1928 e 1937, em um bairro dominado por anarquistas individualistas e desertores espanhóis, franceses e italianos da Primeira Guerra Mundial. Ela tem uma riqueza de experiência local brasileiro, «participação e experiência com diferentes movimentos associativos femininos, bem como de sua vivência em comunidades e cidades de composição

¹⁶³Miriam Moreira Leite, *Maria Lacerda de Moura: Uma Feminista Utópica* (Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz Do Sul: EDUNISC, 2005), 221.

¹⁶⁴Ibidem, 214.

¹⁶⁵Céli Regina Jardim Pinto, *Uma História do Feminismo no Brasil* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003), 37.

e densidade diferentes».¹⁶⁶ Além de conexões de longa data com anarquistas, como o encontro com o francês André Néblind e o contato com a obra do anarquista individualista francês Han Ryner, os dois homens cresceram em ambientes muito diferentes, com filosofias e experiências formativas muito diferentes.

Por outro lado, os diferentes feminismos eram liderados pelas principais classes representativas na época de sua mobilização organizacional, mas, no decorrer de seu desenvolvimento, muitas vezes demonstravam o mesmo propósito, por exemplo, ambos defendiam o direito das mulheres à educação, e suas metas de emancipação feminina não eram estritamente mutuamente exclusivas. O feminismo em busca de direitos políticos, representado por Bertha Lutz, e o feminismo das mulheres operárias, centrado em questões trabalhistas, ambos simbolizam parte de um feminismo diversificado do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, uma demanda das mulheres das classes média e alta em ascensão pelos mesmos direitos que seus colegas homens no desenvolvimento da cidade, e uma demanda das mulheres após a formação da classe operária na cidade pelos mesmos direitos que os homens de sua classe. Resistência em face do *status quo* injusto do trabalho remunerado, todas elas são essencialmente mulheres que lutaram pela emancipação feminina na onda de progresso da época. Devido às suas diferentes origens e circunstâncias da vida social, os dois tipos de feminismo diferiram em seus métodos de desenvolvimento e metas principais, e beneficiaram diferentes grupos de mulheres em diferentes ocupações em diferentes graus, mas ambos contribuíram para o processo geral de emancipação da mulher.

3.2 Participação das Mulheres nas Greves Operárias na Primeira República Brasileira

A presença maciça de mulheres nas cidades e seu trabalho remunerado demonstram a presença das mulheres, a criação de histórias de mulheres, a agência das mulheres e os esforços multidimensionais das mulheres para seu próprio benefício. Nos dois capítulos anteriores, foi demonstrado que as mulheres brasileiras entraram em atividades produtivas nas cidades e fábricas e ocuparam um grande número de cargos. E o seu envolvimento na esfera pública em defesa de maior voz. Entretanto, suas condições de trabalho e de vida eram bastante precárias. A tendência de greves que se espalhou a partir da deflagração da Greve Geral de São Paulo em 1917, como as operárias participaram, organizaram sindicatos e impulsionaram a agenda do movimento grevista dos operários e como foram tratadas as questões femininas no movimento.

¹⁶⁶Miriam Moreira Leite, *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura* (São Paulo: Ática, 1984), X.

3.2.1 Características das Mulheres Operárias em Greves e Manifestações

O processo de industrialização no Brasil teve início na segunda metade do século XIX e se consolidou na década de 1930. Como a industrialização brasileira não passou por um processo de manufatura, com um grande número de produtos e tecnologias importados para promover a industrialização, as mulheres e crianças brasileiras foram absorvidas pelas fábricas pelas primeiras indústrias brasileiras como mão de obra barata, ocupando a maior parte dos postos de trabalho, mas embaladas por um padrão de baixos salários. Com a expansão do setor industrial e o apoio da política imigratória do país, localizar no tempo esta substituição da mão de obra feminina por imigrantes formou-se e expandiu-se o proletariado urbano, e veio para o Brasil um grande número de imigrantes europeus que, mesmo não podendo ingressar nas fábricas com altos salários, de certa forma substituíram as operárias, resultando em uma diminuição da participação das mulheres no setor manufatureiro.

Na segunda metade do século XIX, a participação das mulheres no movimento não era elevada em termos de taxas de participação:

Entre 1871 e 1890, apenas 173 mulheres apresentaram uma reivindicação e 5,9% delas fizeram greve. Das 361 greves realizadas no mesmo período, a participação das mulheres foi de 12,3%. Além disso, a participação das mulheres em ações de greve era pouco organizada. Foram participantes nas passeatas, usando voz e gestos, conseguindo bandeiras, vociferando contra os patrões e até quebrando vidraças. Entretanto, comportavam-se mais como esposas, não havendo, de fato, engajamento sindical.¹⁶⁷

As marcas da participação feminina nas greves são constantes, mas ignoradas, pois poucas mulheres operárias deixaram um nome na história. As mulheres deixam vestígios silenciosos nas ações colectoras e praticamente não figuraram na lista dos organizadores. Não são raros os exemplos de operárias do movimento paredista durante a Primeira República, principalmente nas indústrias de vestuário, têxtil. Entre 1901 e 1919, dados coligidos por Paula Beiguelman assinalam um total de 22 greves em fábricas têxteis. Na fábrica de tecidos Sant'Anna em São Paulo ocorreu nos anos de 1901 e 1907; Na fábrica têxtil e em oficinas de costura e roupas foram feitas também em 1902 e 1907; No Cotonifício Crespi, em 1917, onde as mulheres deram início à greve geral de São Paulo. Maria Pena resumiu o desempenho das operárias em cinco características que mostram:

As evidências caminham no sentido de mostrar que, em primeiro lugar, as mulheres foram ativamente combativas nos movimentos operários e grevistas; em segundo lugar, sua combatividade

¹⁶⁷Sandra Sacramento, «O amor em terras brasileiras» *Revista Estudos Feministas*, XIV, n. 3(2006): 569.

era desorganizada; em terceiro, suas manifestações eram espontâneas e não se originavam de uma prática política calculada e planejada; em quarto, seu caminho à liderança estava obstaculizada pela ideologia patriarcal que lhe assignava o lar como seu espaço natural e a considerava uma operária e uma cidadã de segunda ordem; em quinto, seus protestos vinculavam-se mais à exploração nas fábricas que à subordinação na sociedade.¹⁶⁸

Com relação ao primeiro ponto, observando as greves e protestos das mulheres, elas não demonstram características de fragilidade, covardia e desamparo, como é o caso da imagem da mulher na ideologia patriarcal, mas, ao contrário, as operárias lutam por seus próprios interesses, sendo ativas e combativas.

As operárias da Fábrica Carioca mostraram com o título de “A Greve na Carioca”:

Ao ser conhecida a resolução dos operários, voltarem hoje ao trabalho, abandonando os demitidos a sua sorte a alma da mulher brasileira explodiu em vibrante protesto partindo da parte feminina das operárias da fábrica. Dir-se-ia que a mulher operária e as crianças estavam mais interessadas na continuação da greve, do que a população masculina da fábrica! E é por isso que os comícios de ontem tiveram mais interesse que os anteriores e o acordo deve fracassar.¹⁶⁹

Mas, de acordo com o jornal *O Combate*, durante as greves de 1917, a fábrica Mariângela voltou a paralisar. As operárias eram resolutas e calmas em seus protestos, e combatividade não era o mesmo que recorrer à violência. Elas reclamaram dos patrões da loja e, de acordo com as cerca de mil mulheres que estavam no piquete, «as desrespeitam até na hora do serviço», tendo ele perdido «a devida compostura».¹⁷⁰ Perante a recusa do gerente em despedir o capataz, as operárias continuaram protestando até a chegada dos representantes. As operárias mostraram uma dissolução calma e não violenta, segundo o relato do jornal.

Além disso, em 4 de outubro de 1919, *A Plebe* relatou sobre “fura-greves” masculinos, em que os homens ocupavam os lugares deixados pelas mulheres grevistas que estavam sendo maltratadas pelos chefes da fábrica, o que prejudicou o processo de greve.

Com relação ao segundo e terceiro pontos, as mulheres operárias lançam um movimento grevista não em busca de benefícios previdenciários, mas como uma resistência que se aproxima do resultado final diante de uma crise existencial e, nesse aspecto, os operários e as mulheres têm um ponto em comum de classe, no contexto de uma política que não estava aberta ao proletariado durante a Primeira República do Brasil, a classe operária, como uma força mobilizável, por causa das realidades do ambiente opressivo, luta em torno de condições

¹⁶⁸Maria Valéria Junho Pena. *Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981), 183.

¹⁶⁹*A Razão*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1917, p.3.

¹⁷⁰*O Combate*, São Paulo, 5 de dezembro de 1917, p.3.

imediatas de sobrevivência, e as lutas dos operários são essencialmente busca a sobrevivência, tendo o trabalho como questão central, em vez de ambições por direitos políticos. Com exceção dos anarquistas, independentemente do gênero, a classe operária raramente se expressa politicamente. A semelhança da classe operária permite que ela se una em greves e resistência diante da opressão.

Essa disciplina da fábrica estava intimamente relacionada ao sistema de gerenciamento da fábrica, ou melhor, o controle da classe capitalista disciplinada sobre os operários é um tipo de “hegemonia” que não se manifesta apenas no local de trabalho, mas também na vigilância das fábricas sobre a vida privada da classe operária. E o sistema de gerenciamento da fábrica sempre coloca as mulheres em um nível inferior, considerando-as desqualificadas.

Com relação ao terceiro ponto, por outro lado, as razões para a participação das operárias em greves são específicas em comparação com os operários homens, as mulheres são submetidas à opressão baseada no gênero e à violência e abuso sexual, o que leva a surtos de resistência e luta, e a especificidade das operárias precisa ser levada em conta no movimento dos operários, sob pena de as operárias perderem a iniciativa. É o caso dos movimentos grevistas femininos do início do século XX, como, por exemplo, a greve de 1901 na fábrica de tecidos Sant'Anna, em São Paulo, que eclodiu devido à queda do salário real e ao número de 700 operárias que se reuniram com o objetivo de restabelecer o nível salarial anterior. As operárias não formaram uma organização nessa ocasião e não perceberam que as mulheres deveriam tomar o direito de negociar em suas próprias mãos. Tendo cedido seus direitos aos supervisores homens, elas acharam difícil lidar com a opressão específica de gênero - multas e abusos no trabalho. As mulheres, sob a influência das sociedades patriarcais, dão aos homens o poder em suas mãos e se subordinam à ideia de que o trabalho das mulheres é um trabalho “complementar”. Na família da classe operária, o papel tradicional da mulher também era enfatizado, o que era proeminente nas teorias socialistas da época, e as mulheres recebiam um fardo duplo sem serem reconhecidas pelo valor de seu trabalho.

O quarto ponto é que a participação das mulheres no movimento grevista tinha como objetivo melhorar a vida dos oprimidos, centrada, sobretudo, na questão salarial e na duração da jornada de trabalho, que era um objetivo de interesse comum da classe operária como um todo. O primeiro grande lockout de fábrica em São Paulo, por exemplo, ocorreu em 9 de junho de 1917, quando cerca de 400 operários do Cotonifício Crespi entraram em greve, exigindo 1) o cancelamento dos turnos noturnos que haviam sido acrescentados durante aquele mês e 2) um aumento salarial entre 15 e 20%; e uma greve nas fábricas têxteis do Ipiranga também ocorreu em 30 de junho, envolvendo mais de 1.600 operários que exigiam

um aumento salarial de cerca de Em 30 de junho, também houve uma greve na fábrica têxtil do Ipiranga, envolvendo mais de 1.600 operários que exigiam um aumento de salário de cerca de 20%, ou 25% no caso de trabalho noturno. No entanto, isso aborda apenas a questão da exploração do trabalho e não desafia a opressão de gênero e a subordinação das mulheres em um sistema dominado pelos homens.

3.2.2 Organizações e Sindicatos das Mulheres Proletárias

Com relação às formas de organização dos operários, a forma de organização das sociedades de socorro mútuo predominou antes do estabelecimento da República Velha e, depois de 1890, os sindicatos de operários de vários ofícios e profissões tornaram-se mais comuns, o que, de acordo com Batalha, tornou-se a base da organização durante a Primeira República. Deve-se observar que, na década de 1920, os estrangeiros representavam mais da metade de todos os operários. Uma das organizações trabalhistas mais famosas foi a Confederação Operária Brasileira (COB), é a primeira central sindical do Brasil e fundou em 1908. O meio de organização é *A Voz do Trabalhador*, devido à COB associou cerca de 50 sindicatos, sobretudo os organizados na Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), na Federação Operária de São Paulo (FOSP) e na Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), os jornais desempenham um papel importante na obtenção de um certo nível de associação e intercâmbio de informações dentro do movimento trabalhista brasileiro em nível nacional.

Com a expansão da economia, sindicatos, associações de operários e federações proliferaram no início do século XX e forneceram a base para greves gerais nas principais cidades. Antes da greve geral, o Congresso Operário Brasileiro havia sido realizado duas vezes, com algumas vitórias, os operários retornaram muitas vezes aos seus postos, e o aumento salarial dos sapateiros cariocas foi um bom exemplo. Mas é notável que a presença das operárias seja sobrecarregada. Como o jornal *A Voz do Trabalhador* denunciava a exploração e tratamento nas fábricas e outros locais de trabalho; incentivava a luta pela jornada de oito horas; intensas discussões sobre os rumos dos sindicatos; a diversidade de manifestações sobre alto custo de vida em 1912 e 1913, que refletia as opiniões de diferentes grupos, mas a participação das mulheres operárias nos sindicatos foi negligenciada.

«Suas trajetórias são entendidas como casos excepcionais a destoarem de um muno sindical tomado por homens que as manteve distantes das agremiações por quase todo o século XX.

»¹⁷¹ De acordo com um estudo realizado, afirma-se que foi somente na década de 1990 que as mulheres brasileiras se associaram sistematicamente aos sindicatos, atingindo uma taxa de 25%. Isso ocorre apesar do fato de que quase metade das mulheres brasileiras trabalhavam em empregos não formalizados.¹⁷²

No que diz respeito às organizações fundadas pela classe operária feminina, o mais marcante é a participação feminina alargada na Greve Geral de 1917 no interior das ligas operárias dos bairros. Fundado no início de maio de 1917, antes da greve geral, Liga Operária do Belenzinho, dirigida por Maria Antônia Soares. Esta liga se transformou na comissão organizadora de uma federação paulista, a União Geral dos operários. Ao mesmo tempo, foi fundada a Liga Operária da Mooca. Isso representa uma importante forma de organização das operárias na forma de sindicatos comunitários. De acordo com a pesquisa de Luigi Biondi sobre a Greve Geral de São Paulo de 1917, os sindicatos comunitários geralmente reuniam operários da mesma fábrica, como a Liga Operária da Mooca, cujos membros eram, em sua maioria, mulheres que trabalhavam no Cotonificio Crespi.¹⁷³

Quando as greves eclodiram, a polícia foi acionada, muitas vezes a pedido dos proprietários das fábricas, para exercer pressão que levou a investigações e à repressão de ativistas. Para a classe operária, não há garantias judiciais, e quando os capitalistas unem forças com a polícia e o poder público, a comunidade de operários muitas vezes não tem poder para resistir. Na Companhia Fabril Paulistana, por exemplo, 12 mulheres foram demitidas por agitação política entre os operários durante a última greve. É preciso compreender que, à medida que as organizações de operários crescem e os empregadores começam a assumir novas formas, a relação opressiva de emprego entre operários e empregadores nas relações de trabalho sob o capitalismo é uma luta constante e duradoura. Por exemplo, na indústria têxtil, onde o movimento grevista das mulheres foi o maior, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem (Cift), fundado em 1919, distribuiu circulares entre todos os donos de fábricas da entidade para informar aqueles que não estavam se comportando moralmente no chamado “indesejável”, ou seja, os donos das fábricas se unem para pressionar grupos de operários, e a interpretação de tais informes fica nas mãos dos

¹⁷¹Gláucia Fraccaro, *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: FGV, 2018), 38.

¹⁷²Ângela Maria Carneiro Araújo e Verônica Clemente Ferreira, *Sindicalismo e Relações de Gênero no Contexto da Reestruturação Produtiva* (São Paulo: Abep, 1998). apud Gláucia Fraccaro, *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho), 40.

¹⁷³Luigi Biondi, *Classe e Nação: Trabalhadores e Socialistas Italianos em São Paulo, 1890-1920* (Campinas: Unicamp, 2011): 336-338.

donos das fábricas, sem espaço para refutação por parte dos operários. Muitas dessas justificativas são roubos. «Apenas para o ano de 1925, a lista de ‘indesejáveis’ contém 36 nomes e, destas, 35 são acusados de roubo ou furto. Do total de missões, constam 22 mulheres.»¹⁷⁴

A participação dinâmica das mulheres na operação da organização continuou até depois da greve de julho, e foi constantemente confirmada. Até que o pesquisador de peças da fábrica foi demitido e um trabalhador preso foi liberado e autorizado a se ausentar do trabalho. A organização também exigiu que ninguém fosse demitido por causa da greve. «Os patrões tratem os operários e as operárias com respeito»¹⁷⁵. Estas mulheres activas não têm armas correspondentes contra as quais se possam opor, mas ainda assim não recuam e mantêm uma mentalidade positiva.

É certo que há uma greve de operários na fábrica de tecidos de propriedade de F. Matarazzo, neste bairro e que os grevistas todos, na maioria mulheres, se utilizam da nossa sede para as suas assembleias, a fim de tratarem dos seus interesses, mas também não é menos certo que eles, até o presente, se têm conservado em atitude pacífica, sem a menor demonstração de hostilidade contra quem quer que seja.¹⁷⁶

Quando as greves se formaram em ondas, o número de greves aumentou e se espalhou para Crespi, Antarctica, Fábrica Mariângela de Matarazzo, Estamparia Matarazzo, Tecidos de Juta, Lanificio De Camillis, e espalhados em 24 pequenas oficinas. Quando a voz dos operários atingiu um certo nível, e numa cidade de cerca de 400 mil, havia cerca de 50 mil grevistas, no dia 9 de julho foi criado o Comitê de Defesa Proletária, com representantes de grupos anarquistas e socialistas e lideranças sindicais, começaram as consultas entre os representantes dos operários e dos empregadores. Nas diretrizes do Comitê de Defesa Proletária, foram atendidas as reivindicações comuns da classe operária, além do direito de greve e de reunião, aumento salarial, jornada de oito horas, acesso à alimentação e moradia. Pela primeira vez, há reivindicações para a abolição do trabalho noturno para as mulheres e para a abolição da exploração de crianças com menos de 14 anos de idade no trabalho. Esse é um efeito colateral da participação das mulheres no movimento grevista e dos resultados obtidos.

Vale ressaltar que o papel das mulheres operárias continua a ser negligenciado no contexto da Greve Geral de 1917, que deu origem a um amplo debate no Brasil, bem como na

¹⁷⁴Gláucia Fraccaro, *Os Direitos Das Mulheres: Feminismo e Trabalho No Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: FGV, 2018), 19.

¹⁷⁵*O Combate*, São Paulo, 24 de outubro de 1917, p.1.

¹⁷⁶*Ibidem*.

história da classe operária brasileira como um marco brilhante. Na arena política, a participação das mulheres na organização dos sindicatos e dos partidos trabalhistas foi mínima e, também no movimento grevista, as operárias foram amplamente retratadas como vítimas nas lutas do movimento operário. Até mesmo o jornal dos operários, *O Combate*, retrata a teoria de que as mulheres são vítimas fáceis, «as mulheres se prestam mais facilmente às explorações dos patrões que lhes pagam misérias a que operários conscientes não se sujeitariam».¹⁷⁷

Mas a vulnerabilidade das mulheres é um problema dos exploradores, não é culpa das operárias. Os jornais não conseguem se colocar no lugar das operárias e até apoiam as restrições ao trabalho das mulheres porque elas tiram posições dos homens. Em essência, quando o trabalho é uma mercadoria, não há diferença entre operários do sexo masculino e feminino, e mulheres e crianças foram introduzidas nas fábricas nos estágios iniciais da industrialização brasileira, quando havia grande necessidade de repetir trabalhos elementares e simples, sem a alta demanda por habilidades e conhecimentos, tornando a substituição no mercado de trabalho muito alta.

Embora as marcas femininas tenham sido ignoradas na retomada e na divulgação da greve geral de São Paulo, as reivindicações femininas, embora não direcionadas principalmente, podem ser vistas na organização sistêmica dos sindicatos e confederações operárias. De acordo com O jornal *O Combate* de 17 de agosto de 1917, a liga apresentou várias metas para atender às necessidades das operárias, sendo a mais importante a proposta de igualdade de remuneração, além de medidas de proteção para os períodos de maternidade das mulheres, «[...] pela igualdade dos salários das mulheres ao dos homens, e que lhes sejam garantidos o mesmo quando, no último período da gravidez ou após o parto, forem obrigadas a deixar de trabalhar». A bandeira “salário igual para trabalho igual” constava dos princípios do Comitê de Defesa Proletária, e na Federação Operária de São Paulo tratava-se de recomendações sobre a licença pós-natal e a proibição do horário noturno para as senhoras.¹⁷⁸

Cláudio Batalha considera a definição de operário como os trabalhadores manuais urbanos, a história da Primeira República é um momento de notável mobilização colectiva e de poderosa unidade de classe, mas é ainda importante perceber que esta organização atingiu uma minoria dos trabalhadores, uma vez que 80% da população brasileira vivia no campo durante este período.¹⁷⁹ As operárias nas fábricas foram as primeiras a irromper em protestos

¹⁷⁷*O Combate*, São Paulo, 18 de junho de 1917, p.1.

¹⁷⁸*O Combate*, São Paulo, 17 de agosto de 1917, p.2.

¹⁷⁹Cláudio Batalha, *O Movimento Operário Na Primeira República*. (Rio de Janeiro: Zahar, 2000), 9-

e movimentos grevistas. Elas são uma parte importante da classe operária feminina. Após a greve de São Paulo de 1917 alcançou impacto nacional, o alcance da radiação do movimento grevista continuou a se espalhar, e mais mulheres profissionais aderiram às manifestações grevistas, e as representativas eram costureiras. O movimento grevista da União das Costureiras aconteceu no Rio de Janeiro, em junho de 1919, trata-se costureiras, chapeleiras, bordadeiras, ajudantes e aprendizes, normalmente, mulheres que trabalham em sectores relacionados com a roupa. A organização do movimento foi realizada pelo sindicato União das Costureiras e Classes Anexa, que foi fundada em 18 de maio de 1919. Relativamente à composição dos membros, Elvira Boni de Lacerda, juntamente com Lisa Gonçalves de Oliveira, Carmen Ribeiro, Isabel Peleteiro, Noêmia Lopes e Aida Moraes, fundaram e lideraram esse sindicato de cerca de 200 mulheres. Elas recebem salários extremamente baixos, não têm folga, são alimentadas apenas com o suficiente para encher a barriga e sofrem abusos sexuais e morais.

A União das Costureiras publicou manifestos em jornais da época: interrogam-se a respeito do papel da mulher na sociedade, reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, condenavam os abusos sexuais e apelavam às mulheres para que se juntem à unidade da luta sindical do proletariado. Uma das conquistas da greve foi a jornada de 8 horas diárias. Diante dos protestos das operárias, os patrões das alfaiatarias se juntaram à polícia na repressão, e houve incidentes de cárcere privado. Por exemplo, o jornal *A Razão*, ao noticiar a greve das costureiras, observou que, na rua Gomes Freire, um proprietário russo ameaçou chamar a polícia e outro subornou um oficial da Guarda Nacional para maltratar as costureiras. *A Rua* informou que um senhor chamado Domingues demitiu todos e que, quando recebeu o pagamento exigido pelas costureiras demitidas, insultou-as e prendeu-as na Casa Osório, onde a costureira Maria está presa.¹⁸⁰

Apesar de enfrentar a repressão conjunta dos empregadores e da polícia, durante todo o movimento de greve, o sindicato das costureiras demonstrou as características de um movimento de greve bem-sucedido liderado por uma organização de mulheres. Em primeiro lugar, o sindicato foi criado com uma atmosfera socialmente revolucionária e uma ideologia revolucionária. O sindicato foi fundado duas semanas após as grandes manifestações de 1º de maio, no país, onde a radiação da Revolução de São Paulo de 1917 ainda estava presente, e no exterior, onde a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia incentivou um movimento trabalhista mundial. De entre as líderes sindicais, Elvira Boni era anarquista, Elisa Gonçalves

14.

¹⁸⁰*A Rua*, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1919, p.2.

de Oliveira e Emma Silveira eram comunistas. Em segundo lugar, os sindicatos tinham objetivos claros e uma liderança democraticamente eleita, e usavam a imprensa como um meio para publicar ideias comuns e buscar a filiação de classe. De acordo com o relatório de *A Noite* sobre as demandas do sindicato, em 26 de maio, uma comissão executiva era composta por duas secretárias - Elisa Gonçalves e Carmen Ribeiro, duas tesoureiras - Annita Cruz e Elvira Boni e a bibliotecária - Clara Costa.¹⁸¹

No jornal *A Razão*, em 24 de maio, os sindicatos publicaram o manifesto da União das Costureiras, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho das operárias. E na 19ª edição do jornal, sob o título «As costureiras organizam-se. Uma grande assembleia na União dos Alfaiates. Foi criada a sua associação de classe». O sindicato está se preparando para a luta coletiva do proletariado e buscando o estabelecimento de bases de classe. O terceiro ponto é que os sindicatos são, prima facie, organizados e resistentes. A natureza organizacional do sindicato se reflete no fato de que os membros estão constantemente envolvidos em comícios e reuniões, e não se limitam a pequenas oficinas e mini-reuniões particulares; o sindicato dos alfaiates tem sua própria sede e realiza comícios, a sede da União funcionava na antiga sede da União dos Alfaiates do Rio de Janeiro.

Além das reuniões, Elvira Boni continuou a fazer discursos e os membros viajaram pela cidade em busca de mais membros. Vale a pena observar que a greve continha visões anti racistas e que seus membros incluíam mulheres negras. Um exemplo disso foi quando o patrão, Domingues, disse a Laudelina Silva: «não queria negras vagabundas em sua casa»,¹⁸² e a prendeu por meio de um guarda civil. Diante dessa situação, um comitê de costureiras foi à delegacia para se articular, e Elvira Boni e outras representantes, bem como as operárias que haviam sido presas, divulgaram suas experiências no jornal *A Noite*. A organização e a resistência também se refletem na persistência do sindicato das mulheres como um coletivo em sua meta de sucesso. Por exemplo, *A Razão*, relatando sobre o processo de greve em 20 de junho, mencionou que na rua Visconde de Itaúna, Jayme Schwartz e Calach & Dahdah concordaram com as condições do sindicato das costureiras, mas que o sindicato acabou negociando a continuação da greve até conseguir uma vitória completa, o que deu continuidade ao objetivo do sindicato com a greve e manteve a continuidade do processo de trabalho.

Por fim, os sindicatos se referiram à questão da desigualdade de gênero. Na assembleia de formação da União, Elisa Gonçalves apresentou:

¹⁸¹*A Noite*, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1919, p.4.

¹⁸²*A Rua*, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1919, p.2.

Se os homens, coligados, enérgicos e bem unidos, podem conquistar as melhorias pelas quais conscientemente se batem, por que motivo nós, as mulheres, que também trabalhamos sem tréguas, nem descanso, dez, onze e doze horas diárias, sofrendo as arrogâncias dos patrões, por que nós também, companheiras, firmes e unidas não podemos vencer a nossa causa? Nós que somos tratadas de ‘sexo fraco’[...] O “sexo fraco”, por conseguinte, sujeito a essas irregularidades, a essa escravidão, não acaba, talvez, demonstrando que é mais forte que o ‘sexo forte’? ¹⁸³

Em um novo manifesto acima de *A Razão e Gazeta de Notícia*, os sindicatos desafiam a noção das mulheres como inferiores e subordinadas. Além do movimento grevista, os sindicatos mantiveram seu vigor na causa da emancipação feminina e na luta pelos direitos das mulheres. A primeira foi a promoção da educação das mulheres. Da segunda metade do século XIX até o início do século XX, a educação das mulheres era vista por todas as feministas como uma parte importante da liberação das mulheres. Embora o sindicato das costureiras tenha sido dissolvido em 1922, escolas noturnas de idiomas, aritmética e costura ainda eram oferecidas às mulheres de classe baixa entre 1921 e 1922. Em segundo lugar, os membros do sindicato não estavam vinculados ao sindicato dos alfaiates em si, mas participavam ativamente e ampliavam as organizações de emancipação das mulheres, como em 1920, Elvira presidiu a mesa de trabalhos do III Congresso Operário Brasileiro, e a senhora foi escolhida para falar sobre questões relacionadas ao trabalho noturno das mulheres, ao abuso sexual e à igualdade salarial.

De um modo geral, as mulheres operárias do movimento grevista lutaram pelos interesses da classe operária e, apesar de encontrarem diversas dificuldades, mostraram seu trabalho ativo. Muitos estudos provaram que a participação das mulheres no movimento de greve geral se deve principalmente à alta proporção de mulheres operárias na fábrica, através dos objetivos do movimento grevista que estão de acordo com os interesses das mulheres, formas de organização, jornais e histórias orais, e a restauração de mulheres operárias Participação no movimento grevista, uma história que as mulheres da base fizeram para si mesmas em um país profundamente enraizado na tradição e nos valores raciais apenas da escravidão à república.

Embora as mulheres da classe operária sejam comparadas a grupos de elite de mulheres que lutam por direitos políticos, uma abordagem histórica do estudo de feministas proeminentes e notórias revela que os movimentos feministas famosos foram realizados quase que exclusivamente por mulheres da classe alta, e que as mulheres da classe operária são facilmente ignoradas. Mas a formação de sindicatos e organizações de mulheres, a

¹⁸³*A Razão*, Rio de Janeiro, 16 junho de 1919, p. 6.

apresentação pragmática de suas reivindicações, a mobilização da classe operária em geral e a defesa revolucionária de seus direitos foram igualmente importantes para a causa da liberação das mulheres.

Capítulo 4: Identidade e Honra das Mulheres

4.1 O Conceito da Legislação Trabalhista para as Mulheres

O direito participa da configuração do estereótipo “mulher” e, a partir desse estereótipo, as regras jurídicas reconhecem ou negam direitos às mulheres. As formas de discriminação que as mulheres sofrem definem os espaços de conflito nos quais o discurso jurídico cumpre seu papel. Os juristas pouco se preocuparam em dar conta dos motivos pelos quais a lei instala e consolida certa figura de mulher, ou lhes atribui, implícita ou explicitamente, algumas qualidades, negando-lhes outras. Em outras palavras, a contribuição do jurista tem consistido em apontar que textos jurídicos devem ser preservados ou revogados consoante pretendam manter ou modificar a situação existente¹⁸⁴

Analisando as leis referentes às mulheres brasileiras, é necessário, em primeiro lugar, observar a consciência de que a situação das mulheres no final do século XIX e início do século XX era de exclusão das mulheres do contrato social e de estabelecimento e perpetuação de hierarquias de gênero em instituições como o casamento. O não status das mulheres no espaço público e a ausência de neutralidade legal naquela época são expressos na perspectiva feminista liberal de Carole Pateman.

No Código Civil de 1916, como exemplo que exemplifica a situação da mulher no sistema patriarcal, primeiramente, a lei na classificação das pessoas reconhece como incapazes o artigo 6º, inciso II do CC/16:II. «As mulheres casadas, enquanto subsistirem a sociedade conjugal.» A lei considera a mulher casada como relativamente incapaz. Em segundo lugar, a lei estabelece que as mulheres não têm o direito de usar seus bens, o pátrio poder ou o trabalho remunerado sem o consentimento de seus maridos. «Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):VII. Exercer profissão (art. 233, nº IV). Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.» As mulheres só podem administrar os bens em três situações: a primeira é quando o marido está em um local remoto ou desconhecido. A segunda situação é quando o marido está preso há mais de dois anos. A terceira é quando o marido está interditado judicialmente. Assim como o art. 233: «O marido é o chefe da sociedade conjugal.»¹⁸⁵ Esse artigo estabelece a desigualdade de status no casamento. Além de incluir o exercício do pátrio poder, o poder de demandar é obtido com o consentimento do marido ou no caso de sua incapacidade. A partir do momento em que o casamento é contraído, não há poder autônomo,

¹⁸⁴Alicia Ruiz, *Teoría crítica del derecho y cuestiones de género* (Buenos Aires: Derecho UBA, 2001), A tradução portuguesa aqui citada é de Karen Machado Freire e Patrícia Tuma Bertolin. «A Evolução de Institutos Do Direito Civil Brasileiro Para as Mulheres, Sob a Ótica Do Feminismo Liberal de Carole Pateman.» *Revista Direito Mackenzie*, XV, n.º 2 (2021): 51.

¹⁸⁵Referências a artigos jurídicos do Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, Lei Nº 3071 DE 01/01/1916.

nem no casamento nem no seu término, e a mulher só pode obter alimentos em casos de pobreza e inocência. «Art. 320. No desquite judicial, sendo a mulher inocente e pobre, prestar-lhe-á o marido a pensão alimentícia, que o juiz fixar.» Em geral, as restrições legais e as limitações morais impostas às mulheres durante esse período garantiam legalmente a posição decisória dos homens no casamento e limitavam a autonomia das mulheres em relação à propriedade.

A corrente principal feminista das três primeiras décadas do século XX foi o movimento pelo sufrágio político e, embora não seja do interesse direto da classe operária, a discussão sobre o sufrágio feminino pode demonstrar as concepções predominantes sobre os papéis sociais e as capacidades das mulheres. Cláucia Fraccaro argumenta que as razões para a resistência ao sufrágio feminino do ponto de vista do discurso político, em oposição à noção de que as mulheres eram incapazes de fazê-lo, são mais importantes do que a ideia de que as mulheres eram incapazes de fazê-lo. É a «O direito de voto conferia ameaça ao trabalho de cuidados com as crianças e ao casamento, para os quais a vida toda das mulheres deveria ser voltada.»¹⁸⁶ Na Carta de 1891, A declaração de Muniz Freire, que argumenta que as mulheres, se ganham o direito ao voto, são um “desivo do espírito feminino”, não se conforma com as noções tradicionais de feminilidade. E criaria um resultado, o “decreto da dissolução da família brasileira”. O vice-presidente Lacerda Coutinho também acredita que o direito ao voto não é importante para as mulheres, vai deixar as mulheres «descer da elevada altura em que se acha colocada. Esfera serena de mãe de família para vir entrar conosco no lodaçal das cabelos e tricas eleitorais.» Conforme o gênero «o que é importante é a educação das crianças, isto está relacionado com o papel da mulher na família, a mulher deve ser a educadora da filha, que tem de suceder-lhe nas virtudes domésticas; arredá-la do santuário da família é privar o filho da solicitude com que a mãe sobre ele deve velar.»¹⁸⁷ A ideia de que o espaço da mulher deve ser confinado ao lar ficou bem demonstrada.

O debate sobre os direitos políticos das mulheres, não apenas na Carta de 1891, mas também no século XX, foi inseparável da exploração da moralidade e dos valores das mulheres. No centro da oposição ao acesso das mulheres ao voto estava a noção de que as mulheres não deveriam se concentrar na luta pelos direitos políticos porque isso era incompatível com o papel social das mulheres como mães, o que poderia levar a um senso de ordem e desordem social. Isso não se baseia em distinções raciais e de classe, como a ideia de

¹⁸⁶Gláucia Fraccaro, *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: FGV, 2018), 112.

¹⁸⁷Fala do deputado Lacerda Coutinho durante a sessão de 14 de janeiro de 1891, citado de Diva Nolf Nazário, *Voto feminino e feminismo*(São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009), 57.

que os direitos políticos são irrelevantes para as necessidades imediatas da vasta classe baixa de mulheres, mas em uma orientação de gênero. A sociedade atribui à maternidade e às tarefas de cuidado às mulheres, designando a cidadania e os requisitos de acordo com essa ideia, criando um padrão de diferenças de gênero.

Incluindo a discussão sobre o trabalho das mulheres no século XX, como mencionado anteriormente, até mesmo os jornais da classe operária ainda enfocaram a questão sobre se as mulheres operárias poderiam conciliar trabalho e família? A sociedade atribuiu às mulheres a tarefa social de cuidar dos filhos, e o poder público atacou as mulheres na esfera pública em vez de na esfera doméstica privada, com base na necessidade de estabilizar as bases da família e defender a honra das mulheres na época. O uso da lei para ditar códigos de conduta de gênero e estabelecer padrões morais é a opressão feminina em uma sociedade patriarcal.

Sobre a sociedade patriarcal, para Pateman, «o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública».¹⁸⁸ O feminismo materialista, como uma abordagem feminista de pesquisa, observa a relação entre trabalho e gênero no contexto do capitalismo patriarcal e representa a coerção social sofrida pelas mulheres que geralmente é provocada pelos papéis de gênero. Surgida no final da década de 1970, Rosemary Hennessy, Stevi Jackson e Christine Delphy estavam entre os principais pensadores associados a ela. A teoria foi introduzida para fornecer uma compreensão do lugar das mulheres na produção e na reprodução social, e a relação entre trabalho ocupacional e doméstico e gênero. O feminismo materialista demonstra um estudo interseccional, classe social e relações de gênero. O patriarcado, no âmbito da teoria feminista, refere-se ao controle dos homens sobre o poder social e a organização social, enquanto as mulheres se encontram em uma situação de opressão tanto na esfera pública quanto na privada.

«A classe operária tem dois sexos», uma ideia que aparece no trabalho de muitos estudiosos, seja Cláucia, que toma isso como título de um capítulo importante, seja Elisabeth Souza Lobo e Danièle Kergoat. A partir da perspectiva de que raça, classe e gênero não podem ser separados, ainda há uma desigualdade geral entre homens e mulheres no trabalho devido ao seu gênero, mesmo dentro dos limites de raça e classe. Com base nos dados da PNAD de 1989 e 1999, a pesquisa de Araujo Guimarães mostra que os homens brancos têm os maiores salários, seguidos pelos homens negros e pelas mulheres brancas e, por fim, pelas

¹⁸⁸Carole Pateman, *O Contrato Sexual* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993), 167.

mulheres negras, cujos salários são significativamente mais baixos. Além disso, em termos de tipo de ocupações, tanto as mulheres brasileiras brancas quanto as negras estão permanentemente empregadas em ocupações de menor prestígio e em condições menos favoráveis, sendo que as mulheres negras estão mais representadas nessas ocupações. Tanto as mulheres brancas quanto as negras brasileiras estão permanentemente empregadas em ocupações de menor prestígio e em condições de trabalho mais precárias, sendo as mulheres negras mais numerosas nessas ocupações. Tanto os homens brancos quanto os negros estão sobrerrepresentados na trajetória do emprego formal e do trabalho autônomo, sendo que os negros têm uma proporção menor em relação aos brancos. Em termos de desemprego, tanto as mulheres brancas quanto as negras também estão desproporcionalmente desempregadas.¹⁸⁹

De modo geral, as mulheres negras são as mais vulneráveis quando se trata da interseção de gênero e raça, entre outros fatores. Fora do ambiente de trabalho, o trabalho doméstico é uma manifestação mais importante da desigualdade de gênero, pois, em primeiro lugar, o conceito tradicional de trabalho doméstico em uma sociedade patriarcal o vê como domínio das mulheres; por um lado, o trabalho doméstico é muito precário em comparação com o trabalho profissional, o que se reflete nas medidas de seguridade social e no nível dos salários; por outro lado, é menos reconhecido socialmente e reflete a distribuição de gênero de mulheres e homens na hierarquia social. Por outro lado, o trabalho doméstico não é bem reconhecido na sociedade e reflete a distribuição de gênero de mulheres e homens na hierarquia social. A desigualdade ainda é proeminente hoje, pois, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2013, 7, 2 milhões de pessoas estavam empregadas no trabalho doméstico, sendo 6,7 milhões de mulheres e 504 mil homens.¹⁹⁰ Essa situação tem sido tão generalizada que, no Relatório de Direitos Humanos das Nações Unidas de 2000, os indicadores de diferença de gênero, como o Índice de Desenvolvimento de Gênero (GDI) e o Índice de Empoderamento de Gênero (GEM), revelaram discriminação contra as mulheres em todos os países.¹⁹¹

Em *Materialist Feminism*, Christine Delphy representa a relação de produtividade entre os gêneros, afirma que há uma «relação de produção entre marido e mulher na família nuclear moderna, que consiste na relação de uma pessoa ou chefe, cuja produção está integrada ao

¹⁸⁹Nadya Araújo Guimarães, «The challenges of equity: restructuring and inequalities of gender and race in Brazil», *Cadernos Pagu*, n.º 17-18(2002):237- 266.

¹⁹⁰G1, «Brasil Tem o Maior Número de Domésticas Do Mundo, Diz OIT» Concursos e Emprego, <http://www.g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>, 9 de janeiro de 2013.

¹⁹¹Iñaki Permanyer, «A critical assessment of the UNDP's gender inequality index» *Feminist Economics*, XIX, n.º 2(2013):3-6.

circuito do mercado, com outra que está subordinada a ele, porque sua produção, que não está integrada a esse circuito, se torna invisível».¹⁹²

Além disso, há a fertilidade feminina, «Lidia Falcón considera as mulheres como uma classe social e econômica, com pais e maridos controlando o corpo feminino e se apropriando do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres.»¹⁹³ E é importante observar que o contexto da discussão é o patriarcado capitalista, «Patriarcado e capitalismo se combinam e exploram dominando e dominam explorando.»¹⁹⁴ A opressão de gênero no patriarcado não faz distinção entre raça e classe e está presente em todos os aspectos, não apenas na esfera política, mas também na esfera do trabalho, que é afetada pela categorização dos papéis sociais. A prática da segregação, da discriminação e da exclusão das minorias na vida da sociedade é frequentemente institucionalizada através da legislação.¹⁹⁵ O sistema jurídico foi concebido como um meio de dominação, com efeitos diretos sobre a sociedade.

4.2 Salário de Gênero, Relações Familiares

Em termos de causas, o fim da exploração do trabalho livre e o consequente emprego de serviços assalariados desencadearam controvérsias e raiva que, naquela época, haviam sido espremidas por muito tempo. A partir da Europa, o processo de mecanização do sistema de produção implementado na Grã-Bretanha do século XVIII desencadeou um movimento em defesa das condições aos operários. Para as mulheres, as condições de trabalho na fábrica eram medíocres, com escassa iluminação, demasiado suja, com salários muito baixos e exploração da mão de obra que trabalhava até 18 horas por dia por menos da metade do salário recebido pelos homens adultos. Foi nessas circunstâncias difíceis que surgiram as greves e as rebeliões sociais. Começou então a luta pelos direitos trabalhistas. As organizações de trabalhadores brasileiros realizaram campanhas organizadas.

No contexto do movimento trabalhista como um todo, a fase primária de consolidação dos direitos trabalhistas no Brasil durou quarenta anos, desde a abolição da escravatura.

¹⁹²Christine Delphy, «Travail ménager ou travail domestique?». *Les femmes dans la société marchande*, org. Andrée Michel, (Paris: PUF, 1978), 39-54. A tradução portuguesa desta citação é de Torres, Anália, *Sociologia do Casamento: a Família e a Questão Feminina* (Oeiras: Celta, 2001), 123.

¹⁹³Fontenla, Marta Amanda. «Patriarcado», em *Diccionario de estudios de género y feminismos*, orgs. Susana Gamba e Tania Diz. (Buenos Aires: Biblos, 2007), 256.

¹⁹⁴Danièle Kergoat, «Dinâmicas e consubstancialidade das relações sociais», *Novos Estudos Cebrap*, n.º 86, (2010): 97.

¹⁹⁵Patrícia Tuma Bertolin e Mônica Sapucaia Machado. «Cidadania e Participação das Mulheres: Um direito individual ou social?» *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, XXIII, n.º 3 (2018): 182.

Iniciativas relacionadas à proteção dos trabalhadores surgiram a partir da última década do século XIX, com a primeira norma de proteção ao trabalhador em 1891, o Decreto 1.313, que regulamenta o trabalho de menores, a Lei dos Sindicatos Rurais, de 1903, e uma lei que regulamenta a sindicalização de todas as ocupações, de 1907. A primeira tentativa de estabelecer um Código do Trabalho por Maurício de Lacerda data de 1917. A primeira tentativa de Maurício de Lacerda de criar um Código do Trabalho data de 1917. No ano seguinte, foi criado o Ministério do Trabalho Nacional e, em 1923, o Conselho Nacional do Trabalho surgiu dentro do então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

O desenvolvimento de leis e regulamentos trabalhistas a partir de uma perspectiva feminina não só tem importância no contexto do trabalho e da mão de obra, mas também reflete:

[...]perpassam noções de direito civil e político. Esse regramento não denota códigos de conduta e comportamento os que devem ser superados para conceder mais liberdade às mulheres; ele propõe também uma conformação de moral e de sociabilidade que relega o peso do trabalho doméstico, gratuito ou assalariado, à mulheres. Condições legais também organizam a hierarquia entre homens e mulheres e moldar noções de direito e cidadania.¹⁹⁶

Para as mulheres operárias, que entram no mercado de trabalho em grande número e recebem salários, elas se tornam pessoas com ocupações, no mesmo local de trabalho, e o tratamento desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho é revelado. Independentemente do país, a reivindicação central dos protestos de grupos de trabalhadores é o salário, e a ideia de salário igual para trabalho igual vem junto com ela. O que está sendo discutido aqui não é a relação de exploração entre as diferentes classes de trabalhadores e empregadores, mas a questão das diferenças de gênero entre os mesmos grupos de classe.

Em primeiro lugar, salário igual para trabalho igual. Segundo o princípio do artigo 427 do Tratado de Versalhes, «[...] a todo trabalho de igual valor corresponde, sem distinção de sexo, salário igual.» A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma agência multilateral da Organização das Nações Unidas, foi instituída como uma agência da Liga das Nações após a assinatura do Tratado de Versalhes (1919). A sua missão é promover oportunidades de trabalho digno e produtivo para ambos os sexos. Segundo Convenção (nº26) sobre Métodos de Fixação de Salário Mínimo, a OIT reuniu-se em Genebra em 1928 e aprovou o estatuto do salário mínimo, com uma explicação adicional no artigo 2, Os empregadores e os trabalhadores interessados deverão participar da aplicação dos métodos da

¹⁹⁶Gláucia Fraccaro, *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho No Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: FGV, 2018), 169.

maneira e na medida determinada pelas leis ou regulamentações nacionais, mas sempre em número igual e em pé de igualdade. Todos os textos se referem aos trabalhadores como grupo e consubstanciam o princípio da igualdade salarial.

Sobre a OIT na elaboração de regulamentos de trabalhadores relevantes, Gláucia Fraccaro explica que a entidade não é constituída por «diferenças biológicas entre mulheres e homens, mas por conta do reconhecimento do desempenho de papéis sociais.» O papel social tem relação com «a maternidade, a reprodução da vida e as tarefas e de cuidados e limpeza que são dispensadas, quase que exclusivamente, a elas.»¹⁹⁷

Por trás do tratamento desigual da remuneração de homens e mulheres está a mensuração da renda das mulheres na família, o reconhecimento do trabalho feminino e as noções tradicionais de desigualdade de gênero em sociedades patriarcais. Gláucia Fraccaro argumenta que a lógica por trás do entendimento da OIT sobre a situação da renda de homens e mulheres é que se trata de “lei de família”, e que no Brasil e no Reino Unido a renda das mulheres é “provedores” e as mulheres como “cuidadoras”. O Brasil e o Reino Unido têm a mesma posição em termos de renda das mulheres, há uma semelhança entre o Brasil e o Reino Unido em termos de como a renda das mulheres é medida no domicílio, com uma tendência a ignorar a renda das mulheres, especialmente nas áreas rurais, e a não considerá-las como “parte do núcleo”.¹⁹⁸ Embora a renda dos homens fosse utilizada como núcleo da família de subsistência e a renda das mulheres como complemento da renda familiar, o fato é que a presença de mulheres e crianças como primeira força de trabalho nas fábricas dos primeiros estágios da industrialização brasileira era generalizada e significativa.

A lei de 1938 foi redigida para excluir explicitamente o trabalho doméstico da aplicação do salário mínimo. O artigo 399 estipulava que o trabalho em domicílio não é considerado trabalho realizado «para atender às necessidades da família». O trabalho doméstico claramente não é considerado socialmente aceitável como trabalho ocupacional.

Para além da exigência de igualdade de remuneração, o trabalho noturno e a licença de maternidade são áreas importantes de luta pelo poder das mulheres. O Decreto do Trabalho das Mulheres, assinado em 17 de maio de 1932, estabelece, «Art. 1º. Sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual.» O artigo 2 regula o trabalho noturno (tempo de trabalho), «Art. 2º O trabalho da mulher nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares, é vedado desde 22 horas até 5 horas.» Lista de trabalho em caso de licença de maternidade e gravidez:

¹⁹⁷Ibidem, 122.

¹⁹⁸Ibidem, 199.

Art. 7º. Em todos os estabelecimentos industriais e comerciais públicos ou particulares, é proibido o trabalho à mulher grávida, durante um período de quatro semanas, antes do parto, e quatro semanas depois. Art. 8º. A mulher grávida é facultada para romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que, mediante certificado médico, prove que o trabalho que lhe compete executar é prejudicial à sua gestação. Art. 10. Em caso de aborto, que deverá ser comprovado, beneficiará a mulher de um repouso de duas semanas e terá direito a receber durante esse tempo um auxílio na forma estabelecida no artigo anterior, bem como a reverter ao lugar que ocupava. Art. 13. Aos empregadores não é permitido despedir a mulher grávida pelo simples fato de gravidez e sem outro motivo que justifique a dispensa.

Como um importante instrumento legal para a proteção do trabalho feminino, suas limitações se refletem, em primeiro lugar, no escopo de aplicação de “mulheres na indústria e no comércio”, e é digno de nota que as operárias domésticas e as operárias rurais não foram levadas em consideração, e que a legislação relevante sobre trabalho noturno e licença maternidade ainda estava sendo discutida na década de 1930, mas foi ignorada e excluída. Excluídas. Em relação a isso, a relação entre família e trabalho precisa ser debatida. Em segundo lugar, as leis e regulamentações relacionadas à licença-maternidade e ao trabalho noturno foram definidas no contexto do campo da saúde, em relação às regulamentações de proteção à saúde. Por fim, a validade e a implementação do decreto são difíceis. Por um lado, a vigência do Decreto do Trabalho das Mulheres durou apenas até 1934 e não ganhou grande influência e, por outro lado, de acordo com o relatório da inspetora Marion Kiehl, tanto a falta de regulamentação da implementação da lei, quanto a imprecisão sobre os detalhes da implementação da licença-maternidade e as dificuldades no processamento de documentos civis têm prejudicado a implementação da lei. A Lei do Trabalho da Mulher não avançou bem.

Além disso, a promulgação do decreto teve um significado negativo, em certo sentido, para as mulheres recém-chegadas à fábrica. Cláucia Fraccaro descreve o fenômeno de que a legislação dirigida às mulheres as expulsava, em certa medida, do mercado de trabalho. O Decreto Sanitário de 1894, Bertha Lutz, afirmava que uma evidente lei patriarcal, destinada à proteção da mulher, na verdade redundava em seu prejuízo. Segundo Cláucia Fraccaro, «a ausência de uma política sistemática de regulação do trabalho na virada do século XIX para o XX já foi interpretada como um elemento que favorece a absorção das mulheres no mercado de trabalho formal».¹⁹⁹

De acordo com um estudo de Juno de Pena, as mulheres e crianças ocupavam 72% dos empregos assalariados nas fábricas em 1872 e apenas 23% em 1950, e as mulheres e crianças

¹⁹⁹Gláucia Fraccaro, *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: FGV, 2018), 22.

foram expulsas, sendo que uma razão significativa para isso foi a promulgação do Decreto do Trabalho das Mulheres em 1932. Bertha e os radicais enfatizaram os cuidados com as mulheres e Boris argumentou que os salários dos cuidados eram subvalorizados.

4.3 Feminilidade e Maternidade das Mulheres na Relação do Trabalho

Um motivo importante para a eclosão do movimento dos trabalhadores foi o abuso do trabalho de crianças menores de idade. A forma como as crianças são cuidadas, desde a concepção, passando pelo nascimento e pelo desenvolvimento, está intimamente ligada à situação da mãe. O jornal mostra a forma como a sociedade encarava as responsabilidades entre mulheres e crianças durante a Greve Geral. *O Combate* é representativo da visão da sociedade sobre a responsabilidade entre mulheres e crianças, pois as mulheres são vistas como protetoras das crianças: «Quisesse a mulher brasileira concorrer para essa caridade e teria conseguido arrancar milhares de crianças desgraçadas de garras de torpes exploradores sem coração.»²⁰⁰

A saúde da criança estava diretamente ligada à condição da mulher no momento da gravidez e do parto, e o feto não poderia nascer e crescer adequadamente quando as operárias eram severamente exploradas, exaustas e desnutridas. Antes da greve geral, Os regulamentos e a legislação relativos ao trabalho infantil são: o Código Sanitário de 1894 proibia o trabalho noturno para menores de quinze anos e mulheres com menos de vinte e um anos, e o estatuto de 1911 flexibilizou os limites para a proibição do trabalho noturno para menores de dezoito anos e a proibição do trabalho noturno para menores de dez anos; O Código Sanitário de 1911 proibia o trabalho noturno para menores de dezoito anos, e a proibição do trabalho noturno para menores de dez anos. O trabalho noturno era proibido para crianças com menos de 10 anos de idade, enquanto as crianças entre 10 e 12 anos podiam realizar trabalhos leves. Após o surgimento da Greve Geral de São Paulo, o Código Sanitário de São Paulo de 1918 excluiu crianças e mulheres com menos de 18 anos do trabalho noturno e concedeu licença maternidade. Para o aperfeiçoamento das indústrias nas quais as crianças não podem trabalhar, na indústria de bebidas alcoólicas, manusear máquinas pesadas e executar tarefas que gerem fadiga demasiada. No entanto, continua a faltar uma regulamentação que tome a maternidade como ponto de partida e tenha em conta a gravidez, as creches e outros equipamentos. Este aspeto da voz reforçou-se na sequência da greve geral, com narrativas de *O Combate*: «despertados violentamente pela veemência tumultuosa das reivindicações do proletariado,

²⁰⁰*O Combate*, São Paulo, 5 de dezembro de 1917, p.1.

pelo apelo vibrante do exército de operários que reclamam justas concessões e razoáveis vantagens.»²⁰¹

Após a greve geral, a Câmara Federal debateu as questões dos trabalhadores no contexto da legislação social e, de acordo com a pesquisa de Angela Maria de Castro Gomes, ele agrupou as várias vozes que debateram na Câmara em três correntes: a primeira foi a dos representantes trabalhistas, liderada por Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento e Deodato Maia, que se preocupa com as dificuldades da vida e do trabalho dos trabalhadores e propõe propostas para a regulamentação do trabalho; A segunda facção era uma bancada gaúcha que reagiu fortemente à intervenção do Estado no mercado; a terceira facção era uma bancada paulista que, com a preocupação da greve geral, reconhecia a necessidade de uma legislação social.²⁰²

Maurício Paiva de Lacerda, considerado um dos poucos políticos trabalhistas da Primeira República, apresentou em 1917 o primeiro esboço do Código do Trabalho, uma iniciativa importante no campo da legislação trabalhista, que foi o resultado de uma agregação de projetos em andamento desde 1904 e incorporou a ideia de proteger o trabalhador e a família. Entre os projetos de lei que apresentou estavam três propostas específicas para a uniformização do trabalho feminino. Os defensores dos direitos trabalhistas das mulheres, representados por Lacerda, argumentaram que «advogam pela interferência do Estado na reprodução da vida e na maternidade como um direito social»²⁰³. O primeiro era o Projeto n.º125, de 16 de julho de 1917, sobre o trabalho feminino, indicando que, «no caso de mulheres em estabelecimentos industriais, agrícolas e comerciais, a proibição do trabalho noturno e regulamentando a licença da mulher grávida sem perda de seu lugar ou salário.»²⁰⁴

Vale ressaltar a forte oposição à designação de uma lei trabalhista na forma de uma bancada gaúcha, cujo um dos representantes, Carlos Penafiel, deputado estadual do Rio Grande do Sul, relutou em aceitar a mediação do Estado nas relações trabalhistas porque temia que um precedente fosse quebrado posição sobre o trabalho feminino. Ele afirmava que a prevalência do trabalho feminino era a causa de “grave desconforto social”, «O verdadeiro reino de uma mulher é o lar»²⁰⁵ e defendia o domínio masculino, argumentando que «o

²⁰¹*O Combate*, São Paulo, 27 de setembro de 1917, p.2.

²⁰²Ângela Maria Gomes. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: Campus, 1979), 64-69.

²⁰³Gláucia Fraccaro, *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: FGV, 2018), 101.

²⁰⁴*Ibidem*, 95.

²⁰⁵Ângela Maria Gomes, *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: Campus, 1979), 73-80.

afastamento do trabalho feminino levaria a uma mudança na base da sociedade, que só poderia ser apoiada pelo chefe da família ou o sustentáculo. ou o sustentáculo», em favor de «como obra de segurança e solidariedade social».²⁰⁶ Para esta corrente, a maior proteção da mulher seria a sua total exclusão do mercado de trabalho.

Quanto à terceira corrente, «É nesse sentido que esta bancada defende leis que regulamentam o trabalho dos menores e das mulheres, os acidentes de trabalho e até um horário de trabalho.»²⁰⁷

As duas primeiras correntes, os dois lados do argumento, a favor e contra, mostram a imagem das mulheres como atores sociais em uma sociedade capitalista tradicionalmente patriarcal; em ambos os lados, a perspectiva é de maternidade, mas cria duas perspectivas, uma de proteção e outra de impedimento.

Para a interpretação dos cenários da legislação trabalhista, Cláucia Fraccaro que combina o conceito tradicional de família «como prerrogativas masculino estavam enraizadas na existência duma família que dependia fazer trabalho do promotor Mulher em casa e na criação dos filhos.»²⁰⁸ Sobre os debates em creches e berços, o estado de São Paulo publicou o Decreto nº 2.014, de 26 de dezembro de 1924, que dispõe sobre a instalação de Escolas Maternais e Creches anexas.

Art. 1º O Poder Executivo poderá instalar escolas maternas e creches anexas, junto às fábricas, cujas direções fornecerão prédio conveniente para 120 alunos, pelo menos assim como a alimentação necessária para esse número de crianças e para o pessoal docente e administrativo.

Art. 2º As escolas maternas e creches destinam-se a receber os filhos dos operários, proporcionando aos de menos de 3 anos os cuidados necessários e aos de 3 a 7 anos a educação análoga à dos jardins da infância, durante as horas de trabalho dos operários.

Essas creches liberam as operárias da necessidade de cuidar dos filhos, as mães podem trabalhar e os empregadores podem obter tempo de qualidade para sua mão de obra, criando um funcionamento bom e eficiente entre trabalhadores e empregadores e entre trabalho e família. Por trás dessa legislação está uma forte correlação entre feminilidade e maternidade, e uma extensão da vocação feminina. No local de trabalho, é uma questão de maternidade e segurança do Estado, e é uma questão de higiene, que tem sido regulamentada pela Lei de Higiene desde 1894. Vale ressaltar que a legislação é respaldada por considerações morais e de saúde, e Cláucia Fraccaro resalta que incorpora a noção de que o privilégio masculino se

²⁰⁶Ibidem.

²⁰⁷Ibidem, 82.

²⁰⁸Gláucia Fraccaro, *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)* (Rio de Janeiro: FGV, 2018), 96.

baseia na existência da família, que depende das mulheres que trabalham em casa e educam os filhos. Ela é simultaneamente protetora e prestadora de cuidados. Por conseguinte, as operárias necessitam da segurança da licença de maternidade e da guarda de crianças, uma vez que as crianças são a força de trabalho do futuro.²⁰⁹ A legislação que engloba o instituto da maternidade expressa a relação inextricável entre as mulheres e seus bebês, «questão de higiene do trabalho, em favor, em uma só pessoa, de duas vidas».²¹⁰

4.4 Moralidade e Honra feminina

O status do gênero na sociedade tem sido discutido há muito tempo, e até mesmo filósofos de peso têm menosprezado as mulheres. Aristóteles teria escrito: «devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural», e Santo Tomás de Aquino entendia a mulher como um homem incompleto, um ser “ocasional”. Na esteira de tais pensamentos, a cultura assimila o homem como “o Sujeito, o Absoluto”, e a “mulher como outro” da cultura.²¹¹ A figura teórica da alteridade feminina descreve o status da mulher.

No século XX, a questão da honra sexual das mulheres ainda estava fortemente ligada à avaliação moral e serviu como uma marca de honra de gênero. Conforme Carla Bassanezi Pinsky:²¹²

No Brasil, [...] mesmo com a entrada do século XX, permaneceram as heranças européias do medievo que valorizavam a natureza sexual das mulheres e condenavam as que se deleitavam no sexo. O himen continuava a ser o capital precioso das jovens casadoiras e a honra sexual feminina ainda era assunto de família, já que comprometia diretamente os parentes próximos. As mulheres deveriam ser vigiadas e seu sexo protegido dos sedutores, dos estupradores [...]

A honra sexual e o uso do próprio corpo pelas mulheres estão relacionados diretamente ao ser social ou ao papel de gênero feminino, sendo o corpo regulado por padrões sociais. A honra sexual pode responder à honra moral feminina. Francisco José Viveiros de Castro e várias autoridades de seus contemporâneos, que esboçaram as leis brasileiras no início da República. Eles trabalharam para consolidar a tradição católica e patriarcal. Para parte da Igreja Católica, a mulher que trabalhava fora «funcionária ou operária, ou não é mãe, ou não é boa mãe, ou não é boa funcionária».²¹³ E as mulheres como um todo são universais na questão

²⁰⁹Ibidem, 78.

²¹⁰Ibidem, 212.

²¹¹Simone de Beauvoir, *El Segundo Sexo*. (Buenos Aires: Sudamericana, 2005), 10.

²¹²De acordo com Magna Lima Magalhães e Claudia Schemes. «O Selo Da Honestidade: A Virgindade e o Controle Moral Do Corpo» *História Revista*, XX, n.º 2(2015):123.

²¹³Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa. *Tempos de Capanema* (São Paulo: EDUSP, 1984), 129.

da honra feminina, na classe e na raça. As limitações ao trabalho das mulheres estavam ligadas à noção prevalecente de uma divisão de papéis e deveres no casamento. Quando cada vez mais as mulheres exercem atividades, seja na esfera privada, como donas de casa, esposas e mães, seja na esfera pública, como operárias diante dos efeitos da divisão sexual do trabalho sobre outros trabalhos remunerados. Comparação com homens, mulheres, «morrer de fome ou perder a sua honra possuem parâmetros muito diferentes do que para os homens, o que pode configurar uma consequência lógica do aviltamento dos baixos salários e ganhos.»²¹⁴

A instauração da sociedade capitalista patriarcal, acompanhada do ritmo da modernização social, em termos de exigências sócio-sanitárias e morais, segundo Soihet, restringe o comportamento sexual contra as mulheres, ditou as obrigações matrimoniais das mulheres, e pede um comportamento que não maculasse a honra.²¹⁵ «Nas primeiras três décadas do século XX, trabalho feminino é o tema traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las como sujeitos históricos».²¹⁶ Quando as mulheres saem da esfera privada em busca da esfera pública, permanecem presas ao jugo do pensamento conservador. Apesar dos resultados da luta das mulheres pela emancipação, «mas não o suficiente para balançar as bases patriarcais da cultura brasileira, pois o viés da educação das mulheres assegurava que elas continuassem subordinadas aos homens».²¹⁷

De acordo com o livro *Em Defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação do Rio de Janeiro(1918-1940)*, de Sueann Caulfield, entre as queixas recebidas pelo sistema jurídico-policiaal estavam as que envolviam uma variedade de delitos contra a moral sexual universal. Nas décadas de 1920 e 1930, na cidade do Rio de Janeiro, cerca de 500 famílias por ano se queixavam à polícia sobre a profanação de suas filhas e tentavam obter reparação. Inclui-se aí uma reflexão sobre a honra sexual, a relação entre a importância da preservação da honra familiar e o futuro do país. As famílias da classe operária eram particularmente visadas.

Em particular, era «uma condição social e um atributo moral selados por um estado

²¹⁴Michelle Perrot e Viviane Ribeiro, *As Mulheres ou Os Silêncios da História* (Bauru: EDUSC, 2005), 177.

²¹⁵Rachel Soihet, «Mulheres pobres e violência no Brasil urbano» Em *História das Mulheres no Brasil*, org. Del Mary Priore (São Paulo: Contexto, 1997): 387-388.

²¹⁶Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, «Recônditos Do Mundo Feminino» *História da Vida Privada no Brasil*, III (1998): 373.

²¹⁷Susan Kent Besse, *Freedom and bondage: The impact of capitalism on women in Sao Paulo, Brazil 1917-1937*. (New Haven: University Microfilms, 1984), 21. A tradução portuguesa das frases aqui citadas é de Maria Cristina Aranha Bruschini. *Mulher, Casa e Família*. (São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Vértice, 1990), 6.

fisiológico».²¹⁸ O testemunho das qualidades femininas de moralidade socialmente desejável era a domesticidade, a consciência e a diligência, o zelo, a responsabilidade, a modéstia e a obediência, e a identidade feminina como filha, esposa e mãe, que refletia os padrões morais e a ordem pública da época. A avaliação social e moral da mulher estava ligada à qualidade da honestidade e, como fator básico, ao facto de se exigir que o hímen se mantivesse intacto até ao casamento da mulher.

No processo de urbanização, mais e mais pessoas ocuparam as cidades e as ruas, e o processo de mudança incorporou o conflito entre a elite urbana e as classes mais baixas em expansão. Enquanto o movimento de liberação das mulheres crescia relativamente, o movimento feminista crescia e a consciência das mulheres despertava. O comportamento das mulheres libertárias tem perturbado muitos juristas afectados pelos costumes sexuais, sensíveis à ameaça de desintegração da família e à desintegração de padrões mais tradicionais de relações de gênero e, na opinião deles, as meninas agiam de forma inconsistente com os padrões vigentes de honra e decência.

Em resposta, Caulfield sugere que a dissonância entre as normas da elite e a vida cotidiana da classe operária é clara e de longa data. Os tempos mudam, mas os padrões pelos quais a elite é medida permanecem inalterados e não correspondem à grande maioria das mulheres das famílias operárias:

Com seu comportamento e senso de honra, essas jovens, ao mesmo tempo que reproduziam a vida de sua mãe e avós, respondiam às novas exigências da vida numa cidade em constante transformação. Ou seja, essas mulheres buscaram novos espaços públicos de lazer, apoderaram-se de algumas das imagens disponíveis sobre a mulher moderna e introduziram uma nova linguagem sobre liberdade e desejo em sua vida afetiva e suas relações sexuais. Ao mesmo tempo, elas mantiveram os padrões tradicionais de relações pré-nupciais, de uniões consensuais e de famílias chefiadas por mulheres, assim como das estratégias de sobrevivência e redes comunitárias centradas na ocupação dos espaços públicos pelas mulheres pobres.²¹⁹

Cada vez que um caso é debatido, os homens são sempre:

[...]por qualquer que fosse a razão, a maioria dos supostos “defloradores”, ao depor diante das autoridades policiais e judiciais, encarnava o papel de moralistas machistas, sustentando normas de gênero desiguais, um padrão duplo de disciplina sexual é um conceito de 'posse' sexual em relação às mulheres. Os homens defendiam-se insistindo em que a honra feminina dependia da submissão das

²¹⁸Sueann Caulfield, *Em Defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)* (São Paulo: Unicamp, 2000), 78.

²¹⁹*Ibidem*, 147.

mulheres à vigilância patriarcal.²²⁰

No curso dos processos, a honra e o comportamento moral das mulheres que perderam a virgindade são constantemente discutidos, e um grande número de pessoas está envolvido, além das vítimas e dos acusados, mas também suas famílias, vizinhos, colegas, etc., o que cria uma área de discussão que não é privada, e onde a privacidade da vida das mulheres é revelada. Além disso, a parte da discussão não é apenas sobre o comportamento moral, mas também sobre os valores aceitos pela vítima, e é frequentemente em momentos como esse que são levantadas questões sobre se a mãe na organização familiar está cumprindo seu dever de educar as filhas sobre o comportamento moral feminino. Caulfield também deixa claro que, muitas vezes, é a mãe, e não o pai, que é responsável pelas filhas e por manter a honra da família.

O conceito de honra, conforme definido pela lei e usado pelos juristas na prática, e a definição de honra feminina em tempos de mudança precisam ser atualizados. Isso também revela que, em muitos casos, a disputa não é entre as meninas e o suposto adúltero, mas entre elas e seus pais. Segundo Caulfield:

A forma como as jovens das décadas de 1920 e 1930 interpretavam suas relações com o namorado e com a própria família refletia as novas imagens do comportamento feminino. No entanto, as características gerais dos registros de defloração haviam permanecido as mesmas durante a vigência do primeiro código penal republicano. Moças da classe operária, ou mais frequentemente seus pais ou responsáveis, recorriam à Polícia e à Justiça para que intermediassem os conflitos que envolviam a perda da virgindade, geralmente com a esperança de que as autoridades forçassem os deflорadores a se casar.²²¹

As moças anseiam por liberdade e autonomia e, ao perder a virgindade, conseguem escapar do controle dos pais e iniciar uma nova fase em suas vidas. O conceito de castidade tem mais significado para os pais do que para as mulheres. Na família do trabalhador, é a autoridade do pai que ainda está estabelecida, e a castidade da filha não é algo privado e pode ser dominada e controlada por ela mesma. «Depois de desvirginada, a menina arca quase sozinha com as consequências de sua culpa, antes da perda sua proteção é vista como de responsabilidade de outras pessoas, para justificar a autoridade destas sobre ela».²²²

Observando que, na grande maioria dos casos de esturpo, as mulheres, independentemente de cor e raça, eram mulheres pobres das classes mais baixas, e que, em

²²⁰Ibidem, 216.

²²¹Ibidem, 205.

²²²Cláudia Fonseca, «Ser mulher, mãe e pobre», em *História das Mulheres no Brasil*. org. Mary Del Priori (São Paulo: Contexto, 1997), 530.

seus depoimentos, a maioria delas indicou que os homens haviam prometido um compromisso de casamento antes de se envolverem no ato sexual, mas que os homens, em grande parte, não admitiam isso em sua defesa no tribunal. Esta foi «direito ao casamento em troca da virgindade».²²³

Em um clima social repleto de tensões, apesar das referências ideais estabelecidas pela burguesia em uma sociedade patriarcal, destinadas a influenciar e disciplinar a sociedade como um todo, há uma enorme lacuna entre esses ideais e as camadas mais pobres, principalmente em termos de realidade, e as normas morais exigidas delas que lutam para sobreviver na linha da pobreza são diferentes dos valores da própria classe operária e também da época. Como as mulheres operárias transitam entre o mundo do trabalho e o mundo privado da família, elas não só têm de sustentar suas famílias e sobreviver, mas também têm a responsabilidade de cuidar de seus filhos. A honra e a moralidade da sociedade capitalista não só fazem com que as mulheres operárias sejam rotuladas como “vagabundas” quando estão trabalhando no mundo exterior, mas também estão sujeitas à manipulação da família patriarcal quando estão trabalhando dentro da família, o que valoriza socialmente o hímen feminino e o torna uma parte importante da vida da família. O hímen recebeu um valor social e o corpo feminino é controlado e restringido em nível social.

O historiador Sidney Chalhoub mostra que «tanto os homens de poder quanto os cientistas sociais têm adotado o procedimento de comparar os padrões de comportamento ideais considerados universais pela classe dominante», «em um estado anômico ou patológico no qual as relações entre os sexos são caracterizadas pela desordem e pela promiscuidade, culminando com a desagregação da família.»²²⁴ O seu estudo sobre as relações homem-mulher no Rio de Janeiro operário do início do século XX sugere que as explicações tradicionais sobre o casamento e as relações familiares não se adaptaram à realidade das massas da época e que os valores ideais da classe dominante não correspondiam ao comportamento das massas. A concepção tradicional dos papéis do homem e da mulher na família pela classe dominante estava muito distante das experiências de vida dos homens e mulheres pobres.

²²³Sueann Caulfield, *Em Defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)* (São Paulo: Unicamp, 2000), 221.

²²⁴Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e Botequim: O Cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque* (São Paulo: Brasiliense, 2012), 172.

Conclusão

A entrada das mulheres na produção industrial e das mulheres da classe operária no trabalho remunerado puderam juntar-se para chegar a um consenso sobre a sua exploração e formar uma força preventiva para exigir uma vida melhor. Mas numa fase inicial da formação da classe operária, sem uma orientação política clara e coesa, a composição da classe operária, independentemente da sua classificação, com analfabetos, mulheres e crianças, e imigrantes na maioria, não tinha experiência de resistência, mas ainda assim, através da greve como forma de luta, demonstrou a coragem e determinação da classe operária, e deixou um legado na história. A primeira greve geral da história brasileira ocorreu em 1917, em São Paulo, e durou 30 dias, com a participação de cerca de 70 mil trabalhadores. A onda de greves teve início em duas fábricas têxteis denominadas Cotonificio Rodolfo Crespi, próximo à Mooca, e logo se espalhou pelas cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre (RS), onde anarquistas e socialistas, como vanguarda do movimento operário, iriam se juntar a outras reivindicações da classe trabalhadora na luta por uma vida melhor, no interesse da classe trabalhadora em geral. Como a maioria da classe trabalhadora, as mulheres lutaram na linha da frente. Não havia uma pauta específica para essa onda grevista, e as mulheres não chegaram a assumir a liderança dos sindicatos, mas como participantes da primeira greve geral, as trabalhadoras lutaram por licença maternidade, salário igual para trabalho igual, auxílio-creche e outros direitos que têm uma relação especial com as mulheres. Apesar das dificuldades que enfrentaram, a procura de direitos livres e iguais e de uma vida melhor e a determinação dos grupos de mulheres trabalhadoras em lutar por eles na primeira parte do século XX foram expressas através de declarações em jornais e de notícias e informações orais, bem como através de informações sobre a disciplina de cada reunião das uniões das mulheres operárias.

A luta das mulheres operárias por direitos através do movimento grevista não coincidiu com a principal tendência do século XX - a luta pelo sufrágio político. No entanto, é inegável que os grupos de mulheres operárias não podem ser separados dos grupos de mulheres proto-feministas, e que a luta pelo sufrágio político é algo que beneficia todas as mulheres, mas, ao mesmo tempo, as mulheres operárias representam os interesses diretos da massa de mulheres proletárias. Os direitos e interesses pelos quais as mulheres operárias lutam, em consonância com a base económica, criaram uma base mais sólida para a emancipação das mulheres. Embora diferentes dos objetivos feministas em voga, as trabalhadoras fabris contribuem para a sua própria causa da igualdade entre os sexos e da emancipação das mulheres, criando regras que lhes convêm.

Enquanto grupo, as mulheres não tinham na época em estudo muitos dos poderes básicos

de autodeterminação, tais como o direito de voto, o direito ao divórcio, o direito à participação política, o direito de decidir sobre a propriedade independentemente da vontade do marido. Em menor escala, a participação das mulheres trabalhadoras na sociedade era também fortemente dificultada e, em todo o mundo, no movimento laboral, a maior parte da oposição ao trabalho das mulheres e à participação das mulheres nos sindicatos e nos partidos políticos, e a ideia de que o espaço das mulheres era em casa, impedia as mulheres de chegarem ao mundo exterior. Para além do Brasil, no Congresso Sindical na Inglaterra, em 1877, a oposição ao trabalho feminino baseava-se no argumento de que não só aumentaria o desemprego e baixaria os salários, como era considerado imoral e, em 1875, a proposta do socialista August Bebel para a igualdade de direitos entre homens e mulheres, no Congresso de Gotha, foi rejeitada com o argumento de que uma mulher não estaria preparada para isso.²²⁵ Esta amplitude demonstra que a opressão das mulheres não era uma questão de classe intelectual ou de raça, mas resulta de uma sociedade patriarcal em termos do conceito de género.

A classe trabalhadora tem dois géneros e, para além do tratamento e remuneração injustos, os valores de uma sociedade patriarcal agravam a exploração e o desrespeito que as mulheres trabalhadoras sentem em relação às fábricas. E porque a avaliação social das mulheres ou a honra das mulheres está sempre ligada a palavras como relação homem-mulher, amor, maternidade, etc., o que torna invisível a dupla opressão das mulheres trabalhadoras no mundo do trabalho de diferentes classes e espaços, o estereótipo social de um mundo dominado pelos homens tornava “antiética” a participação das mulheres no espaço público e nos assuntos públicos.

Ao nível da legislação laboral das mulheres, destacam-se as questões da posição das mulheres no espaço público da época e a sua ausência na lei. E quer se trate do debate sobre o direito de voto das mulheres na Constituição de 1891 ou dos argumentos a favor e contra as propostas de licença de maternidade, creches e outras facilidades após a Greve Geral de meados da década de 1917-1920, é evidente que a sociedade era inseparável da exploração da moral e dos valores das mulheres. A divisão do trabalho em função do género, estabelecida durante um longo período de tempo, influencia a criação de leis e a legalidade e legitimidade do trabalho das mulheres. O ato de trabalho feminino não é visto apenas como um processo laboral, mas tem associado a si questões de honra e moral femininas. O espaço de trabalho das mulheres tem uma distinção entre privado e público e, devido à “maternidade”, a proteção do

²²⁵Andrea Nye, *Teorias Feministas e as Filosofias do Homem*, (Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995), 52-54.

trabalho remunerado das mulheres está intimamente ligada à proteção do trabalho infantil. Assim, as mulheres combinam as suas responsabilidades como trabalhadoras com as responsabilidades de cuidar das suas famílias, e a necessidade de equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar é inevitável no caminho para a promoção do empoderamento das mulheres.

Em termos de moral e de honra feminina, a honra sexual, ou o controle do corpo da mulher, é particularmente evidente. Muitos estudiosos têm demonstrado que a sociedade brasileira do século XX ainda vinculava a questão da honra sexual feminina à moral, e que as mulheres eram vigiadas por famílias e pais que valorizavam mais o significado da castidade do que as próprias mulheres. E, com a urbanização e tendente liberalização dos direitos civis cada vez mais mulheres tentam se libertar das amarras impostas pelas atitudes tradicionais e fazer novas mudanças em suas relações afetivas e sexuais. Isto é demonstrado na desarmonia entre os conceitos da classe de elite e as famílias dos operários. Além disso, os valores ideais da classe dominante não se adaptaram à realidade e aos tempos, nem ao comportamento das massas, e eram necessárias novas mudanças no casamento, na família e nas relações entre os sexos.

Em suma, há que reconhecer o contributo das mulheres trabalhadoras para as greves gerais do início do século XX. No início do século XX, o papel das mulheres no movimento de luta por uma melhoria das condições de vida e de trabalho teve um significado impulso, nomeadamente porque deu origem a movimentos grevistas que marcaram a história, como a greve geral de 1917. No que se refere à sua participação e contribuição para o movimento grevista, e do facto de fazerem tudo o que está ao seu alcance para retratar as mulheres trabalhadoras como vulneráveis e patéticas e para ignorar as suas lutas e ativismo, ainda conseguimos encontrar o espírito de luta e o ativismo das mulheres nas fontes relevantes.

Cada vez que se levanta uma questão específica do género feminino, cada ação levada a cabo por mulheres que insistem em que o trabalho não está confinado ao espaço doméstico desafia as noções patriarcais. Quer se trate de greves ou da organização de coligações e sindicatos, bem como da resistência a atitudes intransigentes, elas mostraram que as mulheres, então negligenciadas, tinham outras qualidades para além da maternidade e da feminilidade e que podiam desenvolver-se plenamente como líderes e activistas.

Fontes e Bibliografias:

FONTES:

Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), Boletim do Departamento Estadual de Trabalho, 1919-1920.

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (AN), Fundo FBPF, Trabalho Feminino, 1922-1934.

Artigo 427 do Tratado de Versalhes. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18812173-O-artigo-427-de-1919-do-tratado-de-versalhes-relata-que.html>, acesso em 11 de janeiro de 2023.

Brasil. Artigo 1 da Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html, acesso em 1 de junho de 2023.

Brasil. Artigo 70 da Constituição de 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>, acesso em 8 de maio de 2023.

Brasil. Código Civil de 1916. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=79402>, acesso em 3 de julho de 2023.

Brasil. Decreto Nº 2.014, de 26 de dezembro de 1924. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sp/lei-ordinaria-n-2014-1924-sao-paulo-dispoem-sobre-installacao-de-escolas-maternaes-e-creches-annexas-1925-05-14-versao-compilada>, acesso em 4 de junho de 2023.

Brasil. Decreto Nº 21.417-A de 17 de maio de 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 9 de maio de 2023.

Brasil. Lei n.º 399 de 30 de abril de 1938. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/uniao-da-vitoria/projeto-pesquisa-da-cesta-basica-de-porto-uniao-da-vitoria/cesta-basica-do-decreto-lei-n-399/>, acesso em 7 de junho de 2023.

Convenção n. 26, da Organização Internacional do Trabalho, sobre os métodos de fixação de salários mínimos. OIT. Disponível em: <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-ndeg-26-da-organizacao-internacional-do-trabalho-sobre-os-metodos-de-fixacao-0>, acesso em 9 de junho de 2023.

Prefeitura do Distrito Federal, Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal). Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907.

Relatório do inquérito que a Escola Livre de Sociologia e Política realizou sobre 221

famílias operárias na cidade de São Paulo. Boletim do Ministério do Trabalho, n. 10, 1935.

JORNAIS:

AEL-UNICAMP (Arquivo Edgard Leuenroth-Universidade Estadual de Campinas)

A Plebe (agosto de 1917)

A Semana Social (março de 1917)

CEDEM-UNESP (Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista)

A Voz do Trabalhador (junho de 1908)

BN Digital Brasil (Biblioteca Nacional – Hemeroteca digital brasileira)

A Noite (maio de 1919)

A Razão (janeiro de 1917, maio de 1919 e junho de 1919)

A Rua (junho de 1919)

A Terra Livre (julho de 1906)

Ave Libertas (setembro de 1885)

Gazeta da Tarde (junho de 1883)

Jornal da Senhoras (janeiro de 1852)

O Baluarte (dezembro de 1911)

O Combate (maio, junho, agosto, setembro, outubro e dezembro de 1917)

Diário de Pernambuco (outubro de 1884)

O Domingo (novembro de 1873)

O Paiz (maio de 1928)

O Imparcial (maio de 1919)

Sexo Feminino (novembro de 1889)

BIBLIOGRAFIAS:

Almeida, Cleide Rita Silvério, e Elaine Teresinha Dal Mas Dias. «Nísia Floresta: o conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina». *Revista Historia de La Educación Latinoamericana*, n.º 13(2009): 11-27.

Alonso, Ângela. «A teatralização da política: a propaganda abolicionista» *Tempo Social*, XXIV, n.º 2 (2012): 101–122.

Alós, Anselmo Peres. «Parque Industrial: Influxos feministas no romance proletário de Patrícia Galvão». *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, XV, n.º 1 (2010): 185-204.

Alves, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: A Luta das Mulheres pelo Voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

- Araújo, Ângela Maria Carneiro, e Verônica Clemente Ferreira. *Sindicalismo e Relações de Gênero no Contexto da Reestruturação Produtiva*. São Paulo: Abep, 1998.
- Araújo, Ângela Maria Carneiro. «Gênero nos estudos do trabalho: para lembrar Elisabeth de Souza Lobo» Em *Gênero nas fronteiras do Sul*, org. Maria Lygia Quartim de Moraes. Campinas: Unicamp, 2005.
- Atlas Históricos do Brasil, «Greve Geral de 1917», Fundação Getúlio Vargas, <https://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-1917>, s/d.
- Azevedo, Francisca Nogueira de. *Malandros Desconsolados: O Diário da Primeira Greve Geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005.
- Bandeira, Moniz. *O Ano Vermelho: A Revolução Russa e Seus Reflexos No Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- Batalha, Cláudio. «Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva». Em *O Brasil Republicano: O Tempo do Liberalismo Excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*, orgs. Jorge Ferreira e Lucila de Almeida Neves Delgado, 153–182. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- Batalha, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- Batalha, Cláudio. «Os Ecos Da Revolução Russa No Brasil», Unicamp, <https://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2017/10/26/os-ecos-da-revolucao-russa-no-brasil-0>, 25 de outubro de 2017.
- BBC News Brasil. «Participação Do Brasil Na 1a Guerra Trouxe Ganhos Modestos e Baque Econômico», BBC News Brasil, www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141110_brasil_guerra_fd, s/d.
- Beauvoir, Simone de. *El Segundo Sexo*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.
- Bertolin, Patrícia Tuma, e Mônica Sapucaia Machado. «Cidadania e participação das mulheres: um direito individual ou social?». *Revista Direitos Fundamentais e Democracia*, XXIII, n.º 3 (2018): 182-199.
- Biondi, Luigi. «A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas», *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, XV, n.º 27 (2009): 259-307.
- Biondi, Luigi. *Classe e Nação: Trabalhadores e Socialistas Italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Unicamp, 2011.
- Biondi, Luigi, e Edilene Toledo, *Uma Revolta Urbana: A Greve Geral de 1917 em São Paulo*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.
- Biondi, Luigi. «Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)». Tese de

- doutoramento em história, Campinas, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade de Estadual de Campinas, 2002.
- Brasileira Fotográfica. «Série Feministas, graças a Deus! VIII – A engenheira e urbanista Carmen Portinho (1903–2001)», Brasileira Fotográfica, <https://brasileanafotografica.bn.gov.br/?p=22326>, 6 de abril de 2021.
- Bruschini, Cristina. *Mulher, Casa e Família*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Vértice, 1990.
- Castro, Luciana Martins. «A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro Oitocentista» *Outros Tempos*, VII, n.º 20 (2010): 237-256.
- Caulfield, Sueann. *Em Defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. São Paulo: Unicamp, 2000.
- Chalhoub, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O Cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- Cintra, André. «As Operárias Ocupam Mais as Fábricas. Que Ocupam Também a Política!», Vermelho, <https://vermelho.org.br/2019/08/01/as-operarias-ocupam-mais-as-fabricas-que-ocupem-tambem-a-politica/>, 1 de agosto de 2019.
- Coggiola, Osvaldo Luis Angel. «Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil» *Germinal: Marxismo E educação em Debate*, VII, n.º 2 (2015): 51-91.
- Delgado, Mauricio Godinho. *Curso de Direito Do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2020.
- Delphy, Christine. «Travail ménager ou travail domestique?». Em *Les femmes dans la société marchande*, org. Andrée Michel, 39-54. Paris: PUF, 1978.
- Duarte, Fernando. «Participação Do Brasil Na 1a Guerra Trouxe Ganhos Modestos e Baque Econômico», BBC News Brasil, https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141110_brasil_guerra_fd, 11 de novembro de 2014.
- Engels, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Londres: Lawrence Wishart, 1977.
- Engels, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- Fausto, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social: 1890-1920*. São Paulo: Difel, 1976.
- Ferreira, Luzilá Gonçalves. *Suaves Amazonas: Mulheres e Abolição da Escravatura no Nordeste*. Recife: UFPE, 1999.
- Fonseca, Cláudia. «Ser mulher, mãe e pobre». Em *História das Mulheres no Brasil*. org. Mary Del Priori, 510-530. São Paulo: Contexto, 1997.

- Fonseca, Luiz Anselmo. *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*. Bahia: Imprensa Econômica, 1887.
- Fontenla, Marta Amanda. «Patriarcado». Em *Diccionario de estudios de género y feminismos*, orgs. Susana Gamba e Tania Diz, 256-258. Buenos Aires: Biblos, 2007.
- Fraccaro, Gláucia. *Os Direitos das Mulheres: Feminismo e Trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2018.
- Freire, Karen Machado, e Patrícia Tuma Bertolin. «A evolução de institutos do direito civil brasileiro para as mulheres: sob a ótica do feminismo liberal de Carole Pateman». *Revista Direito Mackenzie*, XV, n.º 2 (2021): 48-73.
- Galvão, Patrícia. *Parque Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- Gomes, Ângela de Castro. *Velhos Militantes: Depoimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- Gomes, Ângela Maria. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- Guimarães, Nadya Araújo. «The challenges of equity: restructuring and inequalities of gender and race in Brazil». *Cadernos Pagu*, n. º17-18(2002):237- 266.
- G1, «Brasil Tem o Maior Número de Domésticas Do Mundo, Diz OIT» Concursos e Emprego, <http://www.g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/01/brasil-tem-o-maior-numero-de-domesticas-do-mundo-diz-oit.html>, 9 de janeiro de 2013.
- Hahner, June Edith. *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- Hahner, June Edith. *Emancipação Do Sexo Feminino: A Luta Pelos Direitos da Mulher No Brasil, 1850 - 1940*. Florianópolis: Mulheres, 2003.
- Hall, Michael McDonald, e Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro, *A Classe Operária no Brasil (1889-1930)*, São Paulo: Alfa Ômega, 1979.
- Hall, Michael McDonald. «Immigration and the Early São Paulo Working Class». *Jahrbuch Für Geschichte Lateinamerikas*, VII, n.º 1(1975): 393-407.
- Karawejczyk, Mônica. «O voto feminino no Congresso Constituinte de 1891: primeiros trâmites legais». Em *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, 1-16, São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.
- Kergoat, Danièle. «Dinâmicas e consubstancialidade das relações sociais» *Novos Estudos Cebrap*, n.º 86 (2010): 93-103.
- Knevez, Maurício Moroso. «O movimento operário entre a Reforma e a Revolução: debates no Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906)». *Ars Historica*, II, n.º 19 (2020): 86-106.

- Leite, Miriam Moreira. *Maria Lacerda de Moura: Uma Feminista Utópica*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz Do Sul: EDUNISC, 2005.
- Leite, Miriam Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.
- Madeira, Felícia; Singer, Paul. «Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970.» Em *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n. 13, 1973.
- Magalhães, Magna Lima, e Claudia Schemes. «O Selo Da Honestidade: A Virgindade e o Controle Moral Do Corpo» *História Revista*, XX, n.º 2(2015):120–138.
- Maluf, Marina, e Maria Lúcia Mott. «Recônditos do mundo feminino» *História da Vida Privada no Brasil*, III (1998): 367-421.
- Marques, Teresa Cristina de Novaes. *Bertha Lutz*. Brasília: Câmara, 2016.
- Marx, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- Moraes Filho, Evaristo. «A proto-história do marxismo no Brasil» Em *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, orgs. João Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis, 11-49, Campinas: Unicamp, 2007.
- Nazário, Diva Nolf. *Voto Feminino e Feminismo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- Nye, Andrea. *Teorias Feministas e as Filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.
- O'Hara, Phillip Anthony. *Encyclopedia of Political Economy*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2001.
- Oliveira, Tiago Bernardon. «Anarquismo e revolução: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República». Em *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas* orgs. Kauan Willian Santos e Silva, Rafael Viana, 207–242. Curitiba: Prismas, 2018.
- Pateman, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- Pena, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- Permanyer, Iñaki. «A critical assessment of the UNDP's gender inequality index» *Feminist Economics*, XIX, n.º 2(2013):1–32.
- Perrot, Michelle, e Viviane Ribeiro. *As Mulheres ou Os Silencios Da História*. Bauru: EDUSC, 2005.

- Pontes, Paulo Roberto Carneiro. «O socialismo contra o comunismo: a divergência conceitual na imprensa do Rio de Janeiro (1840-47)», *Anais da Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado*, IV (2018): 342-357.
- Prefeitura Do Rio. «Um Olhar No Tempo», Prefeitura Do Rio, www0.rio.rj.gov.br/rio_memoria/1903.htm, s/d.
- Rago, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar-Brasil 1890- 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Rago, Margareth. «Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura». Em *As Esquerdas no Brasil: A Formação das Tradições (1889-1945)*, orgs. Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, 273–293. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Ribeiro, Suzana Barretto. *Italianos do Brás: Imagens e Memórias, 1920-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Rocha, Elaine Pereira. «Guerreiras ou anjos? As mulheres brasileiras e a Grande Guerra» *Revista Estudos Feministas*, XXVIII, n.º 3(2020): 1-15.
- Roquette, Lopreato Christina da Silva. *O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- Sacramento, Sandra. «O amor em terras brasileiras». *Revista Estudos Feministas*, XIV, n.º 3(2006): 566-571.
- Saffioti, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- Schwartzman, Simon, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EDUSP, 1984.
- Seabra, Eliane Pires. *O Movimento Operário na Primeira República*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo: 2011.
- Secretaria de formação. «As Greves de 1917 no Brasil», CMI Brasil, <https://midia independente.org/pt/blue/2007/07/388317.shtml>, 18 de julho de 2007.
- SINSAP. «ORIGENS DO SINDICALISMO NO BRASIL (SINTSEF).» Sindicato Dos Servidores Da Administração Penitenciária de MS, www.sinsap.com.br/novidade/origens-do-sindicalismo-no-brasil-sintsef/352, s/d.
- Soihet, Rachel. «Mulheres pobres e violência no Brasil urbano». Em *História das Mulheres no Brasil*, ed. Del Mary Priore, 362-400. São Paulo: Contexto, 1997.
- Soprana, Paula. «Primeiras Operárias Do Brasil Deram Início a Luta Por Direitos Da Mulher», UOL, <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/primeiras-operarias-do-brasil-deram-inicio-a-luta-por-direitos-da-mulher.shtml>, 1 de maio de 2021.

- Souza, Edivaldo Rafael de. «O ‘bello sexo’: uma breve análise de fragmentos jornalísticos mineiros dedicados as mulheres no final do século XIX». *Jamaxi*, II, n.º 2(2018):1-12.
- Souza-Lobo, Elisabeth. *A Classe Operária Tem Dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- Toledo, Edilene, Biondi, Luigi. «Anarchism (Latin America)». Em *International Encyclopedia of the First World War, 1914-1918*. ed. Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, e Bill Nasson. Berlin: Freie Universität Berlin, 2014.
- Toledo, Edilene. *Travessias Revolucionárias: Ideias e Militantes Sindicalistas em São Paulo e na Itália, 1890-1945*. Campinas: Unicamp, 2004.
- Toledo, Edilene. «Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917». *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, XXX, n.º 61(2017): 497–518.
- Torres, Anália. *Sociologia do Casamento: a Família e a Questão Feminina*. Oeiras: Celta, 2001.
- Vinhosa, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: A Diplomacia Brasileira e as Grandes Potências*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.
- Welch, Cliff. «Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900–1955». *Hispanic American Historical Review*, LXXIV, n.º 4(1994): 737–738.
- Westin, Ricardo. «Há 100 Anos, Greve Geral Parou São Paulo», Agência Senado Federal, <http://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-100-anos-greve-geral-parou-sao-paulo>, 30 de junho de 2017.